

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E COMUNICAÇÃO
HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
Linha de Pesquisa: Clínica, Subjetividade e Política
Coletivo bell hooks: formação e políticas do cuidado

**Aprendizados de um corpo-escuta:
branquitude e cisheteronormatividade na formação em Psicologia Social**

Sharyel Barbosa Toebe
Orientação: Prof^ª Dr^ª Luciana Rodrigues

Dissertação de mestrado

Porto Alegre
2024

Sharyel Barbosa Toebe

Aprendizados de um corpo-escuta:
branquitude e cisheteronormatividade na formação em Psicologia Social

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Psicologia Social e Institucional.

Orientação: Prof^a Dr^a Luciana Rodrigues

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Luciana Rodrigues (PPGPSI/UFRGS, orientadora)

Prof^a Dr^a Rosane Neves (UFRGS)

Prof^a Dr^a Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR)

Prof^a Dr^a Bruna Battistelli (UFPR)

Prof^a Dr^a Jaileila de Araújo Menezes (UFPE)

Resumo: Nesta pesquisa propomos discutir, reconhecer, expor e tensionar a branquitude e a cisheteronormatividade constituintes da escuta e da formação em psicologia, mais especificamente, no campo da psicologia social. Para tanto, construímos um percurso teórico metodológico a partir da composição entre a metodologia da cartografia (Bruna Battistelli, 2017) em diálogo com os conceitos da conversação, contar histórias e pedagogia engajada (bell hooks, 2020, 2013). Portanto, contamos histórias do cotidiano da formação em pós-graduação no campo da psicologia, que inclui aulas, grupo de pesquisa, bancas de qualificação e defesa, assembleias, relações de orientação. Junto a isso, utilizamos também a conversação (Battistelli, 2022; hooks, 2020) e trocas de cartas com 6 pessoas psicólogas brancas que, no momento da pesquisa, estavam cursando mestrado ou doutorado em um programa de pós-graduação do campo da psicologia - todas cisgêneras, cinco mulheres e um homem, quatro de um mesmo Programa de Pós-Graduação do sul do país e duas de outro do sudeste. Essas histórias são contadas à Clara, uma personagem fictícia, que tem as mesmas características que as pessoas convidadas a participar dessa pesquisa. Nos diálogos com Clara, são contadas histórias para discutir conceitos importantes para reconhecer a branquitude e a cisheteronormatividade que constituem a escuta, como: supremacia branca, fragilidade branca, privilégio branco, feminismo branco, cisgeneridade compulsória. A partir desse reconhecimento, buscamos contribuir para a pluriversidade de relações que ampliem as possibilidades de nossa escuta, aliançadas com as lutas contracoloniais, mantendo sempre próxima à questão: Como é possível não nos furtamos de habitar o desconforto - como lugar de enfrentamento - diante das próprias ações, e as ações de pessoas próximas, pautadas na supremacia branca e na cisheteronormatividade?

Palavras-chave: psicologia social; escuta; branquitude; cisheteronormatividade; contracolonialidade.

Learnings from a listening body: whiteness and cisheteronormativity in training in Social Psychology

Abstract: In this research we propose to discuss, recognize, expose and tension the whiteness and cisheteronormativity that constitute listening and training in psychology, more specifically, in the field of social psychology. To this end, we built a theoretical and methodological path based on the composition of *cartagrafia* methodology (Bruna Battistelli, 2017) in dialogue with the concepts of conversation, storytelling and engaged pedagogy (bell hooks, 2020, 2013). Therefore, we tell stories of everyday postgraduate training in the field of psychology, which includes classes, research groups, qualification and defense panels, assemblies, and mentoring relationships. Along with this, we also used conversation (Battistelli, 2022; hooks, 2020) and exchanges of letters with 6 white psychologists who, at the time of the research, were studying a master's or doctorate in a postgraduate program in the field of psychology - all cisgender, five women and one man, four from the same Postgraduate Program in the south of the country and two from another in the southeast. These stories are told to Clara, a fictional character, who has the same characteristics as the people invited to participate in this research. In dialogues with Clara, stories are told to discuss important concepts to recognize whiteness and cisheteronormativity that constitute listening, such as: white supremacy, white fragility, white privilege, white feminism, compulsory cisgenderity. Based on this recognition, we seek to contribute to the pluriversity of relationships that expand the possibilities of our listening, in alliance with counter-colonial struggles, always keeping close to the question: How is it possible that we do not shy away from inhabiting discomfort - as a place of confrontation - in the face of own actions, and the actions of people close to them, based on white supremacy and cisheteronormativity?

Keywords: social psychology; listening; whiteness; cisheteronormativity; countercoloniality.

1. Introdução: Como é pensar a branquitude e a cisheteronormatividade a partir da psicologia social? E porque importa academicamente falar disso?	6
2. Quais são os corpos que compõem e sustentam a formação em psicologia? O que se ensina sobre escuta com e em meio a esta formação?	15
3. Constituições manicoloniais na escuta: Hospital que parece casa é como universidade que parece lugar de acolhimento e diversidade?	30
4. Devolver o problema à quem o cria: voltando o olhar para a psicologia.	37
5. “Nossos sonhos de sobrevivência e mudança”: como é possível construirmos outras performances de escuta?	47
5.1 “Primeiro como linguagem”: reinventar a língua e a escuta na academia	50
5.2 Reinventar imaginários psis: como é possível construirmos outras performances de escutadoras? Quais são os corpos que escolhemos para nos escutar?.....	57
6. Cartografando rastros de submetodologias indisciplinadas.....	62
6.1 Instalando um correio de escuta.....	66
6.2 Abrindo a caixinha do correio	69
7. A coisa ainda tá branca!.....	82
7.1 Relações entre pessoas brancas na academia: manutenção da supremacia branca através do pacto narcísico da branquitude	83
7.2 Feminismo branco	98
7.3 Colorir o texto mas não colocar o pé na lama: a “meia volta decolonial”.....	102
8. Considerações finais: perder o mundo	108
8.1 Carta apresentação banca de defesa	108
Referências	113
ANEXO A.....	118
ANEXO B	121

TELEGRAMA: Aviso às leitoras: aqui se encontram confidências dos aprendizados de um corpo-escuta, na medida em que reconhece a branquitude e a cisheteronormativa de que constroem as paredes das universidades que nos formam psicólogas.

1. Introdução: Como é pensar a branquitude e a cisheteronormatividade a partir da psicologia social? E por que importa academicamente falar disso?

*

“ Oi!

É estranho começar uma carta que não sei a quem destinar. Sem saber bem com quem estou falando, ainda assim, preciso falar de duas perguntas que me assolam (na verdade, muitas mais, mas são essas que quero falar agora): para quem é essa pesquisa? Quem vai ler essas histórias?

O primeiro questionamento talvez seja mais fácil de responder. Me sinto quase colando na prova, pois li há pouco a tese da Bruna Battistelli (2022) e, em um momento, ela se pergunta se a pesquisa não é para ela mesma. Tu conhece a Bruna? Ela é uma psicóloga, professora, mulher cis, branca, lésbica, que fez sua formação na mesma instituição em que estou e também faz parte do Coletivo bell hooks. O título da sua tese é “Entre cartas e conversas: por uma política de pesquisa feminista e contra-colonial para a Psicologia Social”.

Escrever uma dissertação, me colocar no lugar de pesquisadora, é muito, muito difícil. A Bruna, há poucas horas, me contava isso em uma carta. Não somos o que a sociedade reconhece como pesquisador (sim, no masculino, porque o reconhecimento passa por aí). Então, como construir esse lugar de pesquisadora que não nos é dado pela sociedade? Para entender a dificuldade em me ver neste lugar de pesquisadora, é preciso entender de onde vim, por isso, quero falar de um entrelugar difícil de nomear... Muitas conversas com minha companheira, Vitória, mulher cis, branca, lésbica, trabalhadora e estudante de serviço social, que também vem de uma família de quatro irmãs/ãos, me fazem dar nome a estas questões.

Pois bem, sou branca, loira de olhos verdes. Mesmo que eu não tivesse isso bem entendido para mim, ou pelo menos o significado que esses fenótipos carregam, sempre esteve bem demarcado na minha família. Sou a terceira filha de meu pai, Egídio, dentre quatro, a primeira da minha mãe, Rosane, dentre duas. Sou a *alemoa* dentre as filhas, uma das *alemoas* dentre as primas, enquanto minha irmã mais nova é a *negrinha*, que sempre foi a criança apontada, dentre os primos, por ter feito algo errado. Quando digo *alemoa* e *negrinha*, significa que era assim que éramos e ainda somos chamadas na família. Como se fossem apelidos. É importante dizer que minha irmã não é negra, mas dentre uma família que se denomina como alemã - minha família paterna -, ter o cabelo, olhos e pele um pouco mais escuros já ficava bem demarcado como não alemão. Te contar isso sobre Dafny, me remete ao branco encardido que Lia Vainer Schucman (2012) fala em sua tese, “Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude,

hierarquia e poder na cidade de São Paulo”. Quanto mais traços de brancura atribuída a etnias europeias, como pele bem clara, cabelo liso e bem claro, olhos claros, mais próximos da brancura pura. Minha irmã, por ter fenótipos da família da minha mãe, era vista como não pertencente, não branca o suficiente.

A família da minha mãe é composta por imigrantes alemães por parte da mãe dela, minha avó Ilse. Por parte da família do meu avô materno, Nelson, também é composta por imigrantes alemães e uma pessoa, a avó paterna do meu avô, ou seja, minha tataravó, Etelvina, era uma mulher indígena, que não temos conhecimento a qual etnia pertencia. Ela morreu muito jovem e não temos outras informações sobre ela. Meus avós já faleceram há muito tempo, muito antes de eu me dar conta desta composição familiar e querer saber sobre essa história. Permeia na minha família um apagamento sobre essa história, porque, mesmo que eu não tenha acesso a história de outras tataravós, sei, pelo menos, de onde vieram. Imagino que as violências sofridas por ela nessa família não foram só o apagamento.

Essa demarcação estava presente na minha infância. Minha avó paterna fazia questão de deixar bem explícito que minha mãe não era bem-vinda na família, não tinha aprovação dela, por não ser branca pura, mesmo tendo olhos muito claros, dentre outros fenótipos atribuídos a pessoas brancas. Mas são coisas que a gente só vai vivendo sem entender muito. Depois de mais velha, vendo as fotos do meu avô, questionei minha mãe, que sabia pouco sobre a história, e foi investigando com familiares, que também pouco sabiam. Conversando com minha mãe sobre a racialização do meu avô e de seus irmãos, hoje, a leitura que fazemos é que não são brancos. Todos eles não estão mais vivos, o que dificulta entender a racialização dessa família.

Na escola, não era das mais pobres, daquelas que precisavam da alimentação da escola para sobreviver, também não era das mais ricas, aquelas que compravam merenda e levavam suculhos caros de lanche. Essa era uma das formas que eu percebia a distinção de classe na infância. Na cidade em que nasci e vivi até os 17 anos, Salto do Jacuí¹, que hoje tem em torno de 10 mil habitantes, só existe escola pública. Então, na mesma sala de aula havia uma grande discrepância entre a classe social de colegas: os filhos dos donos de muitas terras, do agronegócio, da soja, da família mais rica da cidade e da região, estudavam na mesma sala que a criança que só se alimentava na escola.

Eu vivia no entre. De alguma forma me dava conta disso, pois meus pais eram envolvidos em ações comunitárias beneficentes e faziam questão de demarcar nossos privilégios de classe.

¹ Cidade que inicia com colonização açoriana e depois cresce com a construção das duas barragens, sendo a capital gaúcha de produção de energia elétrica. Com economia baseada na exploração da natureza, com monoculturas de soja, milho, trigo e criação de gado, é a maior cidade brasileira com extração de pedra ágata. Lá também existe a Terra Indígena Salto Grande do Jacuí, área habitada por 423 Guaranis e Guaranis Mbya.

Uma parte dos meus amigos da escola eram os mais ricos. Não acessava os confortos do mundo deles, mas convivía com eles, eles conviviam comigo, sem nenhum problema. Eu tinha uma aceitação dentre eles. Na faculdade, fui bolsista integral do Prouni², na graduação em psicologia, em Santa Cruz do Sul, cidade que tem em torno de 130 mil habitantes, (em torno de 13 vezes mais que Salto do Jacuí) e fica bem no meio do caminho entre Porto Alegre e Salto do Jacuí. Mesmo com essa mudança, não sentia uma grande diferenciação por ser bolsista em uma universidade privada. O curso era noturno, a grande maioria de colegas eram pessoas trabalhadoras.

Preciso dizer que era uma cidade que se orgulha da sua colonização alemã, ou seja, um lugar onde tive acessos concedidos... Minha irmã mais nova, morou um ano lá, onde trabalhou como caixa de supermercado no mesmo bairro³ em que morávamos e sentia uma diferenciação todos os dias. Eu, branca, loira de olhos claros e performando uma feminilidade padrão (naquela época), mesmo sendo bolsista Prouni, não parecia ser a bolsista. Minha irmã, trabalhando como caixa de supermercado, ou seja, não estava acessando um espaço diferente do que a nossa classe social nos colocava (como eu estava), escutava todos os dias, de diferentes formas, que aquela cidade, principalmente aquele bairro, não era para ela. Viemos do mesmo lugar, somos filhas do mesmo pai e da mesma mãe, e tivemos experiências muito diferentes, a partir do lugar que a sociedade nos atribui em função dos nossos fenótipos.

Hoje estava pensando o quanto estar entre pessoas que têm condições de vida diferentes das suas, confunde as coisas. Eu acessava coisas, cursei uma graduação como bolsista sem sentir a diferenciação por ser bolsista, fiz residência, então ganhava o mesmo valor que minhas colegas... Talvez, agora, me dê mais conta dessa diferença, acumulando trabalhos para me sustentar. Círculo por lugares, morei em bairros, sou amiga de pessoas com condições diferentes das minhas. Quando me culpo por trabalhar como babá mesmo tendo graduação, especialização, fazendo mestrado, converso com minha companheira e consigo nomear essa diferença: acessar os mesmos lugares, não significa que estamos no mesmo lugar. Como reconhecer e lidar com as frustrações de conviver com pessoas que têm acesso a mundos muito diferentes do teu? Esse é um questionamento que lembro ter feito a uma paciente há tempos atrás. Clara, tu é psicóloga e imagino que saiba que é mais fácil percebermos quando escutamos a realidade de outra pessoa...

² Programa Universidade para Todos (Prouni), do Governo Federal, desenvolvido por Fernando Haddad, Ministro da Educação na época, para conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, em janeiro de 2005, na gestão Lula.

³ Bairro próximo à universidade. Um bairro muito branco. Lembro de passar na calçada escutando senhoras nas ruas falando em dialeto alemão, muito diferente dos bairros periféricos da cidade em que circulei a trabalho.

Sabe, conto isso com uma certa vergonha. Um receio de querer me colocar enquanto vítima, logo eu, a branca, loira de olhos verdes. Mas foi um longo trabalho tirar esses apagamentos... É importante demarcar que há diferença no processo de se entender como pesquisadora para uma pessoa que passou a graduação sendo bolsista de pesquisa e para uma pessoa que acumulou trabalhos durante a graduação. Eu não fui bolsista de pesquisa, fui sacoleira (já vendi de tudo), artesã, por dois anos trabalhei como atendente no bar na madrugada e fui visitadora domiciliar de um programa de políticas públicas. Ainda assim, sei que minha experiência está longe de ser a mais difícil. Contava com ajuda da minha mãe e, por dividir apartamento com várias pessoas, conseguia residir próxima à universidade. Escrevo isso para entender o lugar que ocupo. Minha pesquisa é sobre isso também. Como escutamos essas diferenças? Como aprendemos a perceber e reconhecer?

Fico pensando nessa construção de uma afirmação como pesquisadora. Acho que tenho grande dificuldade para lidar com esse imaginário sobre uma pesquisadora. Confesso que havia uma esperança de pesquisa com bolsa, como via outras pessoas que conheci e faziam mestrado. Pessoas brancas, classe média, que têm ou tiveram ajuda financeira dos pais mesmo depois da graduação, que tiveram a possibilidade de pesquisar com bolsa, e conseqüentemente com mais tempo para se dedicar ao trabalho de pesquisa. Bruna contou sobre sua experiência, do período da escrita de sua tese de doutorado, e citou essas palavras de Gloria Anzaldúa: “Esqueça o quarto só para si – escreva na cozinha, tranque-se no banheiro. Escreva no ônibus ou na fila da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre o dormir e o acordar” (ANZALDÚA, 2019, p. 90). Estar próxima de pessoas que contam sobre ser pesquisadora a partir de lugares de poucas condições ideais, como ter menos tempo disponível, me fez perceber que também posso ser pesquisadora e que é importante que seja para que outras histórias adentrem a academia.

Clara, não sei como é pra ti, mas o imaginário de um padrão de psicóloga, me assola tanto quanto o de ser pesquisadora. Uma das memórias mais marcantes e antigas sobre isso é da época da graduação. Quando estava fazendo seleção para um dos estágios da graduação, passei por uma entrevista em um Centro de Atenção Psicossocial adulto, e a psicóloga conduziu tão bem a entrevista que me senti confortável para contar que, depois que meu pai morreu, aos 45 anos, quando eu tinha 15, passei por um intenso sofrimento, com diversas tentativas de suicídio e internações. Acho que contei isso falando do porquê escolhi a psicologia. Porque minha aproximação com a psicologia vem daí. Foi quando meu pai morreu que tive contato pela primeira vez com uma psicóloga, na assistência social do município em que morava. A cada 15 dias tinha uma sessão de psicoterapia individual, de uns 15 minutos, com uma psicóloga, que

era filha da minha professora de inglês da escola, e que falava sobre a morte do pai dela em sessão, que havia sido amigo do meu pai. Em pouco tempo, essa “terapia” foi interrompida, não lembro se por escolha própria. Recordo que ela precisava desmarcar com frequência e hoje entendo que psicoterapia não deveria ser o trabalho dela, enquanto psicóloga na assistência social. Estamos falando de uma época pré Sistema Único de Assistência Social, percebeu? Meses depois, já com 16 anos, comecei a estagiar nesse mesmo lugar, como digitadora do Programa Bolsa Família. Observar o trabalho dela, em outras frentes de atuação, me fez ter interesse por psicologia.

Enfim, contei sobre essa minha história com a psicologia e não fui aprovada na seleção de estágio, o que me deixou muito triste, pois queria muito estagiar em um CAPS. O motivo era que, como atendem casos de intenso sofrimento, e de pessoas em processo de luto, eu não poderia estagiar lá, pois por ter vivido essa experiência, poderia atrapalhar minha escuta. Então, entendi que não poderia trabalhar com pessoas enlutadas e que falar dessa experiência me fechava portas. Eu, que já carregava o receio de me questionar se poderia ser psicóloga por ter vivido esse sofrimento intenso... Por não ter sido “forte o suficiente” para viver esse luto.

Essa questão me assombrava até pouco tempo atrás. Comecei o trabalho na clínica particular no início da pandemia. É óbvio que me chegariam pessoas passando por processos de luto muito intensos. A segunda pessoa que atendi em psicoterapia chegou nessa situação. Tu podes estar se perguntando se ter experimentado um luto tão doloroso se atravessou na minha escuta... Sem dúvidas. Não há como descolar da minha experiência. A Sharyel psicóloga que escuta, é também a Sharyel pessoa, que tem uma história de vida que a acompanha. E que, como nos ensina bell hooks, em *Erguer a voz* (2019a), não é possível deslocarmos o público do privado. Então, quando me tocava, eu levava para minha análise pessoal e sigo acompanhando essa pessoa até hoje.

Preciso dizer que é muito difícil narrar essa situação. Só sabem disso amigas bem próximas. Pensar que pode estar registrado na minha dissertação é muito desconfortável. Mas fui encorajada pelas palavras de Bruna e as de Gloria Anzaldúa que me chegam por ela: “Nomear é como eu faço minha presença conhecida, como eu afirmo quem e o que eu sou e como quero ser conhecida. Nomear a mim mesma é uma tática de sobrevivência” (ANZALDÚA, 2009, n.p.).

Me reconhecer como pesquisadora, passa pelo lugar de me ver como pessoas que têm algo importante a dizer e que outras pessoas vão ler. Me ver em um lugar de importância. Sei que tenho algo importante a dizer porque reconheço como importante meu tema de pesquisa, mas é difícil me reconhecer como alguém que tem condições de dizer coisas importantes. Eis

que leio, na tese da Bruna, a conversa dela com Rejane, mulher indígena Kaingang, que foi minha colega no mestrado. Ela é a primeira indígena formada como psicóloga pela UFRGS e a primeira formada como mestra neste PPG. Em conversa com Bruna, Rejane conta que a decisão de cursar psicologia não foi dela, que a escolha do curso se faz a partir das necessidades da comunidade (Battistelli, 2022). Estas palavras de Rejane me lembraram que a Bruna, em uma das conversas no intervalo do Copene⁴, falou algo sobre propósito também, que ela tinha um objetivo definido de ser professora, ou melhor, um propósito. Acho que objetivo e propósito são diferentes.

Eis que, ontem pela manhã, me ocorreu o pensamento de que não escrevo uma dissertação porque me vejo em um lugar de importância e/ou porque tenho algo importante a dizer. Faço uma dissertação pelo propósito de mudarmos a formação em psicologia, profissão que me acolheu e me deu chão no momento mais difícil da minha vida, e que também já me tirou o chão de diversas formas. Hoje, tenho como propósito estar junto das pessoas que reconhecem que a base, o chão da psicologia, é de muita violência e que necessitamos e queremos fazer algo diferente disso.

Sabe que me debato com o porquê escolhi fazer esse mestrado com muita frequência. Sabia que o que me motivava era o tema da pesquisa, mas, como não me via importante, não via que era importante o que eu estava fazendo, acabava não fazendo sentido. Agora, pensando a partir de um propósito, que não é só meu, mas de outras pessoas também, como as que compõem o Coletivo bell hooks, ou as que compartilhamos discussões no Copene-Sul, faz muito mais sentido. E ver que não é sobre o meu trabalho, mas o trabalho que movimento *com* outras pessoas.

Essa pesquisa não é só sobre mim, não é a dissertação só da Sharyel. É a dissertação que escrevo com outras pessoas, que só escrevo porque estou acompanhada de outras pessoas. Vou agradecer a Lu, Jaileila e bell e dizer que finalmente aprendi o que é comunidade de aprendizagem.

Sharyel, início de setembro de 2023.”

*

Oi, Clara. Escrevi essa carta acima quando ainda não havia percebido que era contigo que queria falar, que tu seria minha destinatária nessa pesquisa. A partir dessas histórias, quero te

⁴ VI Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) da Região Sul (COPENE-Sul), com o tema intitulado “20 anos da Lei 10.639/03: desafios e perspectivas da educação básica ao ensino superior” que, neste ano, aconteceu em Ponta Grossa, no Paraná.

contar sobre meu percurso de pesquisa e compartilhar contigo as interrogações que foram ocorrendo sobre ser psicóloga branca e sobre a formação da escuta, através do encontro com outros corpos. Escolho conversar contigo, que és uma psicóloga, mulher cisgênera, branca, heterossexual de uma família classe média que cursa pós-graduação em psicologia social (mestrado ou doutorado) em universidade federal, orientada por uma professora branca em um grupo de pesquisa muito branco e que não pesquisa branquitude diretamente. Me dedico a essa conversa na expectativa de que possamos dialogar e reconhecer “na real” o que fazemos com nossa formação.

Escrevo também para mim mesma. Tento dialogar com pessoas profissionais psis brancas que querem pensar sua branquitude a partir do lugar de desacomodação. Como escrevi na carta acima, sou psicóloga, mulher cisgênera, branca, lésbica, vinda de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Estudante de escola pública e bolsista Prouni integral na graduação. Hoje, atuo como psicóloga clínica e essa pesquisa foi realizada sem bolsa. Nessas páginas, vou te contar sobre um percurso de pesquisa⁵, sobre o processo de me deparar com minha branquitude e a branquitude de pessoas próximas. Meus objetivos foram: Cartografar como diferentes performances da branquitude e da cisheteronormatividade constituem a formação em psicologia social e o cotidiano de uma universidade no sul do Brasil; Contar histórias sobre os aprendizados de um corpo-escuta que se tecem nos espaços de formação na pós-graduação em psicologia e no cotidiano de uma universidade no sul do Brasil; Contribuir para uma formação em psicologia comprometida com o enfrentamento a sistemas de dominação e na construção de outras epistemologias de escuta.

Ao final da escrita dessa dissertação, uma colega questiona o que é escutar para mim. Que questão importante e difícil. Tu acredita que escrevi uma dissertação toda sobre escuta sem definir o que é escuta? Hoje mesmo, no almoço, estava conversando com outra colega, discutindo o quanto nos incomoda que nesse PPG gostam muito de fugir da definição das coisas (claro que não todas as pessoas, só a parte que quer ser mais erudita). Falam muito sobre não se limitar, não “fechar”. Pensei um pouco sobre a pergunta e o que me ocorre de pronto é que escuta para mim passa, principalmente, pelo lugar de reconhecimento do que está sendo dito, expressado, demonstrado. Isso é o que quero trazer aqui. O reconhecimento de como a branquitude e a cisheteronormatividade permeiam o fazer da psicologia social.

Para atingir esses objetivos, conversei com pessoas como nós: pessoas psicólogas brancas que, no tempo desta pesquisa, estão na formação na pós-graduação (mestrado e doutorado) e

⁵ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa. CAAE: 66760123.0.0000.5334.

que mostraram um interesse em discutir a branquitude e a cisheteronormatividade que constituem a escuta. Esses diálogos ocorreram de duas formas: primeiro, uma conversa por videochamada para trocarmos experiências sobre a formação da escuta. Depois, uma correspondência por cartas. Mais tarde te conto os detalhes desses correios da escuta.

Eu queria ouvir histórias e também contar sobre a minha. Caso ainda não tenha percebido, quero deixar bem evidente: aqui tentamos romper com a separação entre pessoas pesquisadoras e objeto. Efetivamente, viu? Não como tenho visto uma galera na psicologia social que diz que está fazendo isso, mas na hora de falar de si, recua. Aqui não trabalhamos com a ideia de que há um objeto de pesquisa, mas sim, pessoas que sejam participantes da pesquisa, pois não sou a única pesquisadora desta dissertação, preciso das perguntas e respostas de outras pessoas, também pesquisadoras de seu próprio fazer, para compor este trabalho coletivo. A ideia é colocar o corpo na pesquisa. E se tu queres mesmo pensar comigo a escuta, o teu corpo vem junto, combinado?

Clara, tu já se questionou o que é ser branca? Segundo Kabengele Munanga (2017, p. 13), “a branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. [...] O ser-branco se expressa na corporeidade, a brancura. E vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais”. A partir das palavras de Kabengele, nos questiono: percebemos esses privilégios materiais e simbólicos no que concerne ao espaço que ocupamos? O que significa ser branca dentro de uma universidade? O que é pensar a branquitude e a cisheteronormatividade a partir da psicologia social? Porque importa academicamente falar disto?

Essa escrita se faz a partir do cotidiano da universidade, tomo as cenas e esses encontros que vou presenciando no cotidiano como analisadores que vão forjando o aprendizado de um corpo-escuta. A escolha ética-política por um corpo que escuta é para abrir para as múltiplas percepções corporais e formas de escutar que não sejam centradas na audição. São analisadores sobre como o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002) e a supremacia branca, como um sistema de opressão, operam nas relações através de corpos brancos, produzindo posições de sujeitos, pois a posição de praticar práticas racistas vai circulando, o que torna a situação um analisador. Estamos em um PPG de psicologia social e institucional, e precisamos olhar para a institucionalidade da branquitude. Então, a ideia aqui, é tomá-la como um ponto de análise para pensar estruturalmente as relações na universidade, no campo da psicologia social, na formação da escuta.

Percebe que de partida já afirmo que a branquitude constitui a escuta? Foi um processo para entender isso. Nas próximas páginas vou te contando esse processo e muitos outros que

atravessam meu corpo e a psicologia social, com o objetivo não só de reconhecer e discutir, como também *ter ações de mudança* na branquitude e na cisheteronormatividade que constituem a escuta.

2. Quais são os corpos que compõem e sustentam a formação em psicologia? O que se ensina sobre escuta com e em meio a esta formação?

“Para iniciar essa contação de histórias, chamo Audre Lorde, poeta, negra, mãe, lésbica e feminista. No texto “A poesia não é um luxo” (2020, p. 45), ela diz que “é através da poesia que damos nome àquelas ideias que - antes do poema - não têm nome nem forma, que estão para nascer, mas já são sentidas”. O que ela nomeia como ideias, trago aqui como experiências inquietantes que me trazem a este pesquisar, que buscam nome, buscam forma, querem nascer. Trago aqui o que ela entende por poesia:

Para as mulheres, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital de nossa existência. Ela cria o tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e **nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível**. É da poesia que nos valem para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser nomeado. Os horizontes mais longínquos de nossas esperanças e dos nossos medos são pavimentados pelos nossos poemas, esculpidos nas rochas que são nossas experiências diárias (Lorde, 2020, p. 47, grifo meu).

O que Audre toma como poesia, arrisco tomar como pesquisa. Se ela diz que poesia não é um luxo, me atrevo a dizer que a pesquisa não é um luxo. Ela fala ainda sobre suportar a intimidade da investigação, para nisso, surgir a poesia como destilação reveladora da experiência. Me proponho a suportar as intimidades da investigação, para conceber a pesquisa como destilação ressignificadora da experiência”

*

Clara, este escrito acima, foi destinada à primeira orientadora, no início de 2021. É o trecho de uma carta, a primeira escrita quando ingressei no mestrado, dizendo o que esperava encontrar neste espaço. Trago esse trecho, que conta de um início, que não foi como eu esperava, por ter relação com o tema desta pesquisa. No caminho vou contando e, entre idas e vindas, tu vais me acompanhando na história, assim como precisei, e ainda preciso, de idas e vindas para entender.

Para dar notícias de encontros e embates entre corpos, contextualizo em tempo-espaço desde onde escrevo. Ao sul do Brasil, entre o início de 2021 e o final de 2023, entre o final de governo Bolsonaro, na pandemia de COVID-19, as eleições e o início do governo Lula, um pós-pandemia. No Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na decrescência do investimento em políticas públicas, na crescência nos números de violências. Na decrescência das verbas de apoio à pesquisa e, conseqüentemente, nas bolsas de fomento à pesquisa. Na primeira turma que

ingressa durante a pandemia de COVID-19. Corpos encerrados em casa, que não se encontram, mas que sentem as violências que atravessam as telas.

No trânsito entre o terceiro e o quarto semestre de mestrado, entendi que precisava trocar de orientação. Um processo que vinha acontecendo há um tempo. A escrita não progredia, eu sentia, constantemente, que não estava no mestrado. Mesmo fazendo disciplinas, estágio docente, me sentia muito fora. Difícil entrar. Ao longo do processo do mestrado, foi sendo possível perceber sobre os incômodos que produziam esse afastamento: os textos escolhidos para ler no grupo de pesquisa, o esquecimento da orientadora sobre meu tema, a não-orientação, o próprio distanciamento da primeira orientadora...

Os atravessamentos da colonialidade, através da branquitude, hétero e cisnormatividade, na escuta em saúde mental eram o tema que eu desejava pesquisar quando ingressei no mestrado. Sei que esse é um tema que incomoda. Eu sentia que quanto mais me aproximava dele, mais parecia difícil. Mas foi minha escolha. Hoje me questiono o quanto o tema desacomodava a primeira orientadora, também mulher cis branca, hetero, classe média alta (assim como tu, Clara), que parecia não querer ser desacomodada. Lembro de Robin DiAngelo (2018), em seu texto “Fragilidade branca” falando sobre os incômodos da fragilidade branca, que aparecem como reações de resistência quando as pessoas brancas se deparam com a temática do racismo abordada de forma explícita e direta. Segundo a autora, a fragilidade branca se apresenta em discursos de autodefesa nos quais a pessoa se coloca como vítima, ferida, atacada, culpada; e as reações mais comuns são raiva, isolamento, incapacidade emocional de lidar com a temática racial, discussão e dissonância cognitiva.

No início de 2022, estava muito desanimada com o retorno das atividades. Aulas virtuais, eu desconectada da turma, não estava matriculada em disciplinas. Fiquei sabendo que uma colega, a Roberta da Silva Gomes⁶, mulher negra, cis e lésbica, havia sofrido racismo pela orientadora branca e também em seu grupo de pesquisa e, por isso, pediu troca de orientação. Outra colega negra estava no processo de troca também. Sabia que as questões delas eram muito diferentes das minhas, afinal, sou uma mulher branca. Desde aí, me ficaram marcados os movimentos que apontam para a possibilidade de sair de um espaço em que não há acolhida e que o trabalho não ocorria como eu entendia que deveria ocorrer em uma pós-graduação. Mas, para mim, era muito difícil pensar numa troca de orientação, eu ficava entre a opção de desistir do mestrado ou seguir no mesmo lugar, mesmo com muita dificuldade. Era difícil me ver tendo essa conversa com a orientadora na época.

⁶ Todos os nomes que aparecem aqui são a partir do consentimento das pessoas e para demarcar a importância da composição dessas pessoas nesta pesquisa.

Neste intervalo de tempo, aconteceu a primeira assembleia, organizada por conta das situações de violência racial no espaço do PPG, que vêm acontecendo há tempos e sendo denunciadas/visibilizadas por discentes. Assembleia sexta à noite? Era muito difícil. Estava passando por uma situação de trabalho, nas políticas públicas de assistência social e educação, muito desgastante, em um território periférico, onde (hoje consigo perceber) meu trabalho era totalmente invalidado, não reconhecido, não escutado. Ao mesmo tempo, me questiono sobre a branquitude da minha ausência. Por que o reconhecimento do meu cansaço me permitiu estar ausente do primeiro encontro de assembleia? Com certeza havia outros corpos cansados na assembleia, corpos negros cansados... Depois de sete meses, consegui sair dessa situação de trabalho. Esperava conseguir escrever depois disso, pois atribuí ao cansaço minha ausência de corpo no processo do mestrado. Saí deste trabalho e não consegui escrever.

Na primeira assembleia, foi decidido pela escrita de carta aberta, que compartilho agora contigo:

“CARTA ABERTA

Porto Alegre, 30 de março de 2022

À COMUNIDADE ACADÊMICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL DA UFRGS

"Faz escuro mas eu canto"

[Thiago de Mello]

Nós, o corpo discente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, reunidos no dia 25 de março de 2022, às 19h, em Assembleia Geral, definimos como necessidade urgente deste PPG, evidenciar e reconhecer as situações de racismo institucional ocorridas no ambiente acadêmico, bem como, das demais opressões - transfobia, homofobia, lesbofobia, e demais danos promovidos e provocados pela supremacia branca.

Assinamos essa carta de modo coletivo, afirmando nosso lugar enquanto grupo, apesar das nossas diferenças, preservando discentes da nomeação e exposição individuais, para que não sejam mais uma vez vítimas de violências racistas que ainda persistem neste espaço. Optamos ainda nesse momento por endereçar esta carta fundamentalmente a todo coletivo de docentes deste PPG, uma vez que este está diretamente envolvido nas situações de opressão aqui apontadas e organizado para uma atividade formativa que se propõe justamente a refletir sobre a branquitude e o racismo.

Nós discentes estamos aqui para alertar que estas situações não permanecerão no confortável silêncio da branquitude. Precisamos discutir como as estruturas do racismo,

acompanhadas por sistemas de opressão de gênero e classe podem interferir na permanência de alunes negres, indígenas e branques na pós graduação.

O racismo é uma estrutura e como tal, precisa ser entendido desde suas relações com o cotidiano do PPG, dos grupos de pesquisa, espaços de orientação, disciplinas, e da implicação e autocrítica do corpo docente frente a elas. Essas opressões e o lugar da branquitude, nesse sentido, precisam ser pensados a partir deste contexto promovendo ações concretas de mudanças neste PPG e ações práticas das/dos docentes, para que estes não mais perpetuem o racismo nas suas relações institucionais e interpessoais. Não estamos falando somente de conceitos e/ou debates teóricos que correm o risco de se esvaziar de implicação, pela repetição estereotipada, muito menos desejamos nos cercar de posturas brandas e distantes da realidade.

Acreditamos não ser possível haver um reposicionamento ético, político, responsável e implicado se os seus privilégios não forem revistos. Haja vista que estes compõem a base dessa estrutura que nos adoce e produz a sensação de inadequação que, consequentemente, desemboca no desejo de desistência em relação às nossas pesquisas, nossos objetivos e construção de nossas trajetórias profissionais e acadêmicas. Não aceitaremos nossos corpos dissecados por mesas redondas e epistemologias que se repetem cansativamente separando razão e emoção, corpo e mente. Nós falamos por nós. Nós trazemos conosco nossas vivências como apostas metodológicas que podem, sim, compor dissertações e teses.

Aliás, nossas apostas metodológicas são inseparáveis de nossas práticas de vida. Afirmamos: Nossas vivências também são nossas epistemologias. É urgente nos ocuparmos de práticas que produzam outros lugares e saberes. Quem tem medo da invenção? Quem tem medo da criação? Será que poderemos dizer, em algum momento, que não nos sentimos sozinhos no espaço acadêmico? Até quando trataremos de modo brando estas tramas estruturais tão profundas do racismo e do sexismo epistêmico?

Sim professoras e professores, nesta carta assinam discentes pretes, indígenas e discentes brancas, que constroem a crítica e que se comprometem a achar palavras para ocupar o espaço do silêncio mortificador mantido em alguns espaços. Só estamos aqui porque nossas lutas vêm de muito tempo. Por isso, reafirmamos aqui que não pedimos favores, não estamos aqui por sua concessão, estamos aqui e permaneceremos aqui como corpos que lutam dia a dia para permanecer, mesmo quando bolsas são cortadas, mesmo quando é difícil respirar...

Nunca andamos sós. Desafiamos então aqueles integrantes do corpo docente que ainda resistem em se implicar que não passarão silenciosas as práticas racistas, sexistas, autoritárias, individualistas, e lgbtfóbicas.

"Simplesmente assumir responsabilidade não significa que possamos impedir que atos discriminatórios ocorram. No entanto, podemos escolher como reagimos aos atos de injustiça." (hooks, 2020, p. 97)

Rejeitamos com veemência as práticas que insistem em operar pelo medo, desqualificação e desconsideração de pesquisas, em nome da manutenção de um modelo hegemônico de academia que se pretendia desprovida de afeto e acolhimento, que passa despercebida quando confronta com corpos, corpas, corpes pretes, bichas, sapatão, trans. Quais estratégias e possibilidades poderiam ser pensadas e aplicadas na composição de espaços de novidade? Como de fato produzir coletivamente um acolhimento e cuidado em redes?

Recentemente, tivemos a denúncia de um caso de uma aluna preta trans, orientada por um docente que coordena um grupo de pesquisa que estuda gênero e sexualidade. A mesma ressalta que não foi acolhida. Todavia, segue sendo culpabilizada por não dar conta sozinha do seu processo de pesquisa. Com isso, nos indagamos: O que consideramos transfobia? Como acolher uma mulher preta e trans na universidade? Como transformamos nosso debate sobre relações raciais, gênero, sexualidades e diversidades em prática, em ato no nosso cotidiano? De que servem essas teorias senão e, justamente, para que tenhamos um PPG mais inclusivo?

Estamos cansades de anunciar que, se não é produzida escuta para as questões que atravessam um corpo trans preto adentrando neste espaço, a produção acadêmica que tange a temática de gênero/sexualidade continuará fazendo sentido somente na vida fantástica e de aparências do lattes! Corpes trans pretes tem trabalhado muito para ocupar o espaço da academia, existir e performatizar no ambiente universitário, que ainda forja marcas de colonialismo. Isto é sobre afirmar resistência e estar em pé diante de um território opressor, que rotula e culpabiliza o processo da escrita como propulsor de um processo solitário, silencioso, invisibilizado e sem orientação e acolhimento, que é o nosso direito! O que por sua vez reverbera em múltiplas formas de violência em grupos de orientação, que são, teoricamente, espaços que deveriam servir como apoio.

Em 2021 tivemos uma colega preta e lésbica que foi sistematicamente violentada dentro do grupo de pesquisa ao qual pertencia. Sentindo-se abandonada e sendo silenciada quando tentava colocar seus questionamentos e dores em decorrência do racismo que nos estrutura socialmente. A situação mais explícita foi quando a aluna tentou sugerir o debate sobre o Massacre do Jacarezinho - ocorrido em maio de 2021 - e foi silenciada pela orientadora que, na ânsia de discutir os trabalhos agendados para a noite, encerrou o assunto e conduziu o grupo a focar na discussão programada para a data. Cabe salientar que as/os discentes presentes compactuaram com tal silenciamento. A quem serve o apaziguamento das tensões e conflitos

raciais, senão à branquitude? Que psicologia social é essa que ignora um dos maiores massacres contra o povo preto da história desse país? Que ignora a dor de uma estudante preta que buscava acolhimento dos seus, ditos, pares? Que considera que esse debate não é pertinente a um grupo de pesquisa e que, por isso, deve ser silenciado? Afinal, para que serve o conhecimento produzido na Universidade Pública Brasileira?

A violência dentro dos grupos de pesquisa e orientação também emergem de colegas discentes, sendo sustentada pela omissão dos/das docentes responsáveis. E em conjunto com a omissão estão presentes a minimização dos acontecimentos e a ausência de acolhimento para as corpos pretos violentadas pelas falas e ações racistas nesses espaços. A violência do racismo não corresponde à ânimos esquentados, que são “naturais” aos espaços de debate; essas posturas de tangenciamento da violência racista vivenciada no espaço dito de acolhimento provoca adoecimento, insegurança e desconforto nas estudantes pretas. Devemos produzir saúde no fazer ético e político do ato de pesquisar. Enquanto coletivo, é urgente lançarmos reflexões perante tais práticas, visando transformações radicais nesse manejo violento, caso contrário, esse engendrar estrutural para com todes nós dará continuidade no adoecimento psíquico e evasão de estudantes da pós-graduação.

Vivemos tempos pandêmicos e de guerras de diversas formas. Estes são necro-tempos sombrios que nos provocam reflexões e provocações diante de práticas que tiram nossas forças, nos silenciam e produzem adoecimento, seja psíquico ou físico, dentro da academia. O Brasil de Lélia Gonzalez, Carolina de Jesus, Paulo Freire e Glauber Rocha, é atravessado nesse momento por forças fascistas, discursos de ódio, desmanche das políticas públicas e cortes na educação! Os Órgãos que fornecem bolsas como Capes, CNPq pararam de custear bolsas aos estudantes, sem transparência e informações sobre os cortes.

Enfatizamos que o PPGPsi no ano de 2021 não contemplou nenhuma bolsa para turma ingressante no doutorado, e a mesma situação se repete no ano de 2022 [alunes do doutorado e mestrado têm se questionado: cadê nossas bolsas?].

Esses cortes estratégicos e fatais, mais uma vez frisam quem pode e deve continuar seus estudos na universidade pública brasileira, que sempre teve e facilitou as portas abertas para a burguesia branca/cis/heteronormativa. Mais um ponto que evidencia a manutenção da hegemonia elitista no programa de pós-graduação são os horários que historicamente são ofertados nas disciplinas obrigatórias. Não é a primeira vez que estas são oferecidas em turnos que desfavorecem aquelas e aqueles que precisam trabalhar para manterem a si e a suas famílias. Nos questionamos em que medida as/os professoras/es estão tangenciadas assim da realidade das/os estudantes, pois essa pauta não é de hoje, isso é uma realidade social, e diz

sobre acesso e permanência. É entristecedor e revoltante saber de colegas que desistiram de suas pesquisas, e novos que continuam a desistir, por conta de uma “grade” curricular que impossibilita a continuidade de seus estudos. Ultrapassa a incoerência, afirma-se uma política excludente em manutenção, enquanto um corpo docente não se propõe a ser mais inclusivo, passando e necessitando se rever e se desconstruir com propostas metodológicas, novas abordagens e produções acadêmicas contemporâneas, enquanto na prática insiste com essas posturas individualistas e excludentes.

A contradição permeia toda a sociedade, o que se trata aqui é do racismo estrutural, que atravessa também este PPG. A questão então está em o que faremos eticamente com isso, principalmente vocês como corpo docente de um Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, em uma Universidade Pública Federal, que é direito de todos estarem e ocuparem! Portanto, assumam suas responsabilidades! Estamos atentas/os/es aos nossos direitos!

Dito isso, também convidamos toda a comunidade acadêmica a se revoltar, se mobilizar, se comprometer e se engajar na luta antirracista, antitransfóbica, antisexistista, antilesbofóbica, antihomofóbica, anticlassista e contra todos os cortes na educação que vêm sendo intensificados pelo atual desgoverno, visto que estamos sendo uma das camadas mais afetada dessa conjuntura. Continuaremos na busca de transformações reais e concretas!

Necessitamos que esta carta não fique no silêncio. Como já dito, o silêncio é o que vem protegendo a branquitude e a quem assimila elementos da supremacia branca. Como é possível uma resposta a esta carta com possibilidades de diálogos, responsabilizações e, na finalidade de implementar mudanças efetivas que escutem as corpos e corpos que aqui escrevem e estão presentes? Bem como, quem participará das próximas turmas?

“A Fragilidade Branca é um estado em que até mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. Esses movimentos incluem a expressão de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como discussão, silêncio e abandono da situação criadora de estresse. Esses comportamentos, por sua vez, funcionam para restabelecer o equilíbrio racial branco.” (DiAngelo, 2018)

Finalizamos esta primeira escrita como uma proposta de troca de cartas entre discentes e docentes, um diálogo que precisa ser contínuo e aprofundado entre nós, para que vocês possam de fato encarar, se posicionar frente às opressões e efetuarem mudanças efetivas na estrutura desse PPG e no cotidiano das relações interpessoais, considerando os lugares de poder que ocupam institucionalmente.

Aguardamos coletivamente esse retorno, cientes de que as palavras precisam estar acompanhadas de ações.

Assinam esta carta discentes do Programa de Pós-graduação de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.”

Após o compartilhamento desta carta, ocorreu a discussão sobre a mesma nos grupos de pesquisa, o que foi muito doloroso. No grupo em que eu fazia parte, houveram lamentações sobre a carta. A professora e algumas discentes chateadas com como isso foi abordado, de como a publicização destas palavras poderiam trazer danos ao PPG, que seria visto como racista, que não esperavam que fosse dessa forma, que queriam que essa troca entre docentes e discentes fosse de alegria, que pudéssemos nos encontrar para conversar. As discussões feitas nos grupos foram partilhadas em assembleia-geral discente. As falas foram, em sua grande maioria, muito parecidas com essas que ocorreram no grupo em que fazia parte. Percebe, Clara, que não há preocupação com discentes que relataram as violências? Obviamente, não posso afirmar que não houve nenhuma preocupação, mas o retorno de discentes sobre as discussões nos grupos dizem da maioria das falas, que se repetiram. Além do conteúdo da escrita, a ideia desta comunicação ser através de cartas não foi bem acolhida por uma parte do grupo docente.

A partir dessa discussão no grupo e a leitura da primeira carta, onde tive notícias do que estava acontecendo, comecei a participar das assembleias também. Mesmo muito incomodada e frustrada com a forma que as denúncias das cartas foram não acolhidas pela antiga orientadora, e uma parte do grupo de pesquisa, eu pensava que deveria ficar no grupo, deveria fazer algo com o que estava acontecendo ali, enquanto branca, esse deveria ser o lugar a ocupar. Acontece que, além de branca, meu corpo se constitui enquanto mulher lésbica, neste processo do mestrado, muito acompanhado por aberturas na minha performatividade de gênero. Me entendi lésbica aos 25 anos, antes me entendia como bissexual. O processo de me reconhecer lésbica foi acompanhado pelas mudanças em relação à expressão e performatividade de gênero. Como tamanho do cabelo, que na adolescência era bem comprido e, gradativamente, foi ficando mais curto, tamanho e largura das roupas, um pouco antes disso, a relação com os pelos (por que mulheres cis se depilam compulsoriamente enquanto homens cis não?).

Esta carta foi respondida de forma protocolar, de modo que a decisão coletiva foi produzir uma segunda carta, endereçada à outras instâncias da universidade.

“CARTA ABERTA

Porto Alegre, 18 de maio de 2022

À DIREÇÃO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UFRGS E A TODA A COMUNIDADE ACADÊMICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL DA UFRGS

“São as crenças e os pressupostos supremacistas brancos menos extremos, mais fáceis de disfarçar ou mascarar, que mantêm e disseminam o racismo diário como forma de opressão de um grupo.” (hooks, 2021, p. 72)

Começamos esta nova carta nos questionando a quem ela se endereça: a quem devemos encaminhá-la? Quem se interessa em escutar e se implicar conosco nas questões que envolvem o **racismo institucional e interpessoal dentro do PPGPSI**? Não é um mero “problema” e por isso o listamos de saída: não sabemos quem, diante daquelas/es que usufruem de posições de poder dentro dessa instituição, se interessa em escutar o que temos a dizer de maneira coletiva. Ainda nos perguntamos: existe um espaço que possa de fato acolher e escutar nossa demanda para que algo mude?

Como anunciado em nossa primeira carta, entendemos a escrita como um espaço político de (des)construção de mundos. Estamos apostando nela como uma ferramenta para expressar o que sentimos e vivemos em decorrência do racismo, o que percebemos, conhecemos e acreditamos eticamente. Estamos dispostas a apontar como as vias opressoras dos espaços acadêmicos nos adoecem, pois acreditamos na transformação da universidade como um lugar de acolhimento e cuidado, no entanto, para que as mudanças ocorram, é preciso desacomodar, desnaturalizar as violências e os lugares ocupados dentro da instituição acadêmica, colocar nas linhas o que permanece entre elas de forma insistente e pernicioso. Afinal, o lugar da branquitude é e segue sendo muito confortável e privilegiado.

A carta vem para nós nesse momento como uma aliada na descolonização da realidade, do nosso PPGPSI/UFRGS, de nossas corpos, das nossas pesquisas, e acreditamos que as corpos brancas podem e devem estar neste processo. Afinal, estamos ou não aliadas nesta luta? Acreditamos na possibilidade de que essa escrita implicada, que nos convoca a dizer e contar de lugares específicos, de afirmação de nossas corpos, de nossos saberes, de nossas vivências, de nossos territórios e, ao mesmo tempo, das dificuldades e violências específicas que riscam cotidianamente essas corpos, pode se tornar um canal onde seja possível dialogar e compor com outros corpos que não aqueles a quem a universidade foi inicialmente destinada.

Ao escrevermos a primeira carta, em março, esperávamos - ingenuamente?! - que ela pudesse sensibilizar a ponto de produzir reflexões críticas sobre como cada uma e cada um ocupa um lugar distinto de poder nas instituições, bem como gestos ativos de implicação e cuidado para com aqueles que pelem para se manter no espaço acadêmico. Esperávamos abertura para o incômodo, para as destabilizações, fundamentais para as mudanças; recebemos resistências, respostas padrões, justificativas e tentativas de silenciamento em vários espaços acadêmicos, desde o interior dos grupos de pesquisa até os espaços coletivos das reuniões. Nos mostram como o racismo é constantemente relativizado e tratado como uma coisa banal. É exatamente essa banalização o que mais prejudica o combate ao racismo no Brasil.

O que sentimos no retorno da primeira carta, do diálogo explícito que o corpo docente iniciou conosco, foi um corpo fechado, blindado, que não se implica nas questões que foram levantadas pelas nossas corpos. Acreditamos que esse é um dos efeitos de uma branquitude que se autoprotege, pois tem medo da autocrítica, de direcionar-se para a sua construção histórica e encarar os danos sócio-históricos que foram e seguem sendo produzidos pelos grupos sociais brancos, e que os colocam exatamente nesse lugar confortável e cômodo que hoje ocupam e reforçam em suas práticas. Inversamente, a construção da branquitude coloca corpos pretas em um lugar habitado pelo medo... da postura, da expressão, do pensamento, sobre como se deve estar em um espaço acadêmico. Medo ao pensar nos limites do que é possível falar, de quais serão as consequências e as possibilidades de suportar um lugar de solidão, insegurança, dentre outras sensações que despotencializam e violentam aquelas e aqueles que fogem ao padrão hegemônico - pessoas brancas.

Para além da distância e do tom evasivo da carta-resposta por parte do corpo docente, a circulação e as conversas sobre a carta dos discentes nos grupos de pesquisa do PPG reiteraram em vários episódios as violências raciais que a própria carta denunciava. Explicitando a desresponsabilização dos leitores, duplicando a violência: primeiro quando ela é vivida, em seguida quando ela é comunicada.

Diante da carta, algumas das reações que pudemos alcançar nos grupos de pesquisa e em outros espaços institucionais foi o de questionamentos sobre a carta, se ela falava realmente pelos estudantes, se ela teria legitimidade. Até mesmo dentro da Comissão de Ações Antirracistas do PPG houve mais reprodução de racismo e violência para cima dos corpos pretos que ali estavam presentes. Como um evento estranho e alheio, a carta não parecia fazer parte daquilo que pesquisamos cotidianamente, talvez não fosse relevante ser discutida, poderia causar uma separação entre brancos e não-brancos, fragilizar o espaço - sagrado - institucional do PPGPSI. Diante da carta, escutamos da branquitude o ar de cansaço e de defensiva que, de

alguma maneira, se vitimiza quando algo desse porte lhe alcança. Escutamos de quem ocupa majoritariamente as posições decisórias do programa: “nós já estamos fazendo algo”, “mas antigamente nem ações afirmativas existiam”, “no meu tempo de pós-graduação era muito diferente, naquela época sim, era possível dizer que as pessoas não brancas não adentravam a universidade”. É a fragilidade branca, discutida por Robin DiAngelo, e o pacto narcísico da branquitude, cunhado por Cida Bento, que apontam não só que não toleram questionamentos e tensões raciais, mas também se protegem entre si, de modo a continuar perpetuando racismo e negando as violências produzidas pela branquitude.

O racismo que nos ronda é constante, e achamos justo compartilhar para a implicação dos professores, pois não é possível que as coisas permaneçam como estão. O corpo docente branco precisa se rever e se reinventar. Afinal, o que temem? A mudança? Se sim, então é favorável permanecer como está? Queremos transformações concretas, não monólogos narcisistas brancos. A questão é: o mundo não gira ao redor de egos brancos, é preciso que a branquitude desça do seu pedestal, mergulhe no mais profundo da construção de suas imagens internas e externas, se reveja. É preciso que ela seja propositiva neste movimento, veja os lugares ocupados pelos seus pares, pelos que ocupam os espaços de prestígio e poder na universidade. É cansativo e adoecedor ser oprimida e ainda ensinar como não oprimir.

E é diante deste ponto que nos perguntamos: de que adianta as professoras e os professores dizerem estar abertas/os ao diálogo? De que adianta se não considerarem as diferenças de posições e de lugares de prestígio e poder que cada corpa ocupa? Que diálogo é possível se não compartilhamos de um lugar comum de cuidado? Que diálogo é possível quando ouvimos que estamos todas no mesmo barco? Dizer que estão abertas/os ao diálogo muitas vezes pode ser apenas uma maneira de responsabilizar as corpas negras pela violência causada com a falta de abertura, a vergonha e a humilhação do espaço institucional. Por que não pensar na própria responsabilidade em ofertarem espaços de cuidado e dispositivos para a manutenção e permanência do diálogo, diante da posição que ocupam? Será que são capazes de refletir sobre a dimensão psíquica do racismo nos corpos negros? Será que são capazes de cogitar que as suas ações práticas no cotidiano de trabalho são, por muitas vezes, disseminadoras de violências?

Ainda, nos perguntamos se em algum momento as/os docentes brancas e brancos conseguirão se encarar no espelho e se enxergarem **como corpos brancos que são, compreendendo que a sua racialização lhes permite carregar privilégios desde sempre.** Será que, em alguma momento, questionaram-se por que apenas professoras brancas são do nosso atual corpo docente permanente e as 3 professoras negras, e o único professor negro, são

convidadas? Será que compreenderão em algum momento que somente aceitar orientar uma discente preta não significa acolher? Que ler autoras/es negras/os e citá-las/os em suas produções acadêmicas não é o suficiente para ser antirracista? Que o antirracismo se faz nas **práticas cotidianas das relações interpessoais**, seja entre docentes-discentes ou entre docentes-docentes? Será possível em algum momento que elas e eles reconheçam que essas reações defensivas a cada denúncia de racismo, são carregadas de fragilidade branca e reprodutoras de mais violência? Será possível que um dia essas professoras/es sejam capazes de encarar suas ações racistas, realizar uma autocrítica sincera e então partir para a superação dessas violências?

Todos esses questionamentos que temos nos feito, infelizmente, nos parece ser em vão, pois o retorno que obtivemos das/os docentes na carta que direcionaram a nós foi absolutamente distante das problematizações que havíamos feito em nossa primeira carta. As palavras escritas por elas/eles foram tão automáticas e desimplicadas, que nos deram a impressão de estarmos em diálogo com autômatos. E aquilo que as mesmas sentiram e perceberam nos grupos de pesquisa sobre a nossa primeira carta, por que não compartilharam para análise coletiva e institucional do processo que **deveríamos** estar construindo juntas? Estamos mesmo em um programa de pós-graduação em psicologia social e institucional?

Queremos envolvimento, acolhimento, afetos, proposições, direitos, permanência, respeito. Entendemos que isso se constrói no processo e em coletivo, mas nos questionamos se as/os docentes do PPG estão dispostas/os a isso, ou apenas continuarão a invisibilizar e simular que a sua parte está feita? É preciso que elas/eles entendam: sem autoanálise e autocrítica, coletiva e implicada, a confiança não será construída e a proposta de um PPGPSI antirracista, ético e político, engajado com as causas sociais continuará atrasada, descompassada e defasada.

Voltamos, então, à pergunta inicial: Quem se interessa em escutar e se implicar conosco nas questões que envolvem o **racismo institucional e interpessoal** dentro do PPGPSI? A resposta? Não sabemos. Contudo, uma certeza nós temos: a mudança precisa ser coletiva, implicada sobretudo pelos corpos brancos que ocupam as cadeiras cristalizadas do PPGPSI. Os mesmos corpos que precisam, se realmente quiserem avançar, acolher as tensões e os conflitos raciais e não agir em prol de apaziguá-los. Afinal, a conciliação serve apenas, e tão somente, à branquitude.

Não adianta nos dizerem que acolhem nossas denúncias e nada fazerem, não se implicarem de fato com elas. Não nos adianta de nada terem conhecimento das mais variadas reproduções de racismo aqui dentro e silenciarem. Parece óbvio, mas às vezes o óbvio também precisa ser dito: quem cala, consente.

Assinam esta carta discentes do Programa de Pós-graduação de Psicologia Social e Institucional da UFRGS reunidos em Assembleia.”

Escolho trazer na íntegra estas palavras, como um registro das reflexões sobre a escuta e os corpos que habitam, constituem e performam a academia. Quais são os corpos que compõem e dão corpo a um PPG em psicologia social e institucional? Um corpo docente majoritariamente branco-cis-hétero, onde há 3 docentes negras/os em um grupo de 27 no total. Um corpo discente que, embora seja composto também por pessoas negras, é, em sua maioria, branco e cis. O que se ensina sobre escuta com e em meio a este PPG? Que aprendizado operam estas atitudes relatadas nas cartas? O que sente um corpo quando escuta de outro, o não reconhecimento das violências apontadas, seguido de ainda mais violências? Compartilhamos⁷ aqui estas questões, pois acreditamos que pensar o tensionamento dos corpos na universidade é também pensar os aprendizados sobre a escuta, ainda mais em um PPG em psicologia social, onde se espera uma formação e educação para uma escuta ética das questões sociais, como racismo, branquitude, cisheteronormatividade, capacitismo e para a compreensão dos processos de produção de subjetividades.

A escolha de se recorrer às cartas foi para dar registro às palavras não escutadas nas comunicações faladas, nos grupos de pesquisa e diretamente com docentes, para que as palavras se espalhassem a outros espaços. Algumas cartas são mais cartas-manifesto do que cartas de diálogo, para que quem receba seja correspondente dos seus atos. Ainda assim, a tentativa de apagamento, a negação das questões apontadas se repete. Docentes dizem não haver abertura para diálogo, mas não escutam. As denúncias endereçadas à docentes e grupos de pesquisa não ecoam no PPG, não ecoam no Instituto de Psicologia. Além de uma não escuta, tentam devolver o problema, falando do quanto não gostaram da comunicação em forma de carta e de uma não abertura para o diálogo. Clara, neste momento, caso necessário, te convido a reler a primeira carta, onde se esperava um diálogo com docentes.

A mudança de destinatária e o questionamento sobre quem poderia realmente escutar as falas das cartas dizem do efeito da não conciliação. Quem escreve diz da (im)possibilidade de fala, não porque não se consiga falar, porque se fala e muito, mas a fala cai num lugar de esquecimento, de apagamento, de não escuta, de não reconhecimento. As denúncias feitas para professoras/es e grupos de pesquisa não ecoam no PPG, não ecoam no Instituto de Psicologia⁸,

⁷ A escrita aqui alterna entre singular e plural, para dizer das experiências e ideias contadas por mim e das que são pensadas e vividas com outras pessoas.

⁸ Na época ainda era IP, depois virou Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana - IPSSCH

ou ecoam produzindo defesa, mantendo violentamente o pacto da branquitude. A carta é mais uma tentativa de produzir marca, registro, eco, assim como as falas que ocorreram antes e seguem ocorrendo. Por isso elas estão aqui. Elas fazem parte do corpo deste texto, para que se faça mais uma vez registro, marca e presença. Para que não se apague, elas aqui seguem em eco. Se não querem nos escutar, seguiremos falando, levando a outros espaços as denúncias da não escuta.

Se passaram três semestres para eu conseguir efetivamente decidir tentar a troca de orientação, até entender que não era cansaço pelo trabalho, que eram as outras questões que se atravessavam ali. Ainda é muito difícil falar sobre isso, difícil validar minha experiência enquanto uma impossibilidade colocada por uma não-escuta (e a escuta era justamente meu tema de pesquisa). Receio em relação ao lugar que me narro, pois, em relação ao racismo que minha colega sofreu em seu grupo de pesquisa e na orientação, o meu sofrimento é bem diferente.

Mas, há também um atravessamento que me questiono. Sou uma mulher branca que era orientada por outra mulher branca. É necessário pensar sobre o pacto narcísico da branquitude nessa relação. Maria Aparecida Bento o define como:

[...] um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil. [...] Muitos brancos progressistas que combatem a opressão e as desigualdades silenciam e mantêm seu grupo protegido das avaliações e análises. Eles reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Há desigualdades raciais? Há! Há uma carência negra? Há! Isso tem alguma coisa a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes (Maria Aparecida Bento, 2002, p. 2-3).

Enquanto mulher branca, constituída na e pela branquitude, preciso ter isto sempre em vista, como atravessador de minhas relações. Trocar de orientação era dizer que não estava gostando do que estava acontecendo. Não que eu não mencionasse no grupo, não discordasse quando algumas situações aconteciam (principalmente em momentos coletivos), mas seria um movimento maior. Para mim parecia “mais possível” desistir do mestrado, me manter em silêncio, do que trocar de orientação.

bell hooks, no texto “Feminismo: uma política transformadora” fala sobre as relações de dominação, as experiências de autoridades coercivas vividas na própria família e como isso influencia as experiências seguintes, principalmente em posições de hierarquia.

[...] experimentar exploração e opressão dentro de casa faria com que alguém se sentisse ainda mais impotente quando encontrava forças dominantes fora de casa. Isso

é verdade para muitas pessoas. Se somos incapazes de enfrentar e acabar com a dominação nas relações em que há cuidado, parece totalmente inimaginável que possamos enfrentar e acabar com ela em outras relações institucionalizadas de poder. Se não podemos convencer nossas mães e/ou pais a se preocuparem com não nos humilhar e diminuir, como podemos pensar em convencer ou enfrentar um empregador, alguém que se ama, um estranho que sistematicamente humilha e deprecia? (bell hooks, 2019a, p. 48-49).

Como enfrentar relações de dominação que parecem amigáveis, como a orientação?

Mesmo depois de mais de um ano da troca de orientação, ainda é difícil reconhecer estes atravessamentos narrados. Sigo me questionando se não consigo falar sobre estas experiências porque é difícil validar o que vivenciei ou é o pacto narcísico da branquitude (algumas questões são importantes carregarmos próximas, a resposta pode ser mais aberta do que só uma opção ou outra). Mas o fato é que, no primeiro encontro com a nova orientadora, mulher cis, negra e lésbica, entendi o motivo de minhas colegas, uma em especial, tanto se sensibilizarem com minha dificuldade e incentivarem este movimento. **Havia outras possibilidades de encontro, de acolhida e de escuta na academia.** Eu não conseguia enxergar isto.

Escolho contar tudo isso para dizer que é sobre estas questões que se trata este trabalho: relações de escuta. Entro no mestrado querendo pesquisar sobre os atravessamentos da colonialidade na escuta em saúde mental, sigo com essa questão por três semestres, sem conseguir escrever. Após estes movimentos de troca de orientação, de acolhida, a pesquisa, que seria com trabalhadores dos serviços especializados em saúde mental no SUS, se redireciona para pensar a formação. Questiono, a partir da minha experiência e de colegas, como essa escuta acontece dentro da universidade, nos espaços de formação em psicologia. Esta escrita é sobre corpos que escutam e são escutados. Encontro do meu corpo com os corpos que já escutei e que ainda escuto. Com os corpos que já li e os que sigo lendo, com os corpos que insistem em escrever e se inscrever nesse mundo que os quer apagados, dizimados. Com os corpos que me escutam e me leem, em diferentes lugares e posições, como na clínica, enquanto psicóloga e enquanto analisanda e, na academia, enquanto discente, enquanto orientanda.

Se trata, ainda, sobre as experiências da colonialidade que nos colocam em dúvida sobre o que vivemos, os diferentes lugares ocupados pelos corpos, as posições de poder e as relações atravessadas por estes lugares e posições, nos encontros entre os corpos. Te convido a me acompanhar neste processo de re/visitar estas relações e posições e meus questionamentos sobre estas experiências.

3. Constituições manicoloniais⁹ na escuta: Hospital que parece casa é como universidade que parece lugar de acolhimento e diversidade?

Como produzir fissuras nas constituições manicoloniais da escuta em saúde mental? Essa é uma questão que me acompanha há quase seis anos, desde as primeiras experiências enquanto residente em saúde mental. Mas, é também, um tema que me acompanha há muito mais tempo. Desde os primeiros questionamentos sobre os atravessamentos do gênero em meu corpo, da filha que era o guri que o pai não teve, a filha que vira a princesa-projeto-de-modelo, nesse trânsito entre infância e adolescência. Me acompanha desde as brincadeiras de beijar meninas, questionamentos sobre orientação sexual ainda sem nome... Acompanha desde o dia em que colocaram na minha certidão que eu sou branca e do gênero feminino. Me acompanha desde antes do meu nascimento. Os atravessamentos da manicolonialidade estão no meu corpo desde antes de escolher trabalhar com a escuta.

Aprendi, na residência em saúde mental, que a chamada luta antimanicomial reproduz manicômios-colônias, manicolônias, como escreve Barbara Gomes (2019), quando nossas práticas não se atentam ao racismo, a hetero e cisnormatividades. Manicolonialidade é um conceito cunhado por ela, mulher negra, lésbica e nordestina, enfermeira, que cursou residência em saúde mental coletiva na mesma instituição em que faço mestrado. Ela junta os termos manicômio e colonialidade para pensar a questão colonial na saúde mental, nos ensinando que não fazemos luta antimanicomial, não fazemos ruir manicômios, sem entender a colonialidade que constitui os saberes da saúde mental e os próprios manicômios. Barbara encerra seu trabalho de conclusão de residência com a seguinte frase: “Lembra que tantos manicômios são nomeados de colônias” (Barbara Gomes, 2019, p. 41).

Clara, antes de falar mais sobre a residência, quero contar sobre a graduação. O ano de 2014 marcou minha formação, com as primeiras experiências que direcionaram a uma crítica à academia e a constituição da sociedade em que vivemos. No início deste ano, participei do VER-SUS (Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde), junto de pessoas muito críticas de diversas áreas, pensando sobre o SUS idealizado, o SUS na prática, as mudanças necessárias para aproximar a prática das legislações e normativas. Neste VER-SUS, que aconteceu em Santa Cruz do Sul (a mesma cidade em que fiz a graduação), é quando tenho minha primeira lembrança do que implica ser branca, em relação a ter responsabilidade pelo lugar que ocupo.

⁹ Conceito cunhado por Barbara Gomes (2019), em seu trabalho de conclusão de residência em saúde mental coletiva, que discutirei logo adiante.

Lembro nitidamente da cena: fui ao mercado com outros dois viventes (nome dado a quem está experienciando a imersão no SUS), um deles, homem negro, e a outra, mulher branca. Fomos comprar kiwi, pois se espantaram por eu nunca ter provado a fruta. Retornando à universidade, lugar que foi nossa casa por duas semanas, o assunto era o estereótipo de beleza de mulher alta, loira, magra, olhos claros, padrão da “corte” da Oktoberfest, festa tradicional nesta cidade que exalta a cultura e colonização alemã. Eles me diziam sobre meu lugar dentro deste estereótipo, e eu dizia não querer me reconhecer neste lugar. Em resposta, me disseram que não era uma questão de escolha, eu estava demarcada nesse lugar. Mesmo não querendo, tinha os fenótipos de uma brancura que me atribuem um lugar específico na sociedade, lugar que racistamente me beneficia.

Além de me localizar racialmente, o VER-SUS me localizou na saúde coletiva, me trazendo a noção de que precisamos estar constantemente reconstruindo nossas práticas. Saí do VER-SUS, já adentrando um coletivo feminista em formação e uma chapa de diretório acadêmico, onde a noção de crítica ao que já estava posto socialmente se fortaleceu. Esses entrelaçamentos propiciaram a criação da I Semana da Diversidade Sexual, onde foi possível juntar pessoas dos mais diferentes espaços da universidade e fora dela. A partir dela, construímos uma reivindicação de um currículo que abarcasse as diversidades transversalmente em todas as disciplinas. Construímos uma carta, para ser lida na reunião de colegiado do curso, inclusive com sugestões para exemplificar as/aos docentes como isto poderia ser feito. Lembro de uma das sugestões: que nos slides e exemplos de famílias nas aulas de teoria sistêmica, pudessem abarcar outras formas de família, além do modelo branco, hétero e cis. O medo que senti na participação na reunião não era à toa. Lendo a carta, as mãos tremiam e o suor escorria, sendo uma jovem aluna da graduação em um espaço cheio de professoras/es que estavam há muitos anos ali. Lembro nitidamente de uma professora, que nos disse estar muito incomodada com o fato de estudantes querendo ocupar a posição de ensiná-la a dar aula, criticando fervorosamente nossa atitude. Demarcando a preocupação da academia em manter o lugar de poder, sem abrir possibilidades para repensar a prática.

Em 2018, entro para a residência em saúde mental. Uma das cenas que mais me marcou, em relação a como a branquitude opera também em nosso trabalho de escuta, foi em um grupo de mulheres (assim denominado pela equipe de saúde mental). Grupo onde se encontravam mulheres entre os 40 e 70 anos e que, por si só, já era um espaço de um certo rechaço, pois, segundo falas das/dos profissionais que compunham a equipe, era muito difícil, muito pesado, sofrido, arrastado, deprimido. Bom mesmo era o grupo em que só participavam homens. Divertido, em que tudo ficava em torno da brincadeira.

Dentre aproximadamente 8 mulheres que participavam do grupo, somente uma era negra, considerando facilitadoras e participantes. Mulher negra, com o companheiro encarcerado, com uma situação de sofrimento mental grave há muitos anos. Estava vindo ao grupo a pé, caminhando alguns quilômetros entre subidas e descidas e, quando dava sorte, conseguia pegar carona em um ônibus. Seu cartão de transporte com isenção da passagem estava bloqueado por um ano, pois uma de suas filhas, que estava grávida, usou ele mais de uma vez para ir às consultas de pré-natal e foi fotografada pela câmera de “segurança” do ônibus. Mulher de fala baixa, como quem fala se desculpando por falar. Fala de quem não é autorizada, ao contrário da voz erguida que ensina bell hooks (2019a). Quando fazíamos movimento para que ela pudesse falar, o grupo não escutava. As outras participantes começavam a falar entre si, como se aquela mulher não estivesse ali. Pode ser que as outras facilitadoras entendessem que era um movimento que acontecia porque a fala dela era demorada e carregada de muito sofrimento e altas doses de medicação psiquiátrica. Mas todas essas características chegavam depois de sua cor.

Nós, mulheres que facilitavam aquele grupo, nos afirmávamos como feministas e a favor da luta antimanicomial, e a problemática das relações raciais passava batida em frente aos nossos olhos. Ou abatida, como a mulher silenciada pelo racismo. bell¹⁰ hooks, no texto “Superando a supremacia branca” ajuda a dar nome para estas repetições. Ela diz que escolhe usar o termo supremacia branca:

para identificar a ideologia mais determinante da maneira como pessoas brancas (independentemente da inclinação política, de direita ou esquerda) percebem e se relacionam com pessoas negras e pessoas não brancas nesta sociedade. É o bem pequeno, mas bastante visível movimento liberal, abertamente distante da perpetuação da discriminação racista, da exploração e da opressão de pessoas negras, que com frequência mascara o quanto a supremacia branca está completamente difundida nessa sociedade, como ideologia e também como comportamento. Quando liberais brancos falham em compreender como podem incorporar e/ou incorporam valores e crenças da supremacia branca, embora não adotem o racismo como preconceito ou dominação (especialmente a dominação que envolve o controle coercivo), **não conseguem reconhecer o modo pelo qual suas ações apoiam e afirmam a própria estrutura de dominação e opressão que declaram desejar ver erradicada** (bell hooks, p. 232, 2019a).

Supremacia branca (in)corporada, está entranhada no corpo. Não conseguimos reconhecer o modo pelo qual nossas ações, sejam diretas ou através de ações de omissão, apoiaram e afirmaram a própria estrutura de dominação e opressão que declarávamos desejar

¹⁰ O nome das/os autoras/os aparece primeiramente por extenso, em uma perspectiva contracolonial, visando o reconhecimento da autoria. Depois, escolhi chamar pelo primeiro nome, pois estou em uma conversa com elas/os/us. Quando conversamos com uma pessoa amiga, não chamamos pelo sobrenome, né?

ver erradicada, como a manicolonialidade. O silenciamento daquela mulher era também nossa responsabilidade.

Jota Mombaça, travesti negra, cientista social, escritora e artista visual, no texto “Pode um cu mestiço falar?” (2015), levanta esta questão, “Que ocorre quando umx subalternx fala?”, sobreposta a pergunta “pode uma subalterna falar?”, de Gayatri Spivak, entendendo, esta última, como “uma alusão à impossibilidade de forjar espaços de enunciação a partir dos quais umx subalternx possa se expressar e ser ouvidx como sujeito” (Jota Mombaça, 2015, p. 4). A pergunta “Que ocorre quando umx subalternx fala?” lança o olhar para além do lugar da subalterna, mas para os efeitos de sua fala, até onde ela chega, ou não chega, ou tenta chegar, mas é impedida. “O silêncio subalterno mais como efeito de uma não-escuta colonial do que propriamente de uma não-fala subalterna: “O subalterno (...) não pode ser escutado ou lido”. (Gayatri Spivak, 1988, p. 361 apud Jota Mombaça, 2015, p. 5)

Estas reflexões podem nos ajudar a pensar sobre a cena que acontece em um grupo de mulheres no SUS e, também, cabem à academia, à um PPG de Psicologia Social, os quais são lugares de escuta e de saber. Lembra das cartas escritas pelas pessoas discentes do PPG? Foram uma denúncia da não escuta das falas e, posteriormente, das escritas. O que Jota Mombaça aponta é o que foi denunciado nas cartas. Quem escreve diz da (im)possibilidade de fala, não porque não se consiga falar, porque se fala e muito. Mas a fala cai num lugar de não escuta. Sigo contando com as palavras de Jota Mombaça:

procuro relocalizar uma crise que tem, por muito tempo, servido para despotencializar a nós, sujeitxs fora das gramáticas da produção de saber. Ao invés de pôr em dúvida nossa capacidade de forjar discursos e saberes desde as subalternidades, **escolho interrogar a capacidade dos marcos hegemonicamente consolidados de reconhecer nossas diferenças**. Assim é que, no limite mesmo da minha pergunta, insinua-se ainda outra: **pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta?** (Jota Mombaça, 2021, p. 6, grifo meu).

Se chego à residência e, posteriormente, ao mestrado, movida, além de outros motivos, pelas lacunas que reconhecia em minha formação enquanto psicóloga, vou percebendo que, também nesses lugares, as falhas seguem presentes. Espaços onde esperei que profissionais mais qualificados (majoritariamente brancos, héteros e cis), mais próximos a uma saúde mental coletiva, a uma psicologia social, estariam mais atentas a estas questões em suas práticas. Fui entendendo e reconhecendo que, mesmo com leituras e estudos que fazem um enfrentamento à colonialidade, pouco se consegue autoperceber ou fica ainda mais evidente um não querer olhar para a branquitude e a cisheteronormatividade constituintes da escuta. Ramón Grosfoguel (2016), no texto “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas:

Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo século XVI”, auxilia a compreender que o que entendia como falha, lacuna no conhecimento é, na verdade, o projeto colonial que constitui as universidades. A universidade não falha com o racismo/sexismo epistêmico, ela opera como foi projetada para ser.

Para bell hooks, o ambiente universitário é o lugar onde é mais evidente que “a supremacia branca continua moldando as perspectivas sobre a realidade e configurando a posição social de pessoas negras e de todas as pessoas não brancas” (bell hooks, 2019a, p. 168). O que fazer com isso? Como pesquisar esse tema em uma academia constituída e incorporada pela supremacia branca? Ecoa a pergunta de Jota Mombaça: [Como] pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta? bell traz pistas, dizendo que **é necessário que nós, pessoas brancas, comecemos a explorar por completo o modo pelo qual a supremacia branca determina como observamos o mundo, mesmo que nossas ações não estejam embasadas por nenhum tipo de preconceito racial que provoca discriminação e separação explícita.** Admito, Clara, é mais fácil apontar o eu-colonial de outras pessoas do que o meu próprio. Como fala Kabengele Munanga (2017), no texto “As ambiguidades do racismo à brasileira”, as pessoas reconhecem haver racismo no país, mas não se reconhecem racistas, nem as pessoas à sua volta, o que ele denomina de inércia da democracia racial brasileira. Brasil, um país racista sem racistas. Como esperar que as pessoas explorem a supremacia branca em suas práticas, como propõem bell hooks, sem eu mesma conseguir olhar para minha prática?

No ano seguinte a essa experiência no grupo de mulheres, em 2019, um dos meus campos de atuação da residência foi um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, onde uma estagiária de psicologia, mulher cis, negra, anuncia seu incômodo na discussão de casos na equipe. Disse que precisávamos nomear a raça das crianças e adolescentes quando estamos apresentando o caso, pois isso faz muita diferença na forma e motivos pelos quais a criança experiencia o sofrimento. Além disso, ela começa a compor a coordenação de um grupo de crianças, junto comigo e outras duas mulheres brancas, e, em algum momento, nomeia como negro um menino que não líamos desta maneira. Duas situações que causaram um choque com minha branquitude e os apagamentos que ela reproduz.

Também é isto que quero com essa pesquisa: olhar para as próprias constituições manicoloniais na escuta, essas que aparecem aí, nos encontros-choques com as diversidades. Falar do meu corpo no mundo, enquanto pessoa, enquanto escutadora, enquanto pesquisadora, enquanto escutada, enquanto orientada, destes encontros que tensionam e fazem perceber as manicolonialidades. Falando em perceber, quando ingressei no mestrado, na disciplina de

metodologia I, foi proposta a escrita de cartas como atividades para pensarmos nossos projetos. Compartilho ao longo dessa conversa contigo, Clara, fragmentos delas, por contarem sobre meu percurso e re/posicionamentos com esse tema de pesquisa. Na “carta para des/acontecer problema de pesquisa”, conto como des/acontece o título do anteprojeto que escrevi para me candidatar a vaga de mestrado: “Como pode o colonizador escutar? (Des)ensurdecimentos (de)coloniais na escuta em saúde mental”. Segue uma parte dela:

“[...]”

Se antes eu me questionava “como pode o colonizador escutar?”, agora, o que me ocorre é que talvez não seja tão importante pensar se pode ou como pode o colonizador escutar. Porque a imagem de um colonizador, entre nós, colegas de escuta, ela se esmaece, pode habitar corpos de diferentes formas. O colonizador não é simplesmente aquele corpo normativo (branco, hétero, cis), porque é um corpo subjetivo também. Não me parece, ao menos. Acredito que muito se escapa em tentar definir algo assim. Me parece que o colonizador pode estar cada um/a/e de nós, ele opera na branquitude, na cisnormatividade, na heteronormatividade. Não posso apreendê-lo. Seria muita pretensão. Mas também me questiono se isso seria “o colonizador” ou os efeitos da colonialidade sob o colonizado.

No anúncio de uma busca dos “(des)ensurdecimentos (de)coloniais na escuta em saúde mental”, já é possível reconhecer uma colonialidade operando na minha escuta-leitura. “Ensurdimentos”, como apontado por uma leitora-escutadora atenta, é uma conceituação capacitista. Então, novamente, a questão não é apontar o colonizador, mas olhar para como a colonialidade se atravessa em cada um/a/e de nós, e como permeia nosso trabalho de escuta, que não se faz pelo ouvido, e não se deixa de fazer por um ensurdimento. Senão, diríamos que pessoas surdas não podem operar escutas? Chamo Stella do Patrocínio para fazer falatório com a gente:

Eu estava com saúde
 Adoeci
 Eu não ia adoecer sozinha não
 Mas eu estava com saúde
 Estava com muita saúde
 Me adoeceram
 Me internaram no hospital
 E me deixaram internada
 E agora vivo no hospital como doente

O hospital parece uma casa
 O hospital é um hospital
 (Stella do Patrocínio, 2001, p. 51).

Stella, em seu falatório, denuncia o hospital-manicômio como produtor de adoecimentos. Ele parece casa. Ele é hospital. Se Peter Pál Pelbart (1991) fala sobre os manicômios mentais,

penso da necessidade de estarmos atentas para que nossas escutas possam ser casa-acolhida, e não reproduzam mais aprisionamentos, manicomializações, armários, normatividades.

[...]

*

“O hospital parece uma casa, o hospital é um hospital”. Stella conta, em seus falatórios, sobre como a adoeceram e disseram que saberiam como a cuidar. Que teriam “a verdade”, tanto para seu adoecimento, quanto para seu cuidado. Hospital que parece casa é como universidade que parece lugar de acolhimento e diversidade?

4. Devolver o problema à quem o cria: voltando o olhar para a psicologia

Assim como Jota Mombaça ajuda a pensar a produção de saberes na academia, Sofia Favero, mulher trans, psicóloga doutoranda deste mesmo PPG, no livro *Pajubá-terapia: ensaios sobre a cisnorma*, auxilia a localizar ainda mais no núcleo em que me encontro: produção de saberes na saúde mental, na psicologia, na clínica, sobre as escutas. Reconhecer que nossa escuta é manicolonialmente performada, assim como performamos gêneros. Per/formada. Montada: a colonialidade na construção do conhecimento e atravessada nas teorias que lemos até hoje. Na saúde mental, na psicologia, na psicanálise. Sofia, contando de uma situação que viveu na sua graduação, exemplifica bem isso:

No meio de quase quarenta futuros psicólogos, ninguém manifestou o menor incômodo com o fato de que uma travesti/mulher trans estar sendo tratada como um rapaz. O que é isso? A psicologia começa só quando chega a hora da clínica? **Não estamos aqui fazendo psicologia, agora, nesse momento?** É esse o tratamento bárbaro que é reservado aos estudantes que não são cis? A cabeça não parava de pensar. E quero lhe mostrar justamente isso, pois é como se psicólogas não pudessem falar sobre si. Uma ideia de verticalidade que não me agrada em nada. Eu tenho uma história e ela passa por cima de todas essas neutralizações psicológicas, de um psiquismo opaco, de um apagamento — dentre vários — impulsionado pela cisnorma (Sofia Favero, 2022, p. 41).

A pergunta de Sofia ecoa e me faz retornar às minhas experiências que vivi: não estamos fazendo psicologia agora, neste momento? Faz atentar para a construção da psicologia, para a performatização cotidiana enquanto psicólogues. Pois, mesmo sendo uma ciência que se constitui na colonialidade, a reatualizamos em nosso fazer, fazemos a manutenção de suas teorias e suas práticas. E, nesse fazer cotidiano, que passa também pela nossa história, é a partir de onde podemos operar mudanças na história da psicologia. E vou reconhecendo quem sou, o lugar que ocupo no mundo e o lugar que ocupo no fazer da psicologia enquanto ciência e profissão. Provocada pela escrita de Sofia, resgato essa narrativa, escrita para um trabalho de uma disciplina:

“No início do ano (2021), iniciando também a participação em um grupo de estudos em psicanálise, um participante jovem traz para o grupo a questão sobre identidades, como tem sido discutida hoje, e a visão da psicanálise a partir do entendimento de um apagamento do sujeito quando ele se coloca ao lado, dentro, de um coletivo identitário ou de um nome identitário. Naquela ocasião, falei sobre como algumas identidades já estavam garantidas, e que, do lugar de quem estuda e pratica a psicanálise, é necessário que consigamos olhar para

isso, afinal, quem levantava a questão era um homem branco, cisgênero e heterossexual. Obviamente, esta questão não se esgotou ali, apareceu novamente em outro momento quando se falava que experiências trans são da ordem do imaginário. Isso significa que tem uma experiência que é real, que é simbólica? Que seria a experiência cis? Como matriz, como algo que se imita?¹¹

Ainda nesta ocasião, uma participante contou que, na Argentina, movimentos sociais estão tentando aprovar um projeto de lei sobre a possibilidade de crianças trans de fazerem terapia hormonal e alterações no corpo, e há um movimento de psicanalistas se posicionando contra esta possibilidade, alegando que a psicanálise é um saber que precisa garantir o desejo do sujeito, quase protegê-lo, de algo que seria o desejo que os pais interpretam sobre a criança. Me questiono: A experiência cis e hétero não é o que os pais interpretam sobre a criança desde antes de ela nascer? A hétero e a cisnormatividade produzem intervenções no corpo desde sempre. O brinco na menina recém-nascida quando nasce, a depilação na adolescente, a maquiagem, todas são intervenções e alterações no corpo.¹² Essas intervenções são permitidas, por serem a experiência original cis?

Me sinto esmagada. A colonialidade não tem isso como grande efeito? Esmagar vidas, existências múltiplas. Será que é por isso que me toca tanto a frase de Ailton Krenak “Quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar”? (Ailton Krenak, 2019, p. 28). Empurrar o céu para abrir espaço a essa esmagadora normatividade, que esmaga espaço na escuta também. Me ocorre a imagem de um filme de terror, em que as paredes da sala vão se fechando. Se fecham as possibilidades, as múltiplas existências, se fecham os corpos por onde podem passar essas múltiplas existências, só sobra lugar para uma forma já bem conhecida e, tão bem delimitada, que não se entende como forma.

Tempos depois destas duas situações, em outro grupo de estudos, me encontro com o texto *Paradoxos das Políticas Identitárias*, de Tadeu Souza, José Damico, Emiliano David (2020) que me chegam como as palavras necessárias, a resposta para a pergunta escutada meses antes. Me parece que “identidade”, como em um jogo, serve como uma carta curinga que a colonialidade, através da branquitude e cisheteronormatividade, usa a seu favor, reivindicando como regra exclusiva de seu jogo, apontando que não pode ser usada por outres. Só é permitido usufruí-la, quem já a tem garantida, como uma herança, carregada de violência, de dominação, de morte e não é reconhecida desta forma. Para aquelas que não herdaram essa possibilidade,

¹¹ E, como lembra Luciana em comentário: como se ela não fosse do imaginário, como se não tivesse sido sonhada e performada e imposta para se fazer mais real e verdadeira do que outras experiências?

¹² E, como lembra Luciana em comentário: “E também as que nos ensinam como sentar, como caminhar, como se comportar, como brincar”.

resta a necessidade de criá-la, ao mesmo tempo que se aponta a iniquidade das regras do jogo. Empurrando a colonialidade e respirando...”

Essa escrita me fez lembrar que, enquanto frequentava esse grupo de estudos, no início da minha experiência clínica em consultório, tinha muito receio em defender este ponto de vista, sendo, pelo que sabia, a única participante lésbica. As demais pessoas eram todas heteras e cis. Como questionar o Complexo de Édipo que dizia que a minha “saída” para sexualidade era anormal, sem ter a leitura suficiente como os outros participantes do grupo tinham?¹³

Eu queria entrar nessas discussões, mas tinha muito medo que me apontassem que, assim como problematiza Sofia, “quero uma psicologia diferente porque sou diferente” (Sofia FAVERO, 2022, p. 34). Segundo ela, esse tipo de afirmação reduz a questão ao âmbito do indivíduo. Depois, descobri que um dos psicanalistas estudados por aquelas pessoas era transfóbico e homofóbico, que dizia que pessoas trans e homossexuais não teriam condições de serem analistas. Eu me sentia muito constrangida, errada, com menos saber para questionar isso. Agora, sei que a possibilidade, para mim, de discutir sobre estas questões, é estando em espaços que reconhecem como legítima minha orientação sexual e não reconheçam legítima uma teoria que não legitima minha experiência. “Não desejo uma psicologia diferente porque sou diferente, desejo outra prática porque essa psicologia causa desigualdade” e violenta corpos (Sofia Favero, 2022, p. 34).

Compartilho uma memória que registrei no último ano, quase que como um diário de autorreconhecimento:

“Num pequeno intervalo de tempo decido ir ao mercado, aproveitar e ver o céu azul. Logo na chegada, indo ao fundo, na padaria, espero passagem entre três pessoas. Um homem que fala da sua diabetes em decorrência da pandemia, o que me remete a minha mãe, e uma senhora que segura seu neto, uma criança entre seis e oito anos. O senhor sinaliza a ela que estou aguardando passagem, que diz ao seu neto: deixa *ele* passar. Mais uma vez, fico chateada com essa situação, por isso escrevo esta carta.

Lembro da primeira vez que me chamaram no masculino. Foi na noite do meu aniversário, nas primeiras saídas à noite depois de um isolamento encerrado em casa, na fila do banheiro. Meu cabelo ainda não estava muito curto, imagino que aos ombros. Mas, lembro de estar usando uma calça um pouco mais larga. Nessa ocasião fiquei muito feliz com a confusão.

¹³ Luciana, me ajuda com a inversão das perguntas: se tu não tinhas leitura suficiente sobre o que eles tinham, eles também não tinham abertura, disponibilidade e conhecimento para deslocar a percepção única que seguem.

Um homem cis chegou na fila atrás de mim, em um bar que não faz distinção de gênero para uso de banheiro, perguntando algo como “tá na fila, amigo?”. Olhei para trás e respondi que sim, ele, todo sem jeito, pediu desculpas. Saí contando feliz para minhas amigas. Tinha algo de desejo nisso, que, para além de uma confusão dos gêneros, me inscrevia em algo de masculino. Eu queria isso.

Depois disso, lembro da situação em que parabeneizei uma pessoa no Instagram, que “me conhecia” virtualmente, e que me agradeceu me chamando de amigo. Logo corri para contar para minha amiga, comentando sobre a minha foto e meu nome darem brecha para confusão. Uma foto de lado, onde mostrava o pescoço e a nuca com o cabelo curto, foto da primeira vez que cortei o cabelo mais curto. O nome, um tanto raro, com um sufixo que costuma ser associado a nomes ditos masculinos. Gostei da confusão e do entendimento de que meu nome me coloca também nesse lugar que descola um pouco essa marcação de um gênero.

Após essa situação, uma amiga, que cortou o cabelo bem curto, me contou de uma festa que foi, onde indagaram, pela primeira vez, sobre qual pronome ela usava. Eu, ao invés de questionar sobre como ela se sentia, logo lancei interjeições: “amooo!!”. Isso dizia de mim, desse desejo de um lugar de confusões de gênero.

Tempos depois, quanto mais essa situação acontecia, a alegria foi dando lugar ao incômodo. Algumas leituras no Instagram colaboraram para isso. Lembro que uma sapatão compartilhou uma imagem, da página “Lésbica, negra e caminhão”, de Alaine Santana, que dizia: para mim, o termo lésbica desfem é só mais um termo pomposo de lésbica masculina, e tenho asco dos dois termos”, seguido da legenda com o texto que fala sobre o binarismo mulher/feminilidade, homem/masculinidade, serem constructo social, ou seja, não natural, e finalizando com o seguinte parágrafo:

Por fim, ainda q todas essas construções tenham sido à mim impostas [mulher/feminilidade, homem/ masculinidade], prefiro ressignificar o conceito do que é ser mulher/feminina, do que aceitar a masculinidade que insistem em colocar no meu corpo, no meu ser. Eu NÃO SOU uma lésbica masculina, NÃO SOU uma lésbica desfeminizada, NÃO SOU uma lésbica que não performa feminilidade, EU SOU uma lésbica que não segue a feminilidade padrão/compulsória, não sigo a feminilidade que foi criada pelo homem branco. O meu corpo, o meu comportamento, minha roupa, meu cabelo, é de uma LÉSBICA MULHER E FEMININA, que rejeita a masculinidade/virilidade, e eu sei que há muitas caminhoneiras que pensam o mesmo, eu as vejo e estamos aqui! (Alaine Santana, 2022a).

Entendi que poderia ser mulher, lésbica, sapatão sem precisar colar em algo do masculino. Mas os chamamentos de outras pessoas no masculino seguiram e se intensificaram. Assim como meu incômodo nestas situações. O comum das situações acontecerem era quando eu estava de costas, ou quando as pessoas não haviam me olhado. Mas, em uma situação em que

aguardava entrada em um local, onde fiquei de frente para a atendente, que me cumprimentou, pegou meu documento, liberou minha entrada e me chamou de senhor, me fez perceber que era para além de não me olharem direito. Tem uma leitura que passa por outro lugar. Pouco tempo depois, estava com minha companheira no mesmo bar de meu aniversário, e nos chamaram de *eles*. Corrigi. O incômodo era tanto que decidi que dali para frente iria corrigir as pessoas. O cara que nos chamou assim ficou se desculpando, todo atrapalhado.

Contando assim parece até que quero defender um binarismo de gênero, não é isso. Talvez eu escorregue nele, ou melhor, com certeza eu me estatelo nele porque me constituo nessa lógica, mas o que acontece é que me colocarem como homem apaga o que sou. Sou mulher cislésbica, me custa bastante estar neste lugar, e não quero ocupar outro, neste momento. Em termos políticos, me parece mais interessante estremecer o que é entendido como feminino do que nomear como masculino ou desfeminilizada.

Procurando a publicação que comentei antes, achei esta outra publicação, “a feminilidade não padrão dalésbica caminhonheira”, em que Elaine, (já contei que ela também é psicóloga?) retoma a discussão para explicar a partir de críticas que recebeu:

A feminilidade me foi imposta desde q descobriram que eu era uma menina, a partir daí, separaram roupas rosas, bonecas, lacinhos e agulha para furarem minhas orelhas. Não satisfeitos, quando fiquei mais velha, me colocaram vestidos, saias, maquiagens e me ofereceram aos homens. Criaram todo um ritual para que eu ficasse agradável aos olhos masculinos. A partir do momento que, inconscientemente, rompi com o rosa, com as saias, maquiagens e comportamentos ditos femininos, atribuíram ao meu corpo a masculinidade. Cresci com termos como: “moleque macho”, “maria homem”, “Maria-João”, nunca entendi a razão de me colocarem esses termos, nunca entendi a razão de não poder jogar futebol ou não poder brincar de carrinho, afinal, eram brinquedos. E os vestidos? Por que eu tinha q usá-los? Eram desconfortáveis. Eu não gostava. O tempo todo meu corpo foi atribuído ao masculino. E ainda hoje o é, mesmo na comunidade lgbtq+ e fora dela. Diante disso, repensei os termos defem, não feminilizada, não-performance de feminilidade, sempre termos que renegam o feminino mas, de certa forma, acolhe o masculino para seus corpos.

E, pensando socialmente na dualidade das coisas, seus antônimos, na ausência de um, se tem o outro. Há quem goste do termo e tudo certo, eu prefiro ressignificar a minha feminilidade que nada tem de masculino *e que não é agradável a alguns olhos*. Eu não sigo a feminilidade compulsória, essa a qual estamos habituadas a ver em novelas, séries e livros de romance. Eu sigo a minha feminilidade desconectada dessa feminilidade padrão. A minha feminilidade está no meu comportamento, nos adereços que uso, no tecido que visto e no momento q estou amando outra mulher.

E a feminilidade está na minha cor, pois não posso esquecer que sou negra. (Elaine Santana, 2022b)

Ler essa publicação,, me ajudou a entender que existem outros tipos de feminilidade para além do que está posto. Elaine dialoga com as construções que faço a partir da minha experiência e questionamentos sobre minha identidade de gênero enquanto mulher cisgênera.

Falei que ia corrigir os pronomes, né? Mas a cisheteronormatividade me pega de surpresa e me dá rasteiras. Como disse, era só uma ida ao mercado rápida, encaixada na rotina de

trabalho, para aproveitar o céu azul. Não estava a fim de pensar nisso. Eu nem estava me sentindo nesse lugar que se entende por desfeminizado. Estava de blusa mais curta, justinha, calça bem acinturada. Fica ressoando em mim a interrogação: quais são os atributos que, aos olhos das pessoas, as fazem me ler como homem?”

*

Clara, conto tudo isso, para dizer que o problema é da psicologia, não é meu. Demarcando uma posição de

combate epidemiológico, as teorias normativas que marginalizam experiências sexuais e de gênero lidas enquanto “diferentes”. Precisamos deslocar nossos olhares. Se nos dizem que são as LGBTs que corrompem instituições (familiares, escolares, dentre outras), precisamos dizer, em contrapartida, que **são justamente as lentes hegemônicas sobre o corpo que impõem as violências que dizem combater. Criam o problema e o depositam em nossas costas. Não mais** (Sofia FAVERO, 2022, p.15).

Devolver o problema a quem os cria. Mais uma vez, o movimento feito nas cartas escritas por discentes do PPGPSI, ao PPGPSI. A psicologia, enquanto ciência que faz uma leitura sobre as pessoas, sobre a sociedade, pouco consegue fazer o movimento de se (re)ler. O movimento deve ser da psicologia, e não meu, quando me reconheço enquanto lésbica, enquanto uma pessoa LGBTQIAP+. Mas o movimento deve ser meu, enquanto me coloco como psicóloga cis e branca, e não que haja uma separação aí, mas, nesse tempo de experiência clínica enquanto uma mulher lésbica, fui entendendo em quais espaços valeria a pena estar, em quais lugares era possível discutir a mesma teoria (no meu caso, psicanálise) com uma discussão mais comprometida em nomear os racismos, machismos, homofobias e transfobias presentes na teoria e o cuidado para não fazê-lo na prática. O problema é meu porque sou branca, e, operando a psicologia deste lugar, tenho o compromisso de fazer o reconhecimento do epistemicídio. Lembro das perguntas que Luciana Rodrigues e Bruna Battistelli (2020, p. 47), usam para abrir seu artigo *Entre Cartas: Sobre Branquitude e Epistemicídio na Produção de Conhecimento em Psicologia*: “Que caminhos nos ajudam a pensar a produção de conhecimento em Psicologia, no contemporâneo, em nosso país? Como pensar esse campo sem considerar o tema da branquitude, do epistemicídio na produção de conhecimento em Psicologia?”.

Este movimento de ir e vir, de me reconhecer numa encruzilhada, num lugar de desconfianças das próprias posições ocupadas, se faz necessário para que não caia na essencialização do lugar de colonizado/colonizador, pois entendo que posso ocupar essas posições, ou características delas, em diferentes momentos, relações, espaços. Uma afirmação que merece cuidado, pois em algumas situações, esta diferença que marca uma violência sempre está colocada.

Estas identidades de colonizador e colonizado se atualizam de diversas formas. Nos serviços públicos de saúde em que tive experiência, a grande maioria de profissionais são pessoas brancas e boa parte de pessoas usuárias são negras, essas identidades se colocam a todo momento. Essa relação pode ser imagem neste trecho do diário de Maura Lopes Cançado:

De manhã um frêmito desperta o ambiente quando os médicos chegam. Limpos, os jalecos brancos distinguindo-os como um nascer de esperança. Algumas mulheres ansiosas se manifestam, de uma ou outra forma. [...] O médico, tocado pelo que trouxe de fora e na impaciência de voltar, atende apressado. Cada vestido cinzento é a repetição monótona de tantos casos por ele observados (Maura Lopes Cançado, 2015, p. 76).

Jaleco branco veste o colonizador e vestido cinza o colonizado? Está sobre a pele, está na pele, epidérmico. O manicômio brasileiro, que se popularizou a partir do pós-abolição:

[...] não é coincidência. não é acaso. maioria da população encarcerada nos manicômios era e é negra. esse mesmo pós abolição tinha como projeto de governo o embranquecimento do país e convite de imigrantes europeus para supostamente melhorar a raça intelectualmente, moralmente, fisicamente. discurso e prática de ódio disfarçado de ciência com nome eugenia. e essa suposta melhoria é projetada também como o desenvolvimento de uma única ciência e saber branco, um único modo de pensar saúde e cuidar da vida e da morte, desconsiderando e criminalizando práticas e saberes ancestrais e milenares dos povos originários e dos povos africanos. e falar de manicômio no brasil é falar de sequenciadas tentativas modernas de apagamento simbólico ancestral da presença e força de várias civilizações africanas e indígenas (Barbara GOMES, 2018, p. 19).

Há identidades constituídas no lugar de colonizador: brancas, héteros, cisgêneras. Essas mesmas que não se percebem como um lugar de quem tem/toma para si uma identidade (como as pessoas que discutiam no grupo de estudos em psicanálise). As ciências médicas, ciências psicológicas, ciências da saúde em geral também ocupam esse lugar. Estas encruzilhadas em torno da questão da identidade são muito caras para mim na clínica. Assim como, quando ocupo estes espaços de estudo e percebo que me sinto desconfortável tentando discutir uma teoria em um lugar onde sou a única pessoa LGBT, onde não tem presença de pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiências, tento fazer esse movimento na clínica: quem sou (no sentido do lugar que ocupo) e quem sou em relação a cada pessoa que escuto. Por isso se falam em relações raciais, relações de gênero, pois essas nomeações foram criadas na relação para marcar posições.

Jota Mombaça sugere pensarmos a partir do termo posição, ao lugar de identidade, afirmando que, o termo posição “talvez diferentemente do conceito de identidade, incorpora já um certo grau de antiessencialização estratégica, pois expressa um certo estado, uma certa forma de estar situada, e não uma verdade absoluta (essencial) sobre um certo sujeito.” (Jota Mombaça, 2021, p. 78).

Jeferson Tenório, em seu livro *O avesso da pele*, ilustra muito bem estas posições e relações, em uma cena que narra duas pessoas negras sendo atendidas por dois psicanalistas brancos.

Enquanto isso, você observava os terapeutas. E pensou que eles não sabiam nada de vocês. Não conheciam o tumulto vital de vocês. Eles eram brancos. Vieram de uma classe média. E tinham uma visão limitada do mundo. Não perceberam o que estava acontecendo ali. Eles não sabiam que a metade dos seus problemas estava contida na cor da pele, você pensou. Não diretamente, mas lá no fundo. Você sabia que tudo isso era mais complexo do que eles imaginavam. **A psicanálise tinha cor, e ela era branca, você pensou. E definitivamente haviam coisas que escapavam a Freud** (Jeferson Tenório, 2020, p. 85).

Haviam coisas que escapavam a Freud, e ainda há coisas que nos escapam hoje, ao seguir-se lendo sem nenhuma crítica autores europeus que constroem teorias ditas universais, como se pudessem ser uma lente de leitura para todo o mundo. Sigo com as palavras de Luciana e Bruna para pensar sobre a produção de conhecimento em psicologia:

se a branquitude produz lugares de privilégio e sustenta lugares de subalternidade, como podemos seguir sem questionarmos nossa produção de conhecimento, formando profissionais e construindo intervenções e escutas qualificadas no campo da Psicologia, sem nos determos e analisarmos os efeitos de uma política de branqueamento e da lógica da branquitude, a qual facilmente pode figurar como horizonte de nossas práticas, como parâmetro daquilo que se espera em relação a modos de viver mais saudáveis, “normais”, e que conseqüentemente devem ser seguidos por todos? (Luciana Rodrigues; Bruna M. Battistelli, 2020, p. 47).

E, para além da produção de conhecimento, as práticas de trabalho, diretamente atreladas à produção de conhecimento. (Lembro de Sofia: e não estamos fazendo psicologia neste momento?). Assim também se deve dar na escuta: a posição que ocupa o corpo é, também, o que ele representa na cena analítica. Que lugar ocupo enquanto escuto um homem branco, cis, hétero, classe média? Que lugar ocupo enquanto escuto uma mulher amarela imigrante? Que lugar ocupo quando escuto uma mulher negra lésbica pobre? E também no espaço do grupo de orientação: O que meu corpo branco, loiro, representa em um grupo prioritariamente de pessoas negras?

Em que o encontro do meu corpo (e o que ele representa em imagem, branca, que disside de uma performance de feminilidade padrão) com cada um desses corpos pode ser diferente? Relações de encontro, relações de escuta...

[...] acredito que especificar a problematização da escuta pode ser um percurso interessante caso queiramos rever o modo como encaramos as identidades trans e travestis na clínica, pois, assim, não estaríamos mais presumindo que a questão está no outro, mas também em nós. Ou seja, deixa de ser “o que a transexualidade nos revela” para ser “o que nós estamos entendendo por transexualidade e por que isso, na grande parte das vezes, redobra a marginalização dessas pessoas? (Sofia Favero, 2022, p. 24).

Esse talvez seja o maior dos objetivos deste trabalho. Olhar para mim e convidar que outras pessoas olhem para si. E, quando escolho olhar para mim, nem sempre o que vejo é bonito. A gente se percebe caindo no mesmo lugar que se critica. Me parece que falarmos sobre racismo, sobre branquitude tem sido uma forma de se dizer antirracista, decolonial e, nesse sentido, como lembra Luciana “falar e mudar relações são procedimentos diferentes”. Ao ingressar no mestrado, sem conhecer as/os docentes, escolhi por um grupo que estava lendo Memórias de Plantação, de Grada Kilomba. Depois de um tempo, percebi (não sozinha, principalmente pelo movimento produzido pelas cartas) que a leitura pouco aparecia na prática. Depois, com a troca de orientação, Luciana me pergunta o que já li e estou lendo para a escrita do projeto. Quando cito Memórias de Plantação, ela logo me aponta que não basta ler o livro, é importante pensar e escrever minha relação com a leitura, como eu, pessoa branca, me sinto e me entendo a partir das palavras que Grada escreve, qual é minha posição, enquanto pessoa branca, nas experiências narradas pela autora. Na hora, me senti constrangida e me percebi no mesmo lugar que estava apontando. Isso também é pensar a contracolonialidade na escuta, porque a leitura também é uma escuta. Eu nunca havia pensado em falar o quanto foi demorado, para mim, ler este livro. Lia poucas páginas, me causava muito incômodo, parava, retomava. É uma escrita que não temos para onde fugir. Na verdade, temos. A branquitude sempre encontra por onde se esgueirar, não olhar, se proteger, tem a possibilidade de escolha de fazer isso. Mas ali, no momento da leitura, Grada nos convoca. Em relação a isso, Bruna e Luciana apontam que

[...] para a Psicologia, não basta lermos mais autoras(es) negras(os). É preciso pensar como estamos lendo estas(es), como nos apropriamos do que elas/eles nos ensinam e como conseguimos ler a nossa realidade e a realidade das(os) alunas(os). Como escutamos uma/um aluna(o) negra(o) que nos diz que estamos sendo racistas? Ou que nos diz que não conseguimos ver os privilégios de nossa branquitude? (Luciana Rodrigues; Bruna M. Battistelli, 2020, p. 58).

Quais as éticas que permeiam as pesquisas e os trabalhos em psicologia? Tem a ética reguladora, normativa, das quais temos código de ética, protocolos, resoluções. E também a dimensão ética que, infelizmente, escapa mais às regulamentações, isso que permeia corpos, permeia escutas e relações.

Falo desde e sobre o país do mito da democracia racial, onde existe racismo, mas não pessoas que declaram seu racismo. Nosso código de ética consegue regulamentar questões sobre racismo, homofobia e transfobia explícitos (como a RESOLUÇÃO CFP N° 001/99 DE 22 DE MARÇO DE 1999 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à

questão da Orientação Sexual; RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial; RESOLUÇÃO N.º 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018 que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis), mas as formas mais “veladas”, que costumam ser negadas por quem as comete quando questionada, ou que são mais difíceis de serem nomeadas, mesmo com um incômodo de quem as sofre. Essas escapam dessas regulamentações.

Ao invés de nos preocuparmos em atualizar a saúde mental, assim como o termo reforma psiquiátrica nos aponta, Sofia diz que a busca é por “colocar em disputa a necessidade de apostarmos em outras éticas, talvez mais próximas das margens do que dos centros, ou mais próximas do “sul” do que do “norte”. Teríamos, então, a possibilidade de discutir uma psicologia atenta às sutilezas das terras tupiniquins. (2022, p. 14)

5. “Nossos sonhos de sobrevivência e mudança”: como é possível construirmos outras performances de escuta?

Quero lhe contar sobre uma clínica não das praças, mas das esquinas. Uma terapia de alianças marginais. Uma psicologia odara. Com sorte, uma saúde mental do/no sul dos trópicos (Sofia Favero, 2022, p. 32).

Clara, quero compartilhar contigo mais uma memória. Em algum dia do início de 2022, estava no primeiro dia de uma aula online sobre as “Contribuições do pensamento de bell hooks para a pesquisa, o ensino e a extensão em psicologia”, organizada pelas professoras Jaileila Araújo e Luciana Rodrigues. Elas propuseram uma atividade escrita e, no intervalo de tempo para escrevermos, Luciana colocou uma lista de músicas para tocar. Tirei os fones de ouvido, enquanto jantava, pois tinha parado de trabalhar naquele momento. Minha companheira, que compartilhava a mesa comigo, comentou sobre as músicas, lembrando de uma cena que, curiosamente, eu havia esquecido.

Na experiência de estágio docente, estava com as duas professoras brancas, responsáveis pela disciplina, planejando as aulas. Elas comentaram sobre escolhermos uma música para tocar no início do primeiro dia de aula, enquanto as pessoas estudantes iam entrando na sala virtual. Comentei sobre uma música¹⁴ que gosto muito e que me marca sobre inícios e caminhos novos: “Rito de Passá”¹⁵, de MC Tha. Escutamos a música juntas e me disseram que era **muito localizada**. Continuaríamos a pensar em outras opções. A música escolhida, sugerida por uma delas, foi “A casa é sua”, de Arnaldo Antunes - Clara, se quiser entender mais essa experiência, te convido a ver os vídeos das músicas. No momento em que a aula começou, eu assistia o vídeo, escutava a música e pensava sobre o quanto ela era muito localizada, dentro da branquitude. Um homem branco, classe média alta, hétero, cis, com uma banda toda composta por homens, com uma plateia, em sua maioria, visivelmente branca, classe média alta, cis, hétero. Isso não é uma localização? A comparação de localização é a partir da experiência de quem? Para quem, a música de MC Tha é mais localizada do que a de Arnaldo? Por que a de Arnaldo é uma música mais universal? Por que uma música produzida por Thais, cantora negra da periferia de São Paulo, que junta música pop e funk brasileiro com influências religiosas de matriz afro-brasileira, é mais localizada que Arnaldo Antunes?

Lembro de Grada Kilomba (2019), quando fala sobre o conhecimento e o mito da neutralidade. Narrando sua experiência na academia, ela diz que, a partir do racismo, os “corpos

¹⁴ Compartilho a lista das músicas que compõem essa dissertação:
<https://open.spotify.com/playlist/6gpGzc5M0IIDPdB6sk2MCO?si=df322eb79f094825>

¹⁵ [MC Tha - Rito de Passá \(Clipe Oficial\)](#)

negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão fora do lugar e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem” (2019, p. 56). De quem é a casa anunciada nessas “boas-vindas” às pessoas estudantes? Impossível não lembrar da casa hospital falada por Stella. Casa-manicômio para corpos pretos, como o de Stella, casa-academia para corpos brancos. Quem se sente em casa na universidade?

Lembro também de Carolina Maria de Jesus, no livro “Quarto de despejo” (1960), onde ela denominou a favela de “quarto do despejo”, onde está tudo o que a sociedade não quer. O que não é homem, branco, heterossexual e cisgênero, não tem espaço nos cômodos principais da casa-sociedade, e quanto mais distante desse padrão, mais próximos do quarto de despejo. Clara, já pensou em qual cômodo tu está? Qual cômodo é reservado para ti?

Falando em casa, lembro de outra música. Mas primeiro preciso fazer uma pergunta importante. Tu conhece a Cristal? Acho que não. Tu tem uma cara de fã de MPB branca. Na dúvida, apresento ela: Cristal é uma rapper negra gaúcha, bem jovem. Sou muito fã, está no meu top três pessoas artistas preferidas, com Tasha e Tracie e Djonga.

Na música, \$incera, canta:

Eu vejo a Casa Grande, engenho tem novas caras
 Convidaram pra janta e eu me sentei na mesa
 Eu vi o nosso sangue servido em taças caras
 Vi que depois da janta não tem sobremesa
 Vestida com a minha fé
 Eu me sinto ileisa
 Eles querem minha fé, mas eles são as presas
 Então corre, boy (corre), melhor 'cê ter pressa
 Porque depois da janta, não tem sobremesa

Nós, pessoas brancas pesquisadoras na academia, em muitos momentos ocupamos as novas caras da Casa Grande e do engenho. A academia como lugar que pensa, estuda e produz conhecimento, para que pessoas trabalhadoras “que estão na ponta” (engenho) apliquem esses conhecimentos, e se não conseguirem aplicar, a academia as aponta como desatualizadas. A experiência das pessoas trabalhadoras, muitas vezes, não é consultada ou reconhecida pela academia. Já ouviu falar do livro “Contra o feminismo branco”, de Rafia Zakaria (2021)? Ela narra diversas situações de como a supremacia branca atua no feminismo, e o que se vende como movimento feminista (assim, só nessas palavras), é um feminismo classe média branco (e adiciono cisheteronormativo). E o quando há mulheres que ocupam essas posições usando de seus lugares de poder para reproduzirem racismo, cissexismo, homofobia, salvacionismo branco.

Rafia fala de uma dicotomia funcional entre expertise e experiência, usada pelo pelo feminismo branco, onde a expertise do feminismo é das mulheres brancas, as que falam e escrevem, as que ocupam cargos importantes, lugares de notabilidade e, não menos importante, salários altos. A experiência é das mulheres de cor que vivem o feminismo. E que dentro desse feminismo, expertise é mais importante que experiência.

Grada fala sobre a “inadequação do academicismo dominante em relacionar-se com não apenas com sujeitos marginalizados, mas também com nossas experiências, discursos e teorizações” (2019, p. 58). Esse lugar de neutralidade, da casa-academia, não reconhece o lugar de especificidade que ocupa. Isso é muito comum, principalmente quando falamos sobre disciplinas que ensinam sobre o trabalho em políticas públicas. Afirmando isso a partir da minha experiência e de pessoas que contam sobre outras universidades, inclusive outros cursos, como Vitória, no Serviço Social.

Mas, retomando a situação no estágio em docência, preciso fazer o reconhecimento de lugar de pessoa branca, junto com outras duas professoras brancas, e a necessidade de ter apontado a gravidade da fala proferida. Até hoje, nunca falei para nenhuma delas, creio que irresponsabilidade minha. Mas penso também no lugar de uma hierarquia de saber e de poder colocadas num estágio de docência. De novo, me encontro com o incômodo com a academia, o lugar que busquei para aprender o oposto disso.

Voltando à aula sobre bell hooks, um dos textos de apoio para a discussão era “Negra e mulher: reflexões sobre a pós-graduação”, em que bell (2019a) descreve suas experiências na pós-graduação e as constantes afirmações, de sujeitos brancos, de que aquele lugar não seria para ela. Assim como Grada (2019) conta sobre como apontam de diversas formas que este lugar não seria para ela.

Lendo-as, tento fazer o exercício de pensar como viveram esta experiência, como minhas colegas negras e indígenas vivem. Como vivo, enquanto mulher branca, filha de mãe que finalizou os estudos no Ensino de Jovens e Adultos noturno quando eu já era adolescente, pai que não terminou o ensino médio, e nem teria a possibilidade de fazer EJA como minha mãe, pois trabalhava manhã, tarde e noite. Se, mesmo com o lugar que a branquitude me garante na universidade, senti, e ainda sinto, uma grande inadequação, como é essa inadequação para elas?

Sigo contando com as palavras de Jota Mombaça para pensar essas posições:

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, "o outro" - diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos

identitários dos "sujeitos normais" - é hipermercado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. **Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora** (Mombaça, 2021, p. 67-68, grifo meu).

O “hipermercado”, que fala Jota, é o “muito localizado” dito pela professora branca, cis hétero, classe média alta. Narrar essas histórias é localizar a violência da branquitude acadêmica. Expor quem tem o privilégio de não ser nomeada, apenas nomear, de não se ver localizada, apenas reconhecer o outro, o diferente, enquanto muito localizado. Esse lugar de suposta neutralidade da casa-academia, não reconhece a posição de especificidade que ocupa. Por isso, Clara, te conto essas histórias, para marcar a branquitude e a cisheteronormatividade, tanto minha quanto das pessoas que, assim como nós, constroem a psicologia, que dão sustentação aos muros, as paredes das casas-universidades. Mc Tha canta “tocar para marcar”, e através dela, aprendi a escrever para marcar posições que tentam passar despercebidas.

5.1 “Primeiro como linguagem”: reinventar a língua e a escuta na academia

“Como o desejo, a língua rebenta, se recusa a estar contida dentro das fronteiras. Fala a si mesma contra a nossa vontade, em palavras e pensamentos que invadem e até violam os espaços mais privados da mente e corpo” (hooks, 2013, p. 223)

Clara, lembra que Audre Lorde (2020), ao falar dos nossos sonhos de sobrevivência e mudança, diz, que são primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível? Tu já se perguntou quais são as línguas reconhecidas na academia? As línguas que não seguem o instituído e imposto de uma academia estruturada em um saber colonial (Grosfoguel, 2016)? As que apontam o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002)? As que denunciam a não escuta de professores de pesquisas de pessoas LGBTQTs?

Precisamos estar atentas às nomeações, aos corpos, às escutas e às línguas. Aqui compartilho os encontros com a língua e a linguagem nos caminhos que percorri para repensar a escuta. Caminhos que procuram questionar a colonialidade constituinte da escuta, desde sua formação, e o encontro com campos e saberes para além da linguagem do saber reconhecido academicamente como psi. Quais as línguas e linguagens da psicologia? Sua língua materna é a falada pela psiquiatria, as linguagens diagnósticas, as padronizações? É possível que os sonhos de sobrevivência e mudança na escuta não passem pela linguagem?

Retomo as palavras de Audre Lorde (2020) que te contei lá no início. Audre é uma poeta que me ensina a ser pesquisadora. A pesquisa entra na minha vida a partir do lugar de necessidade vital para encontrar palavras e nomes para meus incômodos. Ela fala sobre suportar

a intimidade da investigação, para nisso, surgir a poesia como destilação reveladora da experiência. E, como já te disse, enquanto pesquisadora, quero suportar as intimidades da investigação, para conceber a pesquisa como destilação (re)significadora das minhas experiências. Mas como operar para que possa atuar desta forma? Quais elementos são necessários para essa prática? Sonhos de sobrevivência e mudança na universidade, na academia passam por pensarmos como constituímos nossas pesquisas. Escolho aprender a pesquisar e a escutar com poetisas lésbicas negras feministas, apostando no entrelaçamento entre linguagem, escrita e escuta.

E na busca por escritoras lésbicas, conheci Cheryl Clarke, através das pessoas que traduzem seus poemas no Brasil, Tatiana Nascimento e floresta. Poetisas negras e lésbicas, como Audre Lorde e Cheryl Clarke, me ensinam a pesquisar e me ensinam a escutar a partir da sua relação com a poesia. No artigo Sinais de luta, sinais de triunfo: traduzindo a poesia negra lésbica de Cheryl Clarke, Tatiana Nascimento e Denise Botelho (2013) afirmam o lugar estratégico da poesia lésbica de *fabricação de uma linguagem outra*, com o poder de retirar “mulheres do plano da objetificação talhada pela mirada da economia sexual heteropatriarcal” (Nascimento; Botelho, 2013, p. 57).

A poesia lésbica negra feminista é “resposta à tradição do silêncio denunciada por Gloria Anzaldúa como estratégia discursiva de um heteropatriarcado racista.” (Nascimento; Botelho, 2013, p. 49). Tanto a escrita desta poesia, quanto sua tradução, são entendidas por Tatiana e Denise como um exercício feminista de reinventar a linguagem, de recriar os sentidos, de falar do que até então não se podia. E agora se fala mesmo não sendo permitido.

A poesia lesbiana permite **superar o soterramento no indizível**, como tão bem definido pela também poetisa, ativista, teórica lésbica feminista branca judia Adrienne Rich: “Tudo que é não nomeado, não representado em imagens, tudo que é omitido da biografia, censurado nas coleções de cartas, tudo que é mal chamado por outro nome, feito difícil-de-se-achar, tudo que é enterrado na memória pelo colapso do significado sob uma linguagem inadequada ou mentirosa – isso vai se tornar não meramente não dito, mas indizível” (Rich, 1979, p. 199) (Nascimento; Botelho, 2013, p. 56) .

Há efeitos deste silenciamento também na escuta. Se ele incide sobre a possibilidade de falar, também incide sobre a possibilidade de escutar. Enquanto há um esforço, um trabalho árduo para construir o lugar de corpo que diz, qual é o esforço de escutar? A quem serve essa não escuta? Que lugares ela mantém? Qual é o lugar das mulheres negras e lésbicas dentro do feminismo? Qual é o lugar de mulheres negras e lésbicas dentro da academia? Na clínica? Onde estão as pesquisadoras e escutadoras negras e lésbicas?

O movimento feminista e LGBT abriu caminho para as mulheres brancas heterossexuais e o homens cisgêneros gays brancos. São estas as pessoas que têm conseguido um lugar de maior autorização e reconhecimento de fala na academia. Nesse sentido, ser uma mestranda branca lésbica orientada por uma mulher negra lésbica, em um grupo de orientação prioritariamente de pessoas negras, já faz parte do nosso sonho de sobrevivência e mudança na academia.

Val Flores, escritora lésbica argentina, em seu livro *Deslenguada: desbordes de uma proletária del lenguaje* (2010), nos apresenta a figura da deslenguada, falando sobre ela em interlocução com diversas pessoas que escrevem sobre língua e narrando a deslenguada a partir da língua enquanto linguagem, enquanto músculo, enquanto órgão genital da escritura proletária, fronteira, que resiste em permanecer calada e subserviente. Deslenguada como ação, na “recusa explícita da linguagem compulsória, da língua hegemônica heteronormativa e, simultaneamente, em defesa da invenção e da criação de outras formas de linguagem.” (Araújo, 2019, p. 35)

Gloria Anzaldúa, escritora lésbica chicana, no texto *“Como domar uma língua selvagem”* (2009), ao falar das línguas das pessoas que vivem no México e nos estados norte-americanos que fazem fronteira com o México, diz que línguas selvagens não podem ser domadas, elas podem apenas ser decepadas.

No texto, “A língua: ensinando novos mundos/novas palavras” (2013), bell hooks cita o trecho de um poema de Adrienne Rich: “Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você”, que para bell, tem efeito de despertar “a consciência de um vínculo entre as línguas e a dominação”, remetendo ao inglês padrão e a imposição colocada de “aprender a falar de modo contrário à fala quebrada, despedaçada, de um povo despossuído, desalojado”(hooks, 2013, p. 223-224).

A questão, segundo ela, não é a língua em si, mas os usos que os opressores fazem dela, como “a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar” (hooks, 2013, p. 223).

[...] temos pouquíssimo conhecimento de como os africanos desalojados, escravizados ou livres vieram ou foram trazidos contra a vontade para os Estados Unidos se sentiram diante da perda da língua, de ter de aprender inglês. Somente como mulher comecei a pensar nesses negros em sua relação com a língua, a pensar em seu trauma quando foram obrigados a assitir à perda de sentido da sua língua por força de uma cultura europeia colonizadora, onde vozes consideradas estrangeiras não podiam se levantar, eram idiomas fora da lei, fala de renegados. Quando me dou conta de o quanto demorou para os americanos brancos reconhecerem as diversas línguas dos índios norte-americanos, para aceitarem que a fala que seus antepassados colonizadores haviam declarado ser mero grunhido ou algaravia era de fato uma

língua, é difícil não ouvir sempre, no inglês padrão, os ruídos da matança e da conquista (hooks, 2013, p. 224-225, grifo meu).

Clara, esse trecho de bell me suscita muitas perguntas sobre o nosso fazer: Quais são as línguas escutadas e reconhecidas na academia? Quais são as línguas escutadas e reconhecidas na clínica? São nessas línguas, como o inglês padrão e o português, que nos constituímos? É com o uso desta língua que operamos a escuta? Conseguimos escutar os ruídos da matança e da conquista, nestas línguas, que invadiram estes territórios pela colonização?

Na mesma direção de bell, Lélia Gonzalez, mulher cis negra, antropóloga e ativista, no texto, *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, diz que a língua que falamos no Brasil é o pretuguês.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (Gonzalez, 1984, p. 238).

Lélia Gonzalez (1984) traz o reconhecimento dos idiomas africanos que constituem nossa linguagem e as tentativas de apagamento. A valorização das línguas da colonização e apagamento de outras, como as indígenas e africanas.

Alisson Ferreira Batista (2016), psicólogo negro formado pela mesma universidade em que faço mestrado, no seu trabalho de conclusão de curso, intitulado “Trajetos e percursos: das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia”, fala, a partir de Fanon¹⁶, em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, e de sua própria experiência, de um embranquecimento na adaptação de uma linguagem dita acadêmica.

Quando faço esse movimento de, consciente ou inconscientemente, falar cada vez menos gírias e cada vez mais palavras que até então eram inéditas para mim e que estão dentro do “modus operante” acadêmico, acabo me enxergando nesse processo que Fanon aponta, o de todo povo colonizado tomando posição diante de uma linguagem. Para além disso, quando coloco as gírias e a linguagem coloquial em segundo plano, de certa forma, levo todos os significantes que circundam essa linguagem também em segundo plano. Então, acabo carregando parte daquilo que me constitui, conseqüentemente, em segundo plano (Batista, 2016, p. 27).

A discussão de Alisson segue na mesma direção de bell, onde ela faz uma construção de pensamento pela forma como africanos que foram escravizados, viveram a violência de outra língua, mas por ela mesma, recuperaram seu poder pessoal dentro do contexto de dominação: “De posse de uma língua comum, os negros puderam encontrar de novo um modo para construir

¹⁶ E como lembra Megg, importante registrar que Fanon foi homofóbico em *Pele negra, máscaras brancas*.

a comunidade e um meio para criar a solidariedade política necessária para resistir.” (hooks, 2013, p. 226).

Embora precisassem da língua do opressor para falar uns com os outros, **eles também reinventaram, refizeram essa língua, para que ela falasse além das fronteiras da conquista e da dominação.** Nas bocas dos africanos negros do chamado “Novo Mundo”, o inglês foi alterado, transformado, e se tornou uma fala diferente. Os negros escravizados pegaram fragmentos do inglês e os transformaram numa **contralíngua. Juntavam suas palavras de um modo tal que o colonizador teve de repensar o sentido da língua inglesa** (hooks, 2013, p. 226-227).

Lendo estas palavras, penso no que elas me ensinam sobre a realidade que vivemos hoje: mudar a língua desde dentro. Se este sistema colonial nos constitui, se a linguagem nos constitui, dentro da língua podemos operar pequenas implosões? E como? Mais uma vez, bell hooks dá pistas:

[...] no uso incorreto das palavras, da colocação incorreta das palavras, havia um espírito de rebelião que tomava posse da língua como local de resistência. Um uso do inglês que rompia com o costume e o sentido padronizados, de tal modo que os brancos muitas vezes não conseguissem compreender a fala dos negros, transformou o inglês em algo mais simples que a língua do opressor (hooks, 2013, p. 227).

Este uso incorreto, mencionado por bell, me faz pensar no uso incorreto da academia. Neste mesmo texto, ela segue com uma discussão sobre o pouco esforço feito nos ambientes acadêmicos para a inclusão de qualquer outra língua que não o inglês padrão, que é a linguagem do branco. Lembra que te contei que a turma da qual faço parte no mestrado, é a primeira do PPG com uma discente indígena? Rejane tensionava as formas de produção de material escrito que iam contra a cultura indígena. Nas aulas de metodologia, havia uma proposta de produção de cartas, o que já sai do escopo hegemônico da produção escrita na academia. Mas, para ela, para a sua cultura, a escrita em si, e no português, eram a própria hegemonia, pois nas culturas indígenas a oralidade tem primazia à escrita, e sua língua materna não é o português. bell hooks propôs em suas aulas que estudantes escrevessem e falassem em sua língua materna, o que produziu uma grande perturbação em estudantes brancas/os que não compreendiam a língua. Segundo ela, essa proposição era um estímulo pedagógico a

conceber como um espaço proporciona não somente a oportunidade da fala nem tomar posse dela pela interpretação, mas também a experiência de ouvir palavras não inglesas. Essas lições parecem particularmente cruciais numa sociedade multicultural onde ainda vigora a supremacia branca, que usa o inglês padrão como arma para silenciar e censurar. (hooks, 2013, p. 230)

Experiência importante, para estudantes não brancas/os poderem fazer uso de sua língua materna, expressando sem o esforço e possível apagamento de uma tradução, mas também para

estudantes brancas/os sentirem no corpo esse estranhamento com a língua, o sentimento de incompreensão.

[...] a ruptura com o inglês padrão possibilitou e possibilita a rebelião e a resistência. Transformando a língua do opressor, criando uma cultura de resistência, os negros criaram uma fala íntima que podia dizer muito mais do que as fronteiras do inglês padrão permitiam. O poder dessa fala não é simplesmente o de **possibilitar a resistência à supremacia branca, mas também o de forjar um espaço para a produção cultural alternativa e para epistemologias alternativas - diferentes maneiras de pensar e saber que foram cruciais para a criação de uma visão de mundo contra-hegemônica** (hooks, 2013, p. 228).

O vernáculo negro tem o poder de “**intervir nas fronteiras** e limitações do inglês padrão” (hooks, 2013, p. 228). A invenção de outras línguas, outras formas de comunicar e expressar, construir pensamento e conhecimento desde dentro das instituições formais de ensino, construir outras escutas, revendo o lugar da academia e da escrita, apostando que é possível também inventar outras escutas. Este texto de bell me marca desde a primeira leitura que fiz. Sabe quando faz muito sentido o que tá escrito e tu pensa que é **esse** o caminho? Foi assim, também, com o livro Pajubá-terapia. Sofia (2022, p. 08) diz que “necessitamos inventar outros idiomas para falar sobre nossas dores”, “se apenas o português falasse sobre nós, pouquíssimo justa seria a maneira como a vida chegaria às margens. A nós”. (p. 12). E o Pajubá é um destes idiomas. Jota Mombaça (2015, p. 11) define Pajubá como “uma linguagem popular construída de palavras de vários dialetos africanos misturadas com palavras em português, usada pelas travestis e povo de santo.” Segundo Sofia, além de uma língua, é uma ação, um beliscão na língua. Ação na linguagem, ação na clínica. “Poderíamos operar uma cirurgia na palavra?” (Favero, 2022, p. 08). Quais os sentidos que as palavras carregam? Quais os usos que fazemos das palavras? No trabalho enquanto psicóloga clínica, testemunho escutas de pessoas tensionando a linguagem, dizendo das palavras que não as servem para se nomear ou ainda das que querem tomar para si.

Como ferir o raciocínio que nos fez chegar ao ponto inabitável em que ficamos? Pajubar a clínica não é só dizer a respeito de atuações identitárias, mas à **outra linhagem de significantes sobre a diferença**. Reescrever as transgeneridades na cultura só será possível caso extraíamos o veneno tanto da forma quanto do conteúdo. **Mais do que produzir novas respostas, o pa.ju.bá expõe o erro na natureza de nossas perguntas. Precisamos, sobretudo, disputar os limites do nosso pensar.** (Favero, 2022, p. 09, grifo meu).

Como as palavras atuam na escuta? Que línguas falamos e escutamos na clínica? Como nossas escutas operam rastreando as palavras, sons, gestos e línguas que usamos, escutamos e compreendemos? O que há de colonial nas escolhas que fazemos em como e o que escutar? Escutamos das violências raciais, das violências de gênero e sexualidades em suas diversidades? Ou pairamos e paramos nas limitadas palavras que o corpo branco concebe e

conhece desde sua realidade? E se escutamos, o que fazemos delas? Deixamos como material guardado em nossas memórias analíticas ou colocamos na relação com quem escutamos, em nossas pesquisas, nos estudos sobre o nosso fazer?

Sofia fala de uma terapia pajubada, um movimento de pajubar a clínica, na reinvenção de línguas e escutas

pensar uma terapia “pajubada” é justamente o momento de reafirmar um abraileiramento da clínica. Convido-lhe a responder negativamente aos chamados da nosologia, da gramática psicopatológica, de um frio e engessado consultório, distante, pretensamente neutro, pálido. Reaja comigo às atualizações da colonização, aos modos como a tradição médica cria consequências econômicas e carnavais às travestis e pessoas trans. (Favero, 2022, p. 28, grifo meu)

Pajubá-terapia se soma a um intenso ataque literário à vida heterossexual, não como subversão pela subversão, mas como subversão pela saúde, por um continuum em nossos futuros. Se a psicologia tradicional seria a cura através da fala, a terapia pajubá aposta na cura pela política, por uma epistemologia aberta e pelas amizades.” (Favero, 2022, p. 11-12)

Pensar e construir uma clínica abraileirada, nesse Brasil fundado no racismo e na cisheteronormatividade, mas que se propõe a torcer, subverter a colonialidade do fazer psi, aproximando a clínica da política, como pontos que se entrelaçam a todo o momento. A separação do que se diz técnico na clínica, do campo político, do campo localizado, dos corpos que compõem o espaço clínico, diz desse corte que a colonialidade produz.

“Pajubá surge como um elemento que, ao expandir nosso repertório, contorna as fronteiras arbitrárias entre pessoas cis e trans.” (Favero, 2022, p. 11). Pelos encontros na diferença que movimentam as estruturas coloniais em nós. Isso me faz lembrar que a única pessoa de nossa turma que interrompeu o mestrado foi uma pessoa trans não binária e negra. Ou melhor, teve seu processo de mestrado interrompido, foi expulsa pelo sistema, não acolhida. Para quais corpos a casa-academia é reservada? Como esse fazer psicologia no cotidiano da universidade opera expulsando continuamente os corpos e línguas não-brancos e cisheteronormativos?

Sofia nos incita: “Construam escutas pajubeyras, relações terapêuticas que nos deixem mais espertas, mais ligeiras, mais fortalecidas. Não merecemos linguagens mais sofisticadas sobre quem somos?” (Favero, 2022, p. 14). “Como lutar contra um universalismo correto?” Uso incorreto das palavras como lembra bell, a quebra como fala Jota Mombaça, como traz também Lélia e sua pretoquês.

Sejamos ruído, incerteza, contradição, fragmento. Doenças que rejeitam saudar uma saúde mortífera, fúnebre. Uma clínica política é uma clínica de renúncia: sejamos capazes de rejeitar o mundo esgotado que nos deram, para criar um mundo nosso, poderosamente nosso, e nele desconfiaremos da culpa, do pecado, dos laudos, dos enquadramentos, das brutalizações analíticas. Que a gente possa se deslumbrar com o

surgimento de uma palavra, uma forma de viver, um gesto que nos permita dar outro desfecho para vidas tão “bem” encaminhadas para serem ruins (Favero, 2022, p. 15).

Renunciamos ao lugar que nos ofertaram. Tomamos a língua como nosso meio de produção proletário (val flores, 2010), músculo forte, língua fronteira (Gloria Anzaldúa, 2009), língua que constrói identidades provisórias (val flores, 2010), língua que rebenta como desejo (bell hooks, 2013). Fazemos das más línguas uma ética. Um plano de ataque. A ação tangível que Audre nos fala como necessária para construirmos nossos sonhos de sobrevivência e mudança.

5.2 Reinventar imaginários psis: como é possível construirmos outras performances de escutadoras? Quais são os corpos que escolhemos para nos escutar?

Clara, na semana passada fui para a casa da minha família, no interior. Desde que moro em Porto Alegre, vou à minha cidade natal raras vezes no ano. É uma cidade onde não se encontra carona. Depois da pandemia não tem mais possibilidade de ônibus. E, como nesses últimos 5 anos mudei muito, será que te mostro uma foto para ver a diferença, uma versão minha em março de 2018 e novembro de 2023? Enfim, mudei muito. Minha família próxima sabe disso e não é tanto uma questão. Minha mãe até já desistiu de fazer comentários sobre pêlos compridos e cabelo muito curto. Isso nem é uma grande crítica à dona Rose. Ela é uma mãe fantástica, bem longe do padrão de mãe de LGBT do interior. Nesse último feriado, tinha o aniversário de um ano da minha sobrinha, filha da minha prima que tem idade mais próxima a mim. Quero te contar três acontecimentos neste final de semana na minha cidade natal.

Resolvemos fazer uma aventura de ver a família paterna, a parte declaradamente bolsonarista. Primeiro, passamos na loja da minha prima, que já fez comentários homofóbicos sobre mim. Minha prima não estava, encontramos só minha tia, que, quando entramos, demorou para me reconhecer. Disse que ficou olhando e pensando “quem é esse guri que está com a Rose?”. Riu, me abraçou. Depois cumprimentou Vitória, perguntando a ela se poderia me chamar de guri. Vitória respondeu que ela deveria perguntar a mim. Minha tia riu um pouco sem graça e seguiu o baile.

Mais tarde, fomos à casa da minha outra tia ver meu avô que está acamado. Fomos eu, Vitória, minha companheira há 4 anos, minha irmã mais velha com seu namorado (há menos de um ano) e minha mãe. Na hora de apresentar a família para o meu avô, que não conhecia as pessoas agregadas, disse que o namorado da minha irmã era marido dela e não conseguiu dizer que a Vivis é minha companheira. Se atrapalhou toda e disse algo como se ela fosse das pessoas

do meu pai. Meu avô não enxerga mais, em função da diabetes, e não percebeu que, visivelmente, nós somos sapatonas e também não viu que o namorado da minha irmã é um homem negro.

Depois, fomos para a sala conversar com minha tia e tinha uma foto minha na sala. Uma foto tirada aos 13 anos, quando fui convidada por uma fotógrafa a fazer um ensaio, usando somente roupas íntimas pretas de renda. Clara, se tu veres a foto, eu pareço uma mulher adulta. Depois, comentei com Vivis o quanto aquela era a minha versão de “dar orgulho” para minha família, uma foto que acho muito esquisita hoje em dia, está muito distante de quem sou hoje. Essas situações não me atingem muito, tá? Não são pessoas com quem convivo ou tenho proximidade hoje em dia. Elas são declaradamente bolsonaristas, daquelas que fazem barraco no Facebook. Uma tia minha está há um ano sem falar com outra que disse da possibilidade de o meu primo ser gay. Eu sei o que elas pensam e não convivo com elas.

O engraçado, que mais mexeu comigo, foi a festa de aniversário da minha sobrinha. É a sobrinha que fui babá por quatro meses, então somos muito próximas. Durante a festa, tirar foto com minhas amigas (as que convivi por 11 anos, na idade escolar), sendo, visivelmente, a única sapatão, me dava a impressão de que eu estragava a foto. Mais tarde, essa tia, que está há um ano sem falar com a outra que disse que seu filho poderia ser gay, a mesma que me chamou de gurizinho, veio mais uma vez me chamar de gurizinho e depois perguntou se eu me incomodava. Sabe que não, Clara? Me sinto mais confortável em saber com o que estou lidando do que ficar na dúvida: será que esqueceram de me chamar para foto porque sou sapatão? Porque não estou vestida adequadamente para uma mulher em uma festa? É curioso como ir a espaços muito marcados por uma cisheteronormatividade mexem comigo. Tu acredita que quase fui de vestido e quase passei maquiagem? Não que seja um problema usar maquiagem, mas é algo que não uso há muito tempo, e, nesta situação, não estaria usando por estar afim, mas para me enquadrar, para ser menos estranha dentre o grupo. Eu tentei ficar mais próxima do que seria aceito. Me ensaiei, mas tirei tudo e fui da forma com que me sentia confortável.

Clara, lembra que te falei sobre o imaginário de ser psicóloga? Tu percebe a relação dessas situações que te contei agora com a escuta e a academia? Vou compartilhar contigo mais uma carta, que escrevi no ano passado, quando passei pela troca de orientação e estava tentando colocar no mundo alguma escrita para o projeto.

“Carta ao eu-colonial

Oi... Como está a vida por aí, nos vales das normas sociais, dos padrões e dos forçadamente encaixados? Escrevo para me juntar a outras vozes e corpos que dão notícias das

consequências dos teus feitos, de como eles têm sido percebidos e escutados do lado de cá. Digo escutado, pois trabalho com a escuta, mas, antes mesmo de pôr a escuta pra operar, chega meu corpo, ele que também opera a escuta. Ele traz marcas e expressões de quem eu sou. Sem abrir a boca, ou os ouvidos, já é possível questionar as máximas que ecoam aí do teu vale: quem escuta precisa ser neutro, que analista não tem gênero, que inconsciente não tem cor...

Tô aqui fazendo uma brincadeira com lado de cá e lado de lá, mas sei que as fronteiras não estão bem colocadas. tento migrar pro lado de cá, mas essa travessia é difícil, e nem sei se é possível fazê-la completamente. Lembro, em relação ao meu trabalho, a primeira vez que consegui me dar conta da tua presença, foi quando percebi que quando ia trabalhar, usava roupas diferentes das que eu me sentia bem. Me sentia bonita usando camisa larga, mas parecia que não era de psicóloga. Depois entendi que era mais uma preocupação de como as pessoas que escuto me veriam em relação à seriedade da profissão de uma psicóloga que não performa a feminilidade padrão. Muito precisei falar e trabalhar em minha própria análise sobre isso, fazer-me escutar por mim e por outra pessoa. Quando comecei a me permitir usar as tão amadas camisas largas pra atender, um paciente me disse que eu estava parecendo os caras hipsters do centro, que ele tanto falava que não gostava. Até aí, não vi muito problema, pensei que teria mais relação com a questão dele em relação a estes caras. Mas agora me questiono, ou melhor, te questiono, colonialidade: por que uma mulher de camisa parece um cara?

Outra paciente, que chegou através de uma divulgação no Facebook, que fiz pelo grupo do bairro, com uma foto de quando iniciei a atender (cabelo mais comprido, raspado na lateral, mas não ficava tão visível na foto), tempos depois me disse o quão diferente eu estava da imagem que estava usando. E eu já havia me perguntado se as pessoas me procurariam para fazer terapia, se eu seria procurada usando uma imagem que condiz com quem sou hoje.

Como é ser uma psicóloga que não performa a feminilidade padrão? Minha imagem pode fazer com que algumas pessoas evitem me procurar? Algumas perguntas não terei resposta, e fico pensando se é mais difícil quando fica na dúvida ou na resposta. Parece que a dúvida paralisa. Nesse final de semana estava almoçando com minha companheira e fomos muito mal atendidas, ignoradas em um restaurante. Chamávamos o garçom, eu ia até ele fazer o pedido, e ele atendia as outras mesas e não trazia nossos pedidos. Nos questionamos sobre ser lesbofobia. Se tivéssemos certeza, não voltaríamos mais no restaurante, falaríamos sobre isso com raiva, contaríamos pra outras pessoas. Como fica no campo da dúvida, vivemos aquele desconforto, ficamos chateadas, e seguimos com esse desconforto, somados a tantos outros de situações próximas a essa, que não fazemos nada a respeito, porque não sabemos nem como nomear.

Escrevo para ti, eu-colonial no lugar de um paradoxo, uma encruzilhada, porque esta mesma colonialidade que nos constitui, me coloca num lugar de quem sofre violências, também me coloca num lugar de quem opera violências. Por isso disse, que brinco com o lado de cá e o lado de lá, pois sei que me encontro nesta fronteira, e me reconhecendo (com muita dificuldade) neste lugar, tento fazer algo com a parte que me cabe.

Agora, após te endereçar estas palavras, penso que as dúvidas e questionamentos devem ser colocados na tua conta, na tua correspondência. Sigo me questionando e te encaminhando estes questionamentos: se pra mim, que tenho vivido, lido e escutado um tanto sobre isso, ainda é um processo difícil de nomear, como é pra pessoas que não vivem e não leem, escutar sobre estas experiências e desconfortos causados por ti?

Agosto de 2022.”

Esta foi uma carta que escrevi para um eu-colonial. Nem sei se gosto mais dessa ideia, mas ela foi importante naquele momento. Agora, mais de um ano depois, não mudou muita coisa, viu? Ainda me sinto insegura em algumas situações. Recentemente, uma pessoa que conheci em um antigo trabalho, me contatou, pois estava procurando psicoterapia para a filha. Eu estava receosa de qual roupa usar. Sabia o que eu queria vestir e que me fazia sentir a vontade, mas estava preocupada de não parecer muito “profissional”, pois sabia que não parecia muito feminina padrão. Comentei isso com Vitória enquanto me arrumava, falei que me sentia muito distante do padrão de psicóloga e que isso me deixava insegura, pois há um receio também na insegurança financeira neste início de trabalho clínico, como se em algum lugar uma voz me dissesse que eu não poderia me dar ao luxo de estar confortável. Vitória falou que eu estava bem arrumada, que não precisava me preocupar com isso. O atendimento seria presencial e em um consultório em que atenderia pela primeira vez. Chegando lá, fui guardar minha mochila no armário e dei de cara com dois sapatos, tipo scarpin, sabe? Aqueles de salto agulha e bico fino. Um bege e outro preto. Na hora, mandei mensagem para Vitória contando. Enviei foto, mostrando para ela o que eu estava tentando dizer sobre o padrão de psicóloga de consultório. Eu me questionava: “Será que a mãe não vai querer que a filha seja atendida por uma psicóloga que parece estranha?”

Eis que me encontro com o artigo de Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides (2020), *Manifestações textuais (insubmissas) travesti*.

Os corpos são postos em hierarquias através do enxadrezamento cênico da vida social que nos dispõe em valores e vão estar submetidos ao conjunto de marcas que imprimem sobre eles ficções políticas que frequentemente pensamos ser naturais. Pensando em Manifesto como obra molecular, contraditória e que atenta aos corpos

desviantes, enquadrados ou não como travestis, seria urgente pensar o que pode minar as paredes que sustentam essa ficção. É preciso ser dito que um terceiro gênero ou quarto experiencial seja uma possibilidade humana de conquista e (re)descoberta sobre si mesma (Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira & Bruna Benevides, 2020, p. 7).

Uma denúncia “a opressão colocada sobre aqueles que se curvam diante da cisgeneridade compulsória sem contestá-la” (Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides, 2020, p. 7). Que lugar ocupamos dentro da cisgeneridade? Preciso contar que já questionei minha identidade de gênero em dois momentos, acho que começou lá quando te contei que me chamaram pelo pronome masculino pela primeira vez e fiquei super feliz. Hoje, não me incomodo nem fico muito feliz quando me chamam no masculino. Depende do dia e de quem está se referindo. Recentemente, pela primeira vez, escutei isso de uma criança. Estava voltando do trabalho, entrei no ônibus e, enquanto passava a catraca, uma criança, que devia ter em torno de uns 5 anos, aponta para mim e pergunta para a pessoa adulta que está com ela: “é um tio ou uma tia?”.

Meses depois, chegando em casa após um passeio com Vitória, e nossas cachorrinhas, passamos pelo salão de festas do condomínio onde moramos, onde brincavam algumas crianças com idades em torno de seis ou sete anos. Estava atenta para que Costelinha e Dodó não atacassem as crianças. Um menino parou para brincar com elas, falei para tomar cuidado. Depois disso, ele olhou para mim e, percebendo meu cabelo, disse: “por que tu tá com cabeça de guri?”. Essas situações me fazem pensar muito sobre os efeitos dos corpos no mundo, em ambas senti surpresa e alegria. De adultos, escuto afirmações e suposições sobre minha identidade de gênero; de crianças, escuto a interrogação. E gosto disso, pois me parece que causa uma confusão na binaridade de gênero estática (Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides, 2020).

E isso tudo tem a ver com racialização, viu? Sei que para mim, por exemplo, que tenho pelos claros, pode ser mais fácil ter os pelos da perna e axila compridos, pois acabam sendo menos visíveis do que pelos escuros. Assim como pode ser mais fácil sendo branca, pois pessoas negras podem ser vistas como sujas e acabam tendo que estar muito mais arrumadas que nós brancas para serem vistas de outra forma.

Nesse sentido, reinventar imaginários psis, para mim, passa por muitas perguntas, algumas delas são: Como é possível construirmos outras performances de escutoras? Quais são os corpos que escolhemos para nos escutar? Quais são os corpos que escutamos? Como eu escuto meu próprio corpo? O que te faz gostar do que tu gosta?

6. Cartagrafando rastros de submetodologias indisciplinadas

Clara, assim como afirmo que a escrita de cartas tem para mim um efeito de recolocar, nomear, reconhecer experiências vividas nesses encontros e relações; assim como afirmo a importância das cartas de discentes em relação a garantir outras formas de fala e de escuta, escolho as cartas como metodologia de diálogo com as pessoas participantes-pesquisadoras desta pesquisa.

Cartas como via de acesso ao sensível, diálogo com o íntimo de quem escreve e de quem lê, desse lugar mais difícil de acessar. Na residência, quando tentávamos questionar o baixo acesso de pessoas negras aos serviços especializados em saúde mental, em contrapartida ao alto número de acesso aos serviços da rede primária (em um território de maior número de população negra da cidade), os profissionais que compunham a equipe fixa justificavam com outras questões que não estavam, para eles, imbricadas com os atravessamentos do racismo. Nestas situações, eu me questionava sobre como produzir uma abertura na branquitude que nega o que está a sua frente. Hoje, penso que uma das formas poderia ser insistir mais nos nossos argumentos, que talvez não o fizemos, também atravessadas pela branquitude ou, além disto, pela questão hierárquica do saber colocada nas relações de ensino-aprendizado. Desde este momento, permaneci com a questão sobre como é possível uma forma de diálogo que possa produzir aberturas para o reconhecimento da própria branquitude, dos atravessamentos da manicolonialidade em nossa escuta.

Ao longo do tempo decorrido depois desta experiência, vivi outros encontros de escuta, ingressei no mestrado, ainda acompanhada desta questão. As cartas que escrevi na residência, as que escrevi já no próprio mestrado e o conhecimento da dissertação e da tese de Bruna Battistelli (2017) me levaram a entender as cartas como um meio importante de acolher histórias, narrar experiências, dialogar com ideias e pessoas. Bruna escreve um artigo em que conta sobre a cartagrafia como metodologia de pesquisa, onde reconhece que as cartas “produzem a abertura da linguagem, acolhem manifestações de afeto e trejeitos de escrita que costumam ser considerados inapropriados para artigos e capítulos de livros” (Bruna Battistelli; Érika Oliveira, 2021, p. 690).

Então, pelo trabalho com as cartas, a metodologia desta pesquisa foi a cartagrafia. Em uma carta, Bruna conta, para sua avó e seu avô, o que é cartagrafia:

uma história de pesquisar com as pessoas por meio de cartas e ir escrevendo-as como forma de contar o que penso, o que produzo na universidade. Uma forma de conversar que envolve se corresponder por escrito. Aprendi com a senhora e com a mãe que

burlavam a distância usando os correios (Bruna Battisteli; Érika Oliveira, 2021, p. 680).

Assim como a mãe e a avó de Bruna burlavam a distância através dos correios, acredito que as cartas podem burlar a distância entre a academia e o sensível.

Portanto, nosso interesse se dá por correios que se espalhem na perspectiva de **cultivar encontros e promover aberturas**. [...] Logo, ocupar-se com instalações de correios, escritas de cartas e polinização de afetos é promover uma escrita que necessita de suas/seus destinatárias/os para fazer sentido. Desta forma, a/o pesquisadora/pesquisador que assume um fazer cartográfico está implicada/o com uma produção que visa dialogar sobre escrita, pesquisa e cuidado, preocupada/o em **performar uma metodologia que consiga acionar encontros e escritas que façam a vida vibrar e que acione diferentes modalidades textuais**. Nomear como cartografia, desta forma, diz respeito à importância que ganham as correspondências no processo de pesquisa. Uma política de pesquisa inspirada em metodologias como pesquisa-ação, cartografia e pesquisar com. (Bruna Battisteli; Érika Oliveira, 2021, p. 684, grifo meu).

Esta forma de dialogar, em uma pesquisa que se pretenda um exercício contra-hegemônico, contracolonial (Antônio Bispo dos Santos, 2015), é necessário que esteja colocada em todo o processo. As pessoas autoras que chamo para conversarem comigo, prioritariamente, são pessoas que habitam as margens e escrevem sobre esta experiência. Pessoas que contam sobre suas vivências, sentidas no corpo, que as fazem interrogar o que está posto hegemonicamente. Enquanto as leio, é como se contassem histórias para mim, assim como, quando na residência, foram as histórias contadas por Carolina Maria de Jesus, em Quarto de Despejo, e Conceição Evaristo, com Insubmissas Lágrimas de Mulheres, Ponciá Vicêncio e Becos da Memória, que me auxiliaram a reconhecer os efeitos do racismo. Bárbara conta em seu TCR como o encontro com bell hooks, e sua forma de narrar a experiência e construção de pensamento a partir de outra lógica, a possibilitaram reconhecer sua experiência academicamente (Barbara Gomes, 2018). O encontro com TCR de Bárbara deu-me condições e inspiração para conseguir escrever o meu. Agora, só consigo escrever esta dissertação quando encontro alguém que a leia, que a escute. Histórias para ler e alguém que leia suas histórias. Escrita e escuta andam juntas neste processo. Cartas enquanto performance de escrita, escrita sobre a escuta da performance da própria escuta. Escuta de pessoas que trabalham com a escuta de outras pessoas, escuta de livros, escuta do que produz eco, do que produz incômodo, do que produz brechas na manicolonialidade.

Outra política de escrita escolhida é a de escrever falando, como um diálogo, uma conversa

Escrever falando é um procedimento de escrita que estimo e fico pensando na riqueza e diversidade linguística que é apagada e silenciada pela norma culta do português,

principalmente quando vamos avançando no mundo acadêmico. Invente com o que te ofereço e meça os textos que você lê pelo tesão que eles te dão para escrever. Compartilho contigo o desejo de que formemos uma comunidade, a sensação de pertencer a uma comunidade é importante para nossas vidas (SOMÉ, 2007) (Bruna Battistelli, 2022, p. 18).

Além da cartografia e da escrita falada, encontro apoio também em bell hooks. A partir da pedagogia engajada, me questiono como ser uma pesquisadora branca e cis engajada? O que aprendi com ela e faço aqui é uma tentativa do corpo estar sempre presente, envolvido na pesquisa. Corpo engajado no fazer da pesquisa (bell hooks, 2013). E, como formas de engajar corpos em comunidade de aprendizagem, no livro “Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática” (bell hooks, 2020), ela traz 2 ensinamentos que são muito importante para o fazer dessa pesquisa: no Ensino 8, ela fala da importância da *conversação* na aprendizagem cotidiana. “Conversa sempre envolve doação. A conversa genuína é compartilhamento de poder e conhecimento; é uma iniciativa de cooperação” (bell hooks, 2020, p. 61).

Já no ensinamento 9, ela diz que *contar histórias* é uma das formas que podemos começar o processo de construção de comunidade. Somos ensinadas a acreditar que história pessoal não pode ser um dado de pesquisa, pois não é um evidência científica. Mas é necessário que entendamos que qualquer dado de pesquisa é uma narrativa, é uma história. Contar histórias é importante no sentido de compartilhamento e discussão, como também tem efeito para quem as escreve: “gosto de pensar que sou porque a história é. As histórias que conto sobre mim constituem o eu em “eu, como eu me vejo” enquanto narro. Para mim, as histórias conferem à escrita uma intimidade frequentemente ausente quando há apenas teoria pura” (bell hooks, 2020, p. 66). Uma das formas de nos tornarmos uma comunidade de aprendizagem é compartilhar e receber as histórias uns dos outros. Se escrevo uma dissertação sobre escuta, é porque tem histórias sendo contadas.

Esta é uma metodologia que atravessa todo o trabalho, por isso, cada escolha de referencial é muito importante e como dialogamos também, no exercício de reconhecer formas aprendidas de uma academia eurocentrada para, a partir daí, construir outros caminhos.

Como propõe Paul Preciado (2019), ao falar de movimentos que ensaiam rupturas epistemológicas às narrativas ocidentais, nosso entendimento é de que cartas podem redesenhar mapas cognitivos ao exporem os privilégios político-epistêmicos que têm sido preservados há anos quando o assunto é produção e, sobretudo, subalternização de conhecimento. Assim, perguntamos: **que tipo de realidade política uma carta pode expor ao narrar histórias que são, aparentemente, da esfera privada?** Quais os desconcertos que produzimos quando o que se convencionou chamar de segredo (Despret, 2011) salta para o espaço público, revelando existências múltiplas, dissonantes, desalinhadas; experiências que nos ensinaram que deveriam nos envergonhar? (Bruna Battistelli; Érika Oliveira, 2021, p. 692, grifo meu).

Aqui, numa busca pelos desconcertos, dissonâncias, dissidências, desalinhos, multiplicidades, rasuras, pretendo desaprender com quem afirma que a forma de produzir conhecimento, colocada por esta academia branca, hétero e cis, produz apagamentos, quando colocado como uma norma a ser seguida, uma única epistemologia de pesquisa. Para estudar tal tema, é necessário ir a tal autor, se colocar no texto de tal forma.

Por uma política e performance de escrita da errância, assim como escreve Jota Mombaça, em seu artigo "Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada" (2016), em que fala sobre a metodologia do seu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, sobre a artista Pêdra Costa. Pêdra se apresenta como artista fracassadx, como "uma maneira de indicar a via do fracasso como linha de fuga dos "projetos de artista bem-sucedido (identidades prontas-para-consumir que a rede de sistemas artísticos projeta e difunde), ou seja: como via de criação." (Jota Mombaça, 2016, p. 343). Aprendendo com Pêdra e Mombaça, aqui se espera ir contra uma escuta, uma escrita e um método de pesquisa bem sucedido, ao viés de uma academia e formação que se constitui colonialmente.

Metodologias subnormais [...]. De subalterna. Por uma submetodologia. Que vasculhe indisciplinarmente as sombras e os subterrâneos da produção teórica, hackeando os tímpanos da escuta científica para fazer passar, por eles, ruídos até então ignorados; e privilegie autorias não-autorizadas, visibilizando contextos de disputas em torno das questões sobre quem e como falar. Submetodologia que não se furte às batalhas políticas em que se veja implicada e que não cesse de querer escapar, seja pela via do erro, da entropia ou por qualquer outra, dos condicionamentos a que está submetida a produção de conhecimento no marco das metodologias disciplinares (Jota Mombaça, 2016, p. 345).

Registro aqui, meu compromisso de seguir pela via do erro, das rasuras, de expor as dúvidas como posicionamento político na tentativa de não me furtar ao reconhecimento do que meu corpo e os saberes que o atravessam e constituem estão colocados.

bell hooks no texto "Negra e mulher: reflexões sobre a pós-graduação" (2019a) fala sobre as dificuldades enfrentadas na academia, o lugar de racismo e rechaço anunciado por professores, homens cis, hétero, brancos, e inclusive de outras pessoas discentes, que diziam que "a postura de um aluno da pós-graduação é exemplar quando se é obediente", quando não se propõe enfrentar a autoridade (bell hooks, 2019a, p. 96). Ela aponta o fracasso como uma saída, tanto academicamente quanto como possibilidade de preservação da saúde mental neste espaço.

Para alguns de nós, fracasso, fracassar, ser fracassado começava a parecer uma alternativa positiva, uma saída, uma solução. Isso era especialmente verdade para aqueles estudantes que sentiam que estavam sofrendo mentalmente, que nunca poderiam ser capazes de recuperar um sentido de completude ou bem-estar." (bell hooks, 2019a, p. 97).

Reconheço a enorme diferença das vivências de bell hooks, Jota Mombaça e Sofia (que também corrobora o posicionamento político do fracasso) em relação a minha. Mesmo a partir de posições muito diferentes, entendo que a produção de conhecimento destas autoras são pistas valiosas para me auxiliar a entender minha experiência dentro da academia e a possibilidade de construirmos e reconhecemos outras formas de produção de conhecimento.

6.1 Instalando um correio de escuta

Clara, aqui vou te contar os percalços de fazer uma pesquisa sobre branquitude e cisheteronormatividade com pessoas psicólogas. De início, o objetivo era contar com oito pessoas para participarem da pesquisa. A metodologia utilizada foi bola de neve (VINUTO, 2014). Inicialmente, o grupo de pesquisa do qual faço parte, indicou uma pessoa que se encaixa no perfil “pessoa branca pesquisadora discente de programa de pós-graduação em psicologia” para participar. Esta pessoa não precisava fazer parte do mesmo PPG ou até mesmo universidade da qual fazemos parte, somente era necessário que fosse discente de programa de pós-graduação em psicologia e tivesse algum interesse no tema da branquitude e da cisheteronormatividade na formação e escuta em psicologia social.

A ideia era encaminhar uma carta-convite (ANEXO A) para a participação na pesquisa, com justificativa e explicação do processo. Escolhi escrever a carta a mão para tentar construir uma relação de maior proximidade com quem participaria. Fiz isso nos primeiros contatos. Mas, com a demora do retorno, supus que a carta escrita a mão poderia fazer com que as pessoas postergassem a leitura. Depois, enviei a carta em PDF, ainda assim sem sucesso na maioria dos retornos. Depois, perguntei se enviasse um áudio ficaria mais fácil. Mesmo assim, de algumas pessoas não obtive retorno. Importante dizer que ninguém disse que não participaria da pesquisa. As pessoas demonstraram interesse, algumas inclusive toparam, e não retornaram mais as mensagens. Ao todo, entrei em contato com dezoito pessoas, doze para realizar o convite e mais seis pedindo indicações.

A proposta, aqui, foi um convite para que pessoas pesquisadoras discentes de programas de pós-graduação em psicologia sejam coautoras desta pesquisa, pois não sou a única pesquisadora deste projeto, preciso das perguntas e respostas de outras pessoas, também pesquisadoras de seu próprio fazer, para compor este trabalho coletivo. A partir deste convite, as pessoas que aceitarem participar desta pesquisa, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (ANEXO B).

A ideia era que fossem dois encontros coletivos remotos, e no intervalo deles a escrita de uma carta. Coletivos para que a experiência pudesse ser coletivizada, compartilhada. O que não ocorreu, justamente pela dificuldade encontrar pessoas que quisessem participar. Então, depois de algumas semanas nesta tentativa, com minha orientadora, Luciana, decidimos mudar a metodologia para encontros individuais, pois esperar encontrar as 8 pessoas para aí conseguir marcar a data do encontro coletivo poderia demorar muito.

Ao todo, conversei com 6 pessoas. Dentre estas seis pessoas, todas são, conforme os critérios para participarem da pesquisa, pessoas psicólogas brancas fazendo mestrado ou doutorado em um programa de pós-graduação em psicologia, que no início era somente psicologia social. Todas cisgêneras, cinco mulheres e um homem, quatro de um mesmo PPG do sul do país e duas de outro do sudeste. Tentei contato com pessoas de universidades de outros estados e regiões, mas não obtive retorno.

Os encontros foram individuais, pela plataforma Google Meet, falando sobre o tema da pesquisa. Contando o processo de chegar até essa questão de pesquisa, escutando delas a relação que faziam com a questão da branquitude e cisheteronormatividade na formação da escuta em psicologia social. Foi um encontro com cada uma dessas pessoas, totalizando 6 encontros remotos. Após este momento, convidei que escrevessem uma carta a partir das questões que enviei para elas:

Questões para (des)orientar a carta

Apresentação/localização: convido para que se apresente como nos ensina Audre Lorde: falando quem é para além da profissão, o que te constitui, o que te representa, como te localiza no mundo.

Convido para que fale sobre a relação com sua identidade racial, de gênero e sua orientação sexual. Como seu corpo se situa nesse processo de localização?

Convido para que fale sobre sua história, o que antecede tua escuta, qual é a ancestralidade da tua escuta. Qual relação com a escuta da história de vida da tua família? Quais histórias a gente aprende a escutar?

Quais foram e são os lugares que tu aprendeu a escutar? Como foi/é escutada na formação?

Quais autoras/es lidas/os/es na pós graduação (nas disciplinas, nos grupos, os escolhidos para sua pesquisa)? Qual a relação com os textos? Qual a localização em relação ao Brasil?

Qual a origem dos autores estudados? No que a realidade descrita se aproxima ou se distancia da realidade brasileira?

Qual a localização de um corpo branco como escutadora? Como percebe as relações de escuta? Como se localiza um corpo branco no processo de escuta? Como percebe a branquitude em relação à escuta no processo de formação?

Partindo do entendimento que a colonialidade faz parte da estrutura das universidades e da construção das áreas de saber, como percebe a colonialidade na sua formação?

Como percebes que opera a branquitude na relação com o exercício da escuta na formação?

Por onde a escuta de pessoas brancas tem se **movimentado**? A escuta de pessoas brancas produz quais movimentos?

Quais são as teorias que estás estudando hoje, para aprender a escutar pessoas no Brasil? Essas teorias se fundam baseadas em quais experiências? Essas experiências têm relação com a realidade brasileira? (colonização, escravização e consequentes desigualdades sociais marcadas pelo racismo)

Como tens articulado as teorias estudadas com as experiências dos sujeitos no exercício da escuta? no teu processo de escuta na realidade brasileira

Saberia identificar a localização de gênero, racialização, orientação sexual das/os/es autoras/es/ies estudadas/os/es? Isso te produz algo? Isso diz algo sobre tua pesquisa?

Como transformar as teorias estudadas em ação de escuta? Para ti, quais são as possibilidades e ferramentas que encontra para operar uma saúde mental antimanicolonial?

Essas perguntas não eram um questionário, um estudo dirigido. Tinham a função de provocar pensamentos, resgatar memórias, provocar mais questões e que as pessoas escrevessem a partir do que suscitasse para elas. “A pesquisadora irá ocupar o papel de escrevedora e leitora de cartas bem como de carteira” (Battistelli; Oliveira, 2021, p. 685). Nesse sentido, o corpo da carteira precisa estar presente, é necessária uma disposição corporal, pois “as pessoas, destinatárias deste correio, só se disporão ao encontro sabendo que é recíproco da parte de quem propõe este desafio” (Battistelli; Oliveira, 2021, p. 685). Por isso, minha tentativa foi, desde o início, na carta-convite escrita, falar sobre a minha experiência, assim como nas conversas.

As cartas foram chegando em tempos distintos. Das 6 pessoas que conversei, 5 enviaram cartas. A metodologia de análise de dados foi composta pela cartografia, não recortando e interpretando as cartas, mas dialogando com elas e produzindo textos que ensaiem sobre os

efeitos que as conversas e cartas produziram em mim enquanto pesquisadora (Battistelli; Oliveira, 2021). Inicialmente, as cartas não seriam compartilhadas na íntegra. Havia acordado, com as pessoas participantes da pesquisa, que não iria colocar as cartas neste texto, nem gravar as conversas, para que pudessem ficar mais à vontade para falar sobre suas experiências. Foi muito difícil decidir como as cartas apareceriam aqui. Tentei resumir, mas tinha receio de distorcer suas falas. Por fim, decidi que não apareceriam no texto de forma explícita, mas comporiam ao longo desta dissertação, a partir das discussões levantadas, e esperaria a banca de defesa para escutar sobre isso.

Eis que, todas as professoras da banca sugeriram que as cartas estivessem na íntegra, pois não expor as escritas parecia um protecionismo da branquitude que reatualiza o pacto narcísico (BENTO, 2022). Então, contatei as pessoas que participaram, da seguinte forma: “na banca, me disseram que sentiram falta das cartas das pessoas que participaram, que as cartas não terem aparecido soava como um protecionismo atravessado pelo pacto narcísico da branquitude. O que me fez muito sentido. Então a ideia é trazer as cartas no texto. Mas antes queria falar pra ti dessa mudança e perguntar como tu te sente com isso... Se quiseres reler a carta, modificar algo que tu não te sinta confortável, me avisa. Aí eu só sinalizo no texto que teve uma modificação da versão original. Também pode me dizer como tu quer ser identificada no texto. Queres escolher um nome fictício? Queres manter teu nome? Fica bem a vontade.”

6.2 Abrindo a caixinha do correio

1 - Geovana

“Shary, aqui seguem algumas reflexões a partir de nossa conversa e de algumas de tuas indicações...

Sou uma mulher branca, cis, mãe, profissional da saúde, professora, filha de professora e caminhoneiro e neta de pequenos agricultores. ‘Nana’ para a família e alguns amigos. Nasci e me criei na zona rural de uma cidade de pequeno porte de SC e, mesmo depois que nos mudamos para a cidade, o contato com a vida rural permaneceu nos finais de semana na casa da minha avó e meu avó maternos.

Cresci escutando que meus bisavôs maternos perderam o pouco que tinham na Itália durante a II Grande Guerra e vieram para o Brasil recomeçar, trabalharam muito para ter o pouco que tinham, mas se orgulhavam da pequena propriedade que era responsável pelo precário sustento

da família, repetindo a exaustão que ‘os italianos (no masculino!) são uma raça de gente trabalhadora’. Se autodenominavam ‘colonos’ e esperavam atitudes e atividades laborais diferentes conforme o sexo, apesar de ouvir desde pequena que minha mãe trabalhava como um ‘homem’.

Essa história de ‘muito trabalho para conseguir o que tem’ escamoteia o pedaço de terra doado pelo Governo Brasileiro para imigrantes italianos e alemães naquele momento histórico, também esconde os inúmeros privilégios ao longo da vida por ter a pele branca e por seguir os ditames do cis-heteropatriarcado familiar. Mas tais constatações ficaram evidentes para mim apenas recentemente, depois que me dei conta do óbvio: eu era branca!

Durante todos os anos de colégio, faculdade, pós-graduação e mestrado nunca havia nem ouvido o termo branquitude. Os autores estudados desde o início sempre foram, em sua grande maioria, homens brancos e europeus ou estadunidenses. Posso afirmar com tranquilidade que não foi a educação formal que me levou a estudar o colonialismo, foram os grupos, os movimentos que fiz parte, amigos, inclusive agora no doutorado, onde a história se repete. O racismo sempre me indignou e gerou um incômodo difuso, que eu somente percebi que era vergonha quando fui ler sobre branquitude, foi nesse momento que consegui ressignificar a minha história e a de minha família. Foram as discussões sobre colonialismo, branquitude, racismo que permitiram enxergar o Brasil e compreender melhor as formas de subjetividade aqui produzidas.

Entendo que na educação formal a construção do conhecimento a partir da universidade faz parte da atualização colonial, a reprodução de um conhecimento branco e referenciado no Norte Global que se autodenomina a única forma aceitável de produzir conhecimento. Vivemos no Sul Global não apenas o genocídio de nossos povos durante o processo histórico de colonização (que ainda persiste), mas vivemos até os dias atuais também o epistemicídio de formas outras de conhecer. O movimento da branquitude é eminentemente de preservação dos privilégios e para mim é um imperativo ético um posicionamento no sentido de quebra de tais pactos que mantêm as desigualdades e perpetuam as violências.

Venho produzindo caminhos que percorrem caminhos para fora do meu grupo de pesquisa, apesar de alguns textos lidos dentro do grupo terem me impactado profundamente foi fora do grupo de pesquisa e das ‘disciplinas’ obrigatórias que a discussão sobre colonialismo, racismo e branquitude floresceu. Tenho buscado me aproximar do conhecimento a partir de matrizes epistemológicas africanas e ameríndia, tentando evitar as ferramentas coloniais, que como nos lembra Lorde não derrubarão a casa do amo, mas confesso que é uma tarefa ainda muito difícil,

que tenho empregado muita energia e que pretendo continuar nesse caminho com toda minha força e energia tendo como um ponto sulador da minha trajetória.

29/08/2023, Curitiba.”

2 - Mariana

“Sharyel, colega

Primeiro quero te pedir desculpas pelo tardar em escrever. Começo essa carta justamente fazendo um exercício de pensar no porquê demorei tanto para encarar essa escrita. Muitas coisas me surgem... como já te contei, descobri, há pouco mais de quatro meses, que cresce em mim uma vida. Um pequeno gergelim que chegou impondo radicalidades e suavidades, mudando o ritmo de tudo. Certamente quando penso no tempo, incluindo o tempo em que levei para me encontrar com essa folha em branco para te escrever, é a primeira, e juro que verdadeira coisa que emerge. Tenho achado difícil encontrar palavras. Nada parece suficiente. Outro dia conversando com uma conhecida, ela me contou que quando engravidou parou de escrever. Que só foi possível retornar quando seu filho arriscava as primeiras palavras, dois anos mais tarde – nem te conto o sentido que me produziu. Mas obviamente, encarar esse “em branco” da folha parece remeter também a coisas mais... falamos em nossa conversa do difícil que parece ser a tarefa de colocar nossa branquitude em questão. Penso que por mais caminho até aqui nesse processo de repensar, refazer, dar a ver, desconstruir que penso que tenho feito ao estudar e pensar minha racialização, há muito ainda a seguir... percebe, como a demora também pode falar disso?

Abri suas perguntas para (des)orientar nossa escrita, e tentarei iniciar por esse processo de me apresentar. Bueno... sou uma mulher. Uma mulher latina, brasileira, uma mulher branca. Nasci no Rio Grande do Sul e morei parte da infância no Paraná – só aqui já rememoro o quanto pisar por estes solos construiu, entre muitas coisas, também meus preconceitos, e certamente minha branquitude. Meu pai morava aqui, mas minha mãe e eu morávamos lá, numa cidadezinha do interior. Foram anos indo, na inversão dos mapas que questionei até vê-los de cima do avião, anos mais tarde: eu era um corpo atravessado por dois estados. Foram anos vendo a vida passar pela janela de um ônibus que ligava o Paraná ao Rio Grande do Sul, divisão certa dos lugares pai-mãe em minha história. Estradas e fronteiras várias, improvável que esse apaixonamento que tenho pelas estradas e histórias não se desse desde tão cedo. Sou filha

de uma mulher militante. Filha de professora, que trabalhou toda vida na educação pública. Marca que certamente carrego comigo e reconheço como fundamental em minha formação. Minha mãe é uma mulher corajosa, furiosa e transgressora. Mas é uma mulher branca... e disso não falávamos muito, por mais de esquerda que ela se identificasse. Vejo ali pistas desse pequeno corpo, tecendo-se e reconhecendo-se como político – até hoje, todos os dias.

Na trajetória de formação em Psicologia não seria diferente: que viagem, essa de ir me tornando, dia mais, dia menos, psicóloga, pesquisadora, trabalhadora. Aí vem esse encontro com a formação profissional, o acesso à universidade, graduação, mestrado. A vivência com uma galera implicada e engajada movimento estudantil adentro, passagem pelas políticas públicas afora, tudo costurado com a linha militante que herdei da minha mãe, mas aquecido pelas palavras de companheiras/os outros/as. Há poucos anos, nessa trajetória, recomeço a olhar para esse corpo Mariana- criança. Tem algo que hoje não sei dizer se começou lá, precisamente na infância, mas que para falar com a minha infância, dificilmente será história que outros dirão de mim, então direi eu mesma: será que lá atrás, pequena Mari, percebíamos, mas não nomeávamos? Sequer percebíamos, imersas na bolha em que fomos criadas, em uma proteção do pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022) que conheces hoje? Quais os rastros e registros surgem dessa memória primeira? Quais os signos, palavras, ritmos, imagens e silêncios (sobretudo silêncios) foram compondo essa dança? Bem, falemos: fui eu uma criança branca. E é também daqui que escrevo... convocando essa infância e vida marcada pela branquitude, uma pesquisadora branca. Olho as horas... são como uns vinte e tantos anos atrasados, mas sinto ser necessário driblar o tempo e me demorar quanto seja preciso. Milton Santos (1997) faz uma relação entre a cidade e o tempo, apresentando a ideia de que esse tempo de feitura dos sujeitos do urbano (sobretudo brancos) aponta para um tempo universal que rege os tempos dos demais, uma temporalidade hegemônica – é com isso que se pretende romper. Os tempos dos nascimentos e rompimentos são outros. Na escrita que tenho tentado me dedicar na dissertação que se aproxima do fim, também aqui tem algo a nascer e romper.

Gostei da tua provocação para apresentarmos-nos assim... porque essa apresentação não está separada de nenhuma outra palavra que virá a seguir. São os dedos de uma pesquisadora latina e mulher que aqui escrevem. Aí falo da minha entrada no PPG. Penso que foi aqui que esse processo realmente começou a se dar... Mulher branca reconhecendo, pensando e tensionando sua branquitude a partir do processo de reaprender a aprender com outras epistemologias e ciente dos muitos compromissos a serem assumidos para caminharmos em direção de uma reparação da dívida histórica da branquitude: aprender a nomear os dedos que se colocam a escrever.

Durante a faculdade, em uma universidade particular, ao longo de sete anos, sei nomear todos e todas as colegas negras que tive. Foram cinco. Professores e professoras, nenhum. Dos textos, alguns. Mas saí sem conhecer Lélia, Fanon, bell hooks, Grada, Isildinha... e por aí vai. Lembro então do dia em que abri a câmera em minha primeira aula do mestrado. Reconheci muitos outros corpos pretos, certamente ainda em menor número do que os brancos, mas ainda assim mais do que todos com quem eu tinha cruzado em espaços de aprendizado até então. Ah, o professor era também um homem preto. Na academia, meu primeiro.

Com os textos, a mesma coisa. Era como se uma nova forma de pensar fosse sendo me apresentada pouco a pouco... mudando tudo de lugar, um reaprender a aprender. Os professores davam os textos, mas eu aprendia mesmo era com os colegas. Isso eu me lembro bem. Lembro também de me sentir esquisita quando me dei conta de que não conhecia nada daquilo... típico de uma menina branca vendo que os lugares que conhecia não dariam conta de tudo aquilo que se apresentava. Hoje falo, não sem constrangimento, que acho que me senti ameaçada. Eu não saberia dizer exatamente como, mas acho que localizo aí, dois anos depois, uma fala que eu repetia como papagaio na época: “o mestrado é muito difícil, acho que não é pra mim”.

Depois fui fazendo caber em mim essa estranheza, e não sei bem em qual momento já entendia que não tinha mais volta. Não saberia mais pensar de outra forma. Entrei achando que não precisaria falar sobre atravessamentos raciais na minha pesquisa e terminei por entender que só poderia estudar e escrever se fosse por aí. Que não poderia fazê-lo de outra forma. Falando assim parece que estou em um agradecimento com a universidade e o ppg em si. Acho que de certa forma sim, estar em uma universidade pública me proporcionou esses encontros antes desconhecidos. Mas localizo novamente que foi um aprendizado, e ainda o é, muito mais atrelado aos meus colegas, homens e mulheres, pretos. Saindo de um lugar de protagonismo que estava acostumada antes, colocando os ouvidos a trabalhar. Sei um pouco que não era assim (isso de estudarmos autores que fogem à lógica colonial) antes de muito tensionamento de colegas que passaram antes de mim. Sei também que houve, e ainda há, muita resistência do corpo docente, da instituição, dos colegas brancos. Escuto histórias de racismo ainda em operação. E isso tem mudado tudo.

Não só minha relação com a escrita, com os processos de aprender... mas meu trabalho, minha vida pessoal, minha postura em todo e qualquer lugar. Na clínica, outro jeito vai se construindo. Mais atento, auxiliando a nomear, dar a ver, questionar. E envolve uma certa exposição. Perder o medo de perder o privilégio. Acho que essa pode ser uma ferramenta, quando perguntas quais ferramentas localizamos como possíveis nesse processo. Apaziguar com a saída de cena, e se implicar. Reaprender uma língua, linguagens, repensar expressões.

Reconhecer os erros, conversar com os amigos, não tolerar o que não tem negociação. Apaziguar com o constrangimento quando ainda reconhecemos em nós o gozo da branquitude, o racismo introjetado, mas não parar por aí. Apaziguar para aprender a suportar, não mais pra operar o silenciamento. Acho que é o que tenho aprendido, principalmente agora que sou mãe. Quero outro mundo e sigo atenta. Espero ter contribuído ao menos um pouco com teu percurso... não com respostas, verdades, longe disso... com os pensamentos que vieram no tempo dessa escrita. Algo sempre falta, eu acho. No mais, dizer que você é uma mulher massa, uma pesquisadora necessária. Que a gente se encontre em outros lugares. Quero te ler.

Abraços,
Mariana”

3 - Branca

Branca (nome fictício), enviou a carta, mas não deu retorno sobre a autorização da publicização da mesma.

4 - Blanco

Blanco (nome fictício), foi o único homem cis com quem conversei e também a única pessoa que não enviou a carta.

5 - Natanna

A conversa com a Natana me pegou de surpresa. Estava ansiosa e curiosa, pois seria a primeira pessoa que eu conversaria de outro PPG. As outras pessoas, que faziam parte do mesmo PPG que eu, eu sabia quem eram as profs que as orientavam, com quem tiveram aula. Eu tinha opiniões e pré concepções sobre as pessoas de quem elas estavam falando. Pra ser bem sincera, estava curiosa pois não saberia dizer se ela estaria passando pano para orientadora branca. E aí, de pronto, Natanna me conta que também foi orientada por uma mulher negra e

lésbica. E muito do que ela me disse foi ao encontro da experiência que tive com Luciana. Segue a carta dela:

“Carta a nós, psis brancas

Caras amigas,

Escolho escrever a carta a convite da colega Sharyel como instrumento de sua pesquisa de mestrado, direcionando a costura a nós, psicólogas brancas, visto que, o convite a falar de mim, enquanto mulher, psicóloga, classe baixa, cis, heterossexual e branca, não pode partir de uma concepção individual, mas de uma coletividade que abarca a majoritária composição de raça, gênero e sexualidade da nossa psicologia. Sim, somos mulheres de maioria branca, e isso nos coloca na obrigação de falarmos sobre nossos pertencimentos e como eles atravessam nossa atuação. Início dizendo que sem a compreensão e aceitação dessa localização é inviável uma atuação minimamente ética. Por falar em ética, ela não se restringe ao sigilo, como muitas de nós insite em reduzir. Apostar na ética da atuação psi é se responsabilizar por uma atuação que busque romper cotidianamente com as opressões sociais.

Entretanto, colegas, quando um corpo branco, cis e hetero ocupa mais uma posição de poder que a vivência da graduação garante a nós, não se pode dizer de atuação ética sem a criticidade que leva ao reconhecimento dos nossos privilégios e escuta limitada. Um corpo-subjetividade branco como o nosso, mesmo que parta de experiências de classe opressivas, como muito vivenciei na minha história de vida, não dá conta, sozinho, de abarcar toda a complexidade das relações étnico-raciais. E por sozinha me refiro a ausência da conflituosa relação entre as raças na experiência de vida. A vivência da classe me proporciona esse encontro, visto que, ocupar determinadas localizações sociais nos aproxima de contextos onde a branquitude, embora ainda presente, pode ser fissurada. Estou me referindo aqui que a interseccionalidade entre a raça e a classe evidencia que pessoas negras ainda são as que mais vivenciam a precariedade econômica.

Se por si só a relação entre o gênero não propicia esse encontro, a intersecção com a classe me permitiu algumas dessas vivências. Ainda assim, apesar de compartilhar alguns espaços com pessoas negras, a percepção da raça como marcador de vivência opressiva começa a surgir em um relacionamento amoroso interracial. Naquela altura, na adolescência, ainda me parecia natural a compreensão de que pessoas negras se relacionavam com pessoas brancas sem que nenhum tipo de conflito ou desconforto pudesse surgir, e de que o corpo negro se sentiria muito mais confortável caso fosse lido como corpo moreno. Ainda assim, é nessa relação que começa

a se evidenciar um desconforto social, e dentro da relação, quando o meu corpo-subjetividade branco é visto como fora do lugar. O meu corpo é questionado como fora de um lugar, ao mesmo tempo que a minha escolha é lida como corajosa e heróica. O corpo negro é também visto como fora do lugar, mas como sortudo ou submisso.

O desconforto ali ainda não é suficiente para a tomada de consciência dos meus privilégios. Não basta a simples relação entre às raças para que a percepção dos privilégios brancos se elabore, visto que, enquanto compreendermos que essa relação é naturalmente harmonica, o desconforto sempre será do outro, e o outro sempre é o corpo negro. Algo dessa relação, ou dessa relação, permanece e afeta a minha construção enquanto psi. Talvez um desconforto inconsciente que já identificava a desigualdade como causadora de sofrimento, apesar de ainda entender a diferença de classe e gênero como o ponto de partida. A concepção de opressão de classe e gênero é construída em mim pela vivência de uma relação violenta, também amorosa, com um homem branco de classe média alta.

A experiência de um relacionamento abusivo intersecciona a minha classe e produz sofrimento. Leio meu sofrimento a partir de uma perspectiva de gênero, e então se dá meu encontro com o feminismo. Aqui, caras colegas, ainda falo de um feminismo muito defendido por nós, que é o feminismo branco e hegemônico. É por meio do feminismo universal e da opressão de classe e gênero que escuto inicialmente na minha atuação psi. Foi aqui minha primeira compreensão interseccional. A partir desse lugar de mulher branca, e nesse momento já escutando mulheres negras na clínica, que me encontro com a interseccionalidade como ferramenta de trabalho. Entretanto, importante pontuar, que me deparo com uma visão interseccional interpretada pela lente da branquura, ou seja, entendida e explicada a partir do olhar de uma pesquisadora branca. Foi pela escuta de pessoas negras, gays e classe popular que busco a sustentação na interseccionalidade, mas ainda era uma visão que não contemplava a raça como principal marcador de sofrimento psíquico. Essa compreensão só se amplia e se constrói, no campo da pesquisa e atuação psi, a partir da orientação vinda de uma mulher negra.

Início minha entrada na pós graduação com a proposta de escutar mulheres oprimidas pela classe, gênero e relação de trabalho autônomo durante a pandemia. A raça era apenas tangenciada nessa proposta. Quando meu trabalho chega nas mãos de uma mulher negra e lésbica é que essa visão passa a ser confrontada. Evidentemente caras amigas brancas, esse confronto direcionado a nós gera desconforto, afinal de contas, não é comum a nós o questionamento crítico das nossas ações. Penso em abrir mão da pesquisa, tamanho a angústia ao me dar conta que minha escrita era racista. Não li mulheres negras, quilombolas, indígenas ao falar de uma ferramenta, que vem só, foi elaborada a ferro e fogo por mão de mulheres

negras, como bem aponta Carla Akotirene. Minha primeira leitura para a compreensão da interseccionalidade a partir do feminismo negro foi pela escrita da Carla. Depois leio Paula, minha orientadora, e ali começo a entender o que é uma escrita que sangra. Leio Djamila e localizo meu lugar de fala. Ueslei Solaterrar, autor negro e gay, me ensina sobre sofrimento encruzilhado. Luiz Rufino, Abrahão Santos, me ensinam sobre sofrimento racial e perspectivas afro diaspóricas. Claudia Mayorga e Lisandra me ensinam, pela escrita e ação, o combate cotidiano do racismo pelas mãos de mulheres brancas. Jaileila, Cecília, Erika, me ensinam a escrita que deixa rastros. bell hooks me conta sobre a língua do opressor. Grosfoguel sobre epistemicídio, genocídio e construção de uma ciência colonizada. Patricia Hill Collins sobre as forasteiras de dentro. Kimberle sobre a centralidade do gênero e marginalização da raça nas nossas análises. Fatima Lima sobre a dor da mulher negra. Geni Nunez sobre racismo indígena e fetiche do opressor. Cida Bento sobre branquitude. Anzaldúa, Conceição Evaristo, sobre escrita poética, denúncia e marcada. E por aí alguma costura minimamente ética quando falamos da pesquisa por mulheres brancas, começa a ser produzida.

Não creio na nossa capacidade individual de brancas de produzir uma pesquisa e atuação verdadeiramente comprometida com a luta antirracista. Penso que a branquitude nos coloca numa posição de poder da qual não podemos sair sem o olhar atento e marcado de mulheres negras, periféricas, LGBTQIA +, indígenas, quilombolas. Minha escrita e atuação jamais será totalmente antirracista, especialmente se eu não compartilhar meu espaço de trabalho e escuta com mulheres que vivenciam no corpo questões que não chegam até mim como sofrimento. Escrever sendo orientado por uma branca e para brancos é continuar a perpetuar intervenções que nomeiam e caracterizam corpos marginalizados. É somente apenas da costura e da intersecção que acredito ser possível perfurar ficções hegemônicas de raça, classe e gênero. Hoje, após 2 anos de mestrado, sinto que algo muito importante foi modificado em mim, e que devo isso ao florescimento de uma semente adubada pelas mãos de Paula. Existe muito para ser lido, conhecido, elaborado, e essa é uma tarefa constante que cabe a nós, amigas brancas. Atuo hoje na política pública do SUS, e tento fazer valer o princípio da equidade sempre que escuto mulheres negras, em especial. Contudo, muitas vezes meu corpo-subjetividade branco esquece que raça não é recorte. Além do mais, sou rodeada por colegas brancas, especialmente em posições de poder, e isso dificulta muito o rompimento com o pacto narcísico da branquitude. É mais fácil permanecer em silêncio. É difícil se manter ativamente e sempre levantar a compreensão da complexidade das intervenções diante o sofrimento social e racial, é preciso embate, é preciso incomodar, é preciso contrariar uma ordem muito bem estabelecida. É cansativo, e por muitas vezes parece pouco diante das inúmeras violências cotidianas que

escutamos de corpos massacrados pelo racismo. Mas sinceramente? Não sei se existe outra via para nós, mulheres brancas. Chegou nossa vez de sangrar. Finalizo por aqui,

abraços de coragem e afeto,
Natanna.”

6- Alba

Alba é nome fictício da última pessoa que conversei, de uma universidade do sudeste do país, que autorizou o compartilhamento da carta e optou por um nome fictício à minha escolha. A conversa com ela me movimentou para reconhecer uma lacuna até então (ou ainda) colocada na minha pesquisa, que pensa relações raciais somente entre pessoas negras e brancas. Segue a carta:

“Sharyel,

Sempre gostei de escrever cartas, escrevo desde criança. Na casa da minha avó materna ainda tem alguns exemplares delas, em que conto sobre as aventuras da minha infância com textos escritos com canetas coloridas. Tem muito tempo que não envio uma carta para ela, o que pode ser explicado por muitos motivos mas, um deles, é o afastamento processual que tivemos à medida em que eu crescia e me incomodava com alguns de seus posicionamentos machistas, racistas e homofóbicos. Pensar na minha relação com a minha avó, uma mulher branca, de oitenta e poucos anos, que veio da roça e que não concluiu os ensinamentos básicos também me ajuda a pensar sobre branquitude, seus dilemas, ambiguidades, as perguntas que emergem e ficam sem respostas, afetos que ficam sem lugar e ora aparecem, ora se aquietam. Ajudam porque, afinal, o pessoal é político.

Nasci em uma família branca de classe média alta, sou a mais nova de três irmãos. Em meu ciclo familiar mais próximo, não há ninguém que não se defina como heterossexual e raros são os relacionamentos interracializados. Venho do interior de Minas, de uma cidade histórica em que o passado colonial é materializado na pedra sabão e nas igrejas cheias de ouro construídas por mãos de pessoas negras escravizadas, e a colonialidade se atualiza de diversas formas como, por exemplo, nos crimes da Vale que inundam territórios de lama. Estudei em uma escola particular de freiras. Minha adolescência contou com o começo da internet, de onde tive acesso a várias coisas - como o feminismo branco - que, de outra forma, eu não teria. O arsenal cultural

do meu pai e irmãos também me permitiram conhecer artistas como Frida Kahlo e Nina Simone, ainda muito jovem, o que, de alguma maneira, também acho que se relaciona com os movimentos de reflexividade que faço hoje enquanto mulher, branca, bissexual, psicóloga, pesquisadora e artista.

Vindo de onde vim, quais histórias aprendi a escutar? E como essa escuta foi se modificando, ampliando, enquanto eu caminhava em outros territórios, me encontrava com outras pessoas, coletivos? Quais os limites dessa escuta, ainda hoje, depois de tanta andança? Quando me mudei para a capital, em busca de me formar em psicologia pela universidade federal do meu estado, muito se transformou pelos encontros. Ainda caloura, no primeiro semestre, participei de uma pesquisa sobre os processos de alcoolização de uma etnia indígena específica e tive a oportunidade de conhecer algumas lideranças desse povo. Conheci um novo idioma, os cantos, algumas de suas histórias de violações de direitos e também de resistência. Muitos questionamentos emergiram ali e foram se qualificando ao decorrer da minha caminhada na psicologia social crítica e na saúde coletiva: como co-produzir saúde, diante da diferença interétnica? Como a psicologia poderia contribuir? O que precisaria ser revisitado? Ficou escancarado o tanto que eu não sabia.

Desaprendi muita coisa. Meu encontro com essa etnia indígena me direcionou a (tentar) compreender a psicologia a partir de lógicas não universais. E sabemos que o dito universal é, na verdade, branco. A partir daí, me vinculei a um núcleo de pesquisa, ensino e extensão coordenado, até então, por uma professora branca copromissada ético-politicamente com a transformação social que envolve, necessariamente, a luta antirracista, antipatriarcal, LGBTQIA+fóbica, etc. Esse núcleo possuía uma trajetória de pensar a democratização da universidade e as ações afirmativas, pautas reivindicadas pela coordenadora. Em sua composição, majoritariamente, me deparei com alunas da graduação e pós graduação negras. Eu, branca, era minoria - uma experiência que, até então, eu não havia vivenciado.

Minha trajetória nesse núcleo (que já completa quase 10 anos, considerando que hoje estou vinculada como doutoranda) é marcada, inicialmente, por uma escuta quase passiva. Eu chegava nas reuniões semanais com meu caderninho e anotava. Quando era convocada a participar de outras formas, vinha o incômodo - mas o que eu teria pra dizer? Aos poucos, fui conhecendo as epistemologias feministas negras e decoloniais, os estudos críticos das relações étnico-raciais, a partir dos textos e projetos das estudantes que lemos e debatemos. Fui tecendo relações de afetos com algumas das colegas, que hoje são grandes amigas. Se antes da universidade eu conhecia poucas pessoas não brancas, aqui, eu as conhecia desde um lugar da

intelectualidade, da potência - ainda que atravessadas por sistemas de opressão que dificultam acessos a direitos e ao bem viver.

Integrar esse núcleo de pesquisa, ensino e extensão me possibilitou isso: uma formação com sujeitos e coletivos que foram historicamente silenciados e desumanizados pela própria psicologia; sujeitos esses que, ali, eram não só as minhas referências teóricas e políticas, mas pesquisadoras que me inspiraram no meu sonho de ser também uma pesquisadora e professora. Hoje, esse núcleo é coordenado por mais duas professoras, sendo uma delas, uma professora negra - a primeira do curso de psicologia da minha instituição. Seguimos priorizando leituras localizadas desde a margem: intelectuais negras, indígenas, lésbicas. Debates, também, sobre os riscos de essencializar as experiências e de cairmos em uma leitura equivocada do “lugar de fala”. Então, retomo: priorizamos referenciais de intelectuais feministas negras, indígenas, lésbicas que se posicionam rumo à luta pelo combate às opressões.

No meu projeto de doutorado, em que busco dialogar com psicólogas que atuam junto aos povos indígenas no âmbito do SUS, priorizo produções indígenas de etnias variadas, acerca dos entendimentos sobre saúde, saúde mental, bem viver, cuidado, resistência, colonialidade(s). Nesse processo, tenho mapeado não apenas artigos, teses e dissertações, mas capítulos de livros, notas de movimentos social, produções audiovisuais, poesias, etc. São formas de ampliar a minha escuta e minimizar as limitações que a branquitude imprime em como eu vejo, ouço, sinto. Deslocar os povos indígenas do lugar de objeto de pesquisa para o lugar de meu referencial teórico me permite deslocar, também, em alguma medida. Mas isso não é suficiente para realizar uma pesquisa feminista e decolonial. A localização do meu saber e minha reflexividade deve ser contínua, buscando colocar as contradições na roda - e elas existem.

Assim, muitas perguntas. O que eu deixo de perguntar? Pra quem serve a minha pesquisa, a quem? Com quem estou dialogando? Como estou dialogando? Se você me pergunta “como transformar as teorias estudadas em ação de escuta?”, não sei se tenho respostas. Trago mais indagações: o que é a escuta, no fim? Quando acolho um sujeito indígena que não fala português (e eu não falo a sua língua), há possibilidade de escuta? Como? Operar uma saúde mental antimanicomial passa por aí, eu acho, por nos questionarmos, e que as perguntas nos levem ao movimento - sempre coletivamente.

Eu poderia compartilhar sobre todas as lacunas e ausências ao longo da minha formação - todas as disciplinas que partem de lógicas hegemônicas e a-políticas, as docentes brancas e racistas que não assumem criticamente sua branquitude, os pactos narcísicos do meu programa de pós graduação. Mas escolhi contar alguns dos encontros que contribuíram - e contribuem - para que eu possa refletir sobre relações étnico-raciais, me assumindo enquanto parte dela, com

as contradições, angústias, mas também agenciamentos que esse posicionamento podem proporcionar, no fazer científico, na docência e na tecitura de redes.

Que a gente possa seguir compartilhando perguntas...

Um abraço,
Alba

2 de outubro de 2023”

7. A coisa ainda tá branca!

Reli o texto “A coisa tá branca!” de Jota Mombaça (2021), e fiz um exercício de escuta a partir do lugar que ocupo agora, a partir do que já escutei em mais de dois anos no percurso do mestrado. Clara, foi fácil perceber que o texto em que ela fala sobre a branquitude do circuito das artes em Lisboa, cabe tão bem para a análise do circuito acadêmico no Brasil e, mais precisamente, no estado mais ao sul do Brasil.

Ela diz que “o tema da negritude e da colonialidade tem tido algum destaque, sem que isso necessariamente configure a abertura dos circuitos àqueles corpos histórica e socialmente implicados pela racialização e pela ferida colonial” (2021, p. 29). Conta, ainda, cenas muito caricatas da apropriação branca dos discursos e práticas antirracistas e descoloniais, que reencena o teatro da dominância e protagonismo social. Formas que a branquitude encontra para reatualizar a organização supremacista branca ao mesmo tempo que diz que cede espaço para pessoas não brancas. A apropriação branca dos discursos e práticas antirracistas e descoloniais reencena o teatro de sua dominância e protagonismo social. Ainda nas palavras de Jota Mombaça, é necessário

interrogar os limites da apropriação branca dos discursos e práticas antirracistas e descoloniais evidenciando o modo como certas dinâmicas dessa apropriação tendem a operar em descontinuidade com uma necessária ética situada, que habilite corpos historicamente privilegiados pela racialização e pela colonialidade a não reencenarem o teatro de sua dominância e protagonismo social. (Jota Mombaça, 2021, p. 29-30).

Nós, pessoas brancas, podemos cair no mesmo lugar que criticamos quando deslocadas de uma **ética efetivamente disruptiva da colonialidade e do racismo**. A partir do texto de Jota Mombaça, nos pergunto: como operar com essa ética efetivamente disruptiva em relação à colonialidade e ao racismo? Questão que tem forte relação com meus objetivos de pesquisa, sobre as possibilidades de construir uma saúde mental antimanicolonial.

Clara, tu sabe que a palavra ética é quase jargão na boca da nossa categoria profissional. Percebo um esvaziamento desta palavra. Em uma conversa com minha companheira, Vivis, falamos sobre a situação de uma psi branca que se vê como muito ética, mas não reconhece que, no meio acadêmico, a “ética” que ela segue é a do benefício próprio quando não tensiona a aliança com uma orientadora branca com práticas racistas. Como falar de ética profissional sem pensar em tensionar, problematizar, fazer um exercício de enfrentamento da branquitude e da cisheteronormatividade? Aqui quero te contar como “a coisa tá branca” na formação em psicologia social. A partir das conversas que tive com seis pessoas que participaram da

pesquisa, também a partir das bancas de qualificação que assisti neste PPG que ocupo, dos relatos de colegas e da minha própria experiência enquanto corpo branco que ocupa esse espaço.

7.1 Relações entre pessoas brancas na academia: manutenção da supremacia branca através do pacto narcísico da branquitude

*Essa gente sempre ganha
Essa gente é sempre grana
Vou buscar nossa riqueza
Nos teus quadros: Realeza
Eu só vejo gente branca!*

Cristal - Nefertiti

Escuta! Mais uma vez, Cristal como uma referência importante para escutarmos sobre nosso lugar enquanto pessoas brancas. Na música Nefertiti, Cristal fala sobre manutenção da supremacia branca através do pacto narcísico da branquitude. Essa gente (nós brancas/os) sempre ganha. Nos quadros das pessoas brancas, só se vê outras pessoas brancas.

Esses versos de Cristal, me fazem questionar quem são as pessoas que colocamos em quadros, quem colocamos como realeza, no lugar de pessoas a serem reverenciadas e referenciadas. Logo me vem a imagem das relações dentro do PPG em que estou. Me vem as cenas das bancas de qualificação, onde, para mim, foram as cenas mais perceptíveis de construção de tecnologias de proteção da branquitude. Corpos brancos aliançados a outros corpos brancos mantendo o lugar de prestígio. O tal do “ninguém solta a mão de ninguém” deve ser isso: eu chamo de genial tua mediocridade e, assim, você me retribui esse reconhecimento. Desta forma, continuamos sendo as pessoas brancas medíocres, porém muito bem reconhecidas.

É a manutenção do pacto narcísico da branquitude. Eu te asseguro no lugar de discente, tu me assegura no lugar de docente. Uma retroalimentação do ego branco. Imagem especular de Narciso. Pessoas orientadas e criadas para serem a imagem e semelhança das pessoas que são suas orientadoras. E só conseguirão lugar de reconhecimento se se mantiverem assim. Podem até pesquisar outras coisas, mas não questionem lugares e privilégios. Por fim, percebi, nesses últimos meses de pesquisa, que discentes tentam assegurar o lugar de prestígio e genialidade das pessoas que são suas orientadoras, porque é como defender o seu próprio lugar de prestígio.

Em uma roda com pessoas psicólogas, em que participei, uma colega branca, falou com orgulho quem era sua orientadora branca, muito conhecida dentro da psicologia social. Outra colega, negra, fala que a professora não era tão boa assim, tinha posicionamentos ruins, e a

colega branca disse que não a via assim. A colega negra disse: sim, amiga, claro que pra ti não é assim, tu é branca!

Um pensamento sobre isso já havia me ocorrido quando ouvi de colegas brancas elogios às suas orientadoras/es, sem considerações críticas ao racismo institucional que reproduzem, falando o quanto suas orientadoras eram legais com elas. Eu pensei “claro, porque tu é branca”. Porque sabemos bem que com pessoas negras elas não foram nada legais e acolhedoras. Pensei e não falei. Posso descrever várias justificativas por não ter falado. Mas o fato é que pensei, mas não falei. Reproduzi bem fielmente o tal pacto narcísico da branquitude.

Você já pensou que a relação entre pessoas brancas também é uma relação racial? Lembro do dia em que isso me ocorreu. Estava dando fruta para minha sobrinha. O tal do "cair a ficha" que na psicologia importada se chama de *insight*. Dias depois, tive orientação e, ao falar disso com minha orientadora, ela disse que obviamente era isso, que o pacto narcísico da branquitude era sobre isso. Fiquei envergonhada por não me dar conta. Sabia de alguma maneira, mas ainda não era óbvio para mim. O que me ocorria quando falava de relações étnico-raciais eram sempre relações inter-raciais.

Te conto isso com a vergonha da fragilidade e culpa branca, viu? Mas acho importante dizer entre nós, falar do quanto nós, pessoas brancas, não percebemos, não vemos e não escutamos. E, se realmente quisermos estar atentas aos pactos narcísicos que fazemos entre pessoas brancas, a romper com as repactuações, com as manutenções da supremacia branca, com a fragilidade branca, precisamos olhar para as relações raciais entre pessoas brancas. Ter a dimensão de que sua orientadora te parece legal porque tu é uma pessoa branca. Quando nós brancos vemos pessoas brancas como pessoas “legais” em relação às questões raciais, pode ser só porque somos brancos e que conosco as pessoas são legais. Para uma pessoa branca, a orientadora é ótima e para uma pessoa negra ela é racista e hostil. Estamos atentas a isso? O que o “não perceber” nos favorece? Quais os problemas que não conseguimos ou não queremos ver por sermos brancas?

Sou uma mulher cis branca, estudando sobre escuta de pessoas brancas, pesquisando relações raciais e branquitude com pessoas brancas, escutando pessoas brancas e escrevendo sobre pessoas brancas. Como eu escuto a escuta de pessoas brancas? Me facilita algumas coisas e me dificulta outras. Quando digo que minha pesquisa é com pessoas brancas, é porque elas/nós somos o público alvo, o tema. Mas, quem me ajuda a escutar e estar atenta às ações que sustentam a supremacia branca, são, na grande maioria, pessoas negras. Luciana, como orientadora, colegas do grupo de pesquisa, colegas do PPG, as pessoas pesquisadoras e escritoras com quem aprendo através dos livros e artigos, as que compuseram as bancas de

qualificação e defesa deste trabalho, as pessoas artistas e também escritoras com quem aprendo através da música.

Para falar das alianças dos corpos brancos na academia, quero te contar sobre o VI Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) da Região Sul (COPENE-Sul), que teve como tema os “20 anos da Lei 10.639/03: desafios e perspectivas da educação básica ao ensino superior”, e aconteceu em Ponta Grossa, no Paraná.

Para começar, eu não sabia que pessoas brancas poderiam participar, mas quando a Beta falou no grupo do WhatsApp que a Bruna estava propondo uma Sessão Temática sobre branquitude e que pessoas brancas poderiam participar, pensei em escrever algo sobre minha pesquisa. Ainda assim, achando muito esquisito uma pessoa branca ir a um evento de pesquisadoras/es negras/os. Engraçado, porque muitos eventos que vamos são marcadamente brancos, só falta ter isso no nome, se não fosse a fantasia de universalidade da branquitude.

Quero te contar porque imagino que tu também nunca tenha vivido uma experiência assim. Sendo uma mulher branca no sul do Brasil, pelos espaços que comumente circulei, nunca tinha estado em espaços acadêmicos que a maioria das pessoas são negras. No Copene, entre 90 a 95% das pessoas eram negras. Tu imagina isso na academia no sul do país? Foi lindo de ver! Ao mesmo tempo que meus olhos diziam a todo momento que não estavam acostumados com aquela imagem. Meu corpo ali tinha um lugar bem demarcado. Um corpo branco em um espaço negro. E nós pessoas brancas do sul do país, não estamos acostumadas a estar nesse lugar na academia, né? Lugar que as pessoas negras são forçadas a estar sempre. Ainda mais as pessoas negras que estão na academia. Ainda mais as pessoas negras que estão na academia no sul do Brasil. Lembro mais uma vez do TCC de Alisson Ferreira Batista (2016), onde ele nomeia a academia como “mundo branco”.

E toda a experiência do evento foi muito importante. Até mesmo os momentos de convivência entre as colegas do grupo no apartamento em que ficamos. Na primeira noite, precisamos pedir um utensílio de cozinha emprestado no apartamento vizinho, eu fui a escolhida por ser a mais branca. Juro, com vergonha de escrever, que eu não me reconhecia como a mais branca, não sei se me via como a mais branca. Talvez por não achar que a minha pele era a mais clara. Mas mais uma vez, ser loira com cabelos e olhos claros me coloca nesse lugar. Mesmo hoje, enquanto sapatão, que não me vejo como uma pessoa “bem aceita” pela vizinhança, ainda assim a passabilidade da branquitude me coloca nesse lugar. E isso reverberou muito em mim nos dias seguintes. Ainda reverbera.

Depois, nas Sessões Temáticas e oficinas que participamos, eu era o exemplo de branca mais branca do espaço. Virou piada, ríamos disso. Mas, tem algo muito sério que quero te falar.

Como é raro nos vermos no lugar do Outro branco e o quanto isso é importante na construção da racialização branca. Lourenço Cardoso, homem cis negro, fala sobre sua experiência como pesquisador negro sobre a branquitude branquitude e do efeito de nos enxergarmos pelo olhar do outro:

Nesses anos pude perceber que este trabalho me levou a possuir uma visão mais profunda a respeito de minha negritude. O EU ao olhar o OUTRO leva-o a enxergar-se melhor. Observar o Outro lado de espelho nos leva a enxergar a nossa própria humanidade. Mesmo que o branco, numa concepção colonial, possua uma percepção distorcida a respeito de SI e do OUTRO (CARDOSO, 2014). A maneira para melhor nos enxergar algumas vezes vem a partir dos olhos do Outro. O branco ao ser criticado pelo negro pode levá-lo a ter uma perspectiva mais realista a respeito de si (Lourenço Cardoso, 2022, p. 10).

Nesse sentido, pensar a branquitude do sul do Brasil é importante. Como é raro nos vermos no lugar do Outro branco e o quanto isso é importante na construção da racialização branca. A nossa convivência quase que exclusiva entre “iguais” brancas nos leva a ter uma imagem distorcida de nós mesmas. As três cartas das pessoas da região Sul falaram que, na sua graduação, só tiveram aula com professoras/es brancas/os. Essa também foi minha realidade. Inclusive nos dois anos de residência. Pessoas brancas contando histórias brancas.

Quanto a formação para a pesquisa e a formação para escuta em psicologia ainda carrega forças do carrego colonial? Uma pergunta que reverbera em mim ao acionar as memórias de minha formação: quais foram as histórias que acompanharam o meu estar em sala de aula e me transformar em psicóloga? Eram brancas, escritas por pessoas de lugares muito distantes, escritas em outras línguas, consumidas por pessoas oriundas das classes alta/média. Há um problema nessas histórias? O problema é que na minha experiência elas foram vendidas como únicas e isso é matéria que alimenta o desencanto (Bruna Battistelli, 2022, 75).

A experiência que Bruna conta, é a mesma experiência que já te contei e que as pessoas que participaram da pesquisa nos contaram em suas cartas também. A formação em psicologia é feita por e para pessoas brancas. Jéssyca da Rosa Santos Barcellos, psicóloga negra, graduada em psicologia nesta mesma instituição, com o TCC “Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e região metropolitana (2016)”. A partir da questão “profissionais psicólogos/as, com base na sua formação de graduação, podem se considerar preparados/as para lidar com o racismo?” realizou uma análise de currículos das graduações de Psicologia situadas na cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana, onde observou a recorrência de disciplinas que abordam a temática racial. A análise foi realizada no período de março a junho de 2016¹⁷, onde foram encontradas

¹⁷ Mesmo que, atualmente, esses dados possam ser diferentes, trago, pois é importante pensar essa falta nos cursos.

19 instituições que oferecem a graduação de psicologia, sendo 1 delas excluída da pesquisa, pois não permitiu acesso ao currículo. Desta forma, foram analisados 18 currículos. Destes, 6 apresentaram a temática racial em alguma de suas disciplinas, sendo que, em 5, a temática aparece como optativa/eletiva, mostrando a negligência sobre a temática na maioria das instituições analisadas.

Voltando ao Copene em si, em uma das tardes da Sessão Temática sobre branquitude, uma mulher branca, professora de uma universidade federal do Sul, apresentou o trabalho de uma orientanda negra. Inicialmente, contou que ninguém queria orientar esta discente, e que ela a acolheu. Ao final do horário da Sessão Temática, após discutirmos sobre como se agarram aos cânones na academia, como se ofendem quando se critica autores clássicos europeus, essa professora falou que se sentia muito incomodada, que toda vez que vinha para o Copene voltava para casa triste e angustiada.

Falava isso olhando para as duas coordenadoras brancas da Sessão Temática. Como quem busca compreensão e aliança. Essa era a única atividade do Copene realizada apenas com pessoas brancas na coordenação. Imagino que a professora supôs, este como o lugar perfeito, para que seu sofrimento de fragilidade branca fosse acolhido. Mas não foi, pois ela não encontrou cumplicidade nem pelas coordenadoras, nem por ninguém que ali estava. Ela levantou a voz com pessoas negras que também estavam apresentando trabalhos na ST, dizendo que ela não era esse tipo de branco que estavam falando ali: "Eu não me encaixo nessa categoria de branco".

bell hooks (2019b), no texto "Representações de branquitude no imaginário de pessoas negras", fala sobre a percepção de pessoas negras sobre pessoas brancas. É um trecho longo, mas acho importante compartilhar contigo. Nas palavras dela:

Meu pensamento sobre representações da branquitude na imaginação negra foi estimulado pelas discussões em sala de aula sobre a forma como a falta de reconhecimento é uma estratégia que facilita transformar um grupo em Outro. Nessas salas de aula aconteceram debates acalorados entre estudantes quando os alunos brancos responderam com descrença, choque e raiva enquanto ouviam os estudantes negros falarem de branquitude, quando foram obrigados a escutar sobre observações, estereótipos etc. que são apresentados como "informação" reunida a partir de investigação e estudos cuidadosos. Geralmente, alunos brancos reagem com uma incredulidade ingênua quando pessoas negras avaliam criticamente pessoas brancas de um ponto de vista a partir do qual "ser branco" é um símbolo de privilégio. Com frequência a raiva deles vem à tona porque acreditam que todas as formas de olhar que destacam a diferença subvertem a crença liberal em uma subjetividade universal (nós somos todos apenas pessoas) que eles pensam que fará o racismo desaparecer. Eles têm um investimento emocional profundo no mito da "homogeneidade", mesmo quando suas ações refletem o poderio da branquitude como um elemento que influencia quem são e como pensam. Muitos deles ficam chocados ao ver que pessoas negras pensam criticamente a respeito da branquitude porque o pensamento racista perpetua a fantasia de que o Outro que é subjugado, que é sub-

humano, não tem a habilidade de compreender, de entender, de ver os feitos dos poderosos. Embora a maioria desses estudantes se considere politicamente liberal e antirracista, eles também aderem inconscientemente à ideia da branquitude como um mistério (bell hooks, 2019b, p. 251).

Lendo este trecho parece até que bell hooks estava falando da cena da ST sobre branquitude no COPENE. A impressão que tenho é que pessoas brancas entram em um modo de desespero, se agarram ao que tem para manter seus lugares de privilégio, para manter a supremacia (acadêmica) branca. Defendem Michel Foucault¹⁸, como se fosse um membro da família que está sendo injustiçado. Não conseguem escutar que a crítica nem é a ele diretamente ou as teorias que ele produz, mas ao lugar que colocam ele e sua produção. O lugar que pessoas brancas acadêmicas no Brasil colocam ele. Não sei como é aí onde tu faz formação, mas nas universidades que fazem parte da minha, parece que para ser um bom psicólogo social tem que ser especialista em Foucault, o que significa estar ligado a uma epistemologia específica. E aí, se tu falas sobre essa homogeneização do conhecimento e localizando esse conhecimento como branco, europeu, cismasculino, criticando a construção da psicologia social no Brasil, as pessoas se sentem muito ofendidas, porque é sobre o que elas se dedicaram uma vida toda.

Tudo bem estudar Foucault, só entenda que este é um conhecimento localizado, assim como todo outro. É uma epistemologia, uma leitura de mundo que parte da realidade dele. Importante pontuar que não é uma questão de "destruir" a produção de conhecimento localizada nesses campos, mas o que se propõe é uma pluriversalidade e não uma universalidade... Cidinha da Silva (2015) falando da universidade negra, que ninguém quer arrancar os dedos das pessoas brancas.

Não se desesperem! A universidade negra não lhes tirará os dedos, nem os anéis. Não mexerá no conforto de vocês, tampouco. Nada disso. A universidade negra apenas criará possibilidades de conforto existencial e epistêmico para os que só conhecem o desconforto. (Cidinha da Silva, 2015)

Essa falta de reconhecimento das pessoas brancas sobre si mesmas que bell hooks (2019b) fala, parece que a gente faz um grande esforço pra manter assim. Não nos reconhecemos porque não estávamos percebendo, é porque não queremos. A branquitude constrói tecnologias de proteção. Eu demorei muito tempo para entender isso. O que deve ser uma proteção da branquitude também, né? Há pouquíssimo tempo eu realmente entendo esse lugar de escolha. Porque isso faz com que eu veja nós, pessoas brancas, não mais com o olhar de “só está fazendo

¹⁸ Importante demarcar que no Rio Grande do Sul, as maiores faculdades de psicologia têm sustentando muitos de seus trabalhos e análises em psicologia social, a partir da teoria de Michel Foucault, que é um filósofo francês.

isso porque não está se dando conta da sua branquitude”, mas sim vendo o grande esforço que fazemos cotidianamente para manutenção do pacto narcísico da branquitude.

Faz um tempo que venho nomeando o quanto eu vou percebendo a minha ingenuidade branca no processo de pesquisa. Uma ingenuidade que não via efetivamente a branquitude e entendia realmente o pacto narcísico. Claro, que quando se está dentro pode ser mais difícil de perceber. Como psicóloga, a gente entende bem disso. Mas a ideia não é justificar ou me defender, é contar para ti, compartilhar esse processo.

E isso diz do meu percurso de pesquisa. Das primeiras vezes que li o texto da Cida Bento (2002) falando sobre o pacto. De como fui percebendo isso no meu campo de atuação na residência, no grupo de estudos em psicanálise que contei há muitas páginas atrás. Da minha motivação para entrar no mestrado, que era aprender com pessoas “estudadas e entendidas do assunto” como pessoas que não estavam na academia poderiam olhar para a branquitude nas suas práticas; como “provar” para quem não estava reconhecendo o pacto da branquitude que isso realmente acontecia; como mostrar que o manejo no grupo de mulheres deveria estar atento à racialidade das participantes e das coordenadoras; como reconhecer que não poderia ser coincidência que o número de pessoas negras que acessavam um serviço especializado em saúde mental no território era menor que a proporção de pessoas negras que acessavam a rede primária de saúde do território.

É engraçado escrever isso, porque eu nunca coloquei muito a academia nesse lugar. Sempre tive muito ranço e crítica à maioria de docentes, e tentava fazer algo com essa crítica nos espaços que ocupava. Eu, que não botava essa fé toda na academia, acabei colocando a academia nesse lugar. Tem um pouco de como a formação em estágios e na residência é colocada. A academia está certa, quem está “na ponta” atuando não está atualizado. Quem está na ponta fala que quem está na academia está teorizando sobre o que não vivencia. Te contar isso me fez lembrar que a minha primeira orientadora do mestrado, foi nesse serviço, que era meu campo de prática na residência, enquanto eu era residente, discutir um caso. Bem nesse lugar de saber da academia.

E aí, como agora já bem sei, na academia as pessoas até são estudadas sobre o assunto, mas, nem sempre, são entendidas. Frequentemente usam o estudo para se defender, para se mostrarem entendidas. Lembro mais uma vez de bell hooks (2019a) quando diz que pessoas brancas acadêmicas progressistas são as mais perigosas. Porque nelas/nós se coloca uma esperança e expectativa, porque nos anunciamos neste lugar de pessoa aliada, implicada, de pessoa legal. Mas seguimos tomando as mesmas ações que as pessoas que não são estudadas, usamos um vocabulário antirracista para não reconhecer essas ações, para ficar menos explícito.

Reconhecendo que há muitas formas da defensividade branca atuar, eu pensava que deveria saber muito bem como falar. No processo da pesquisa, levei muito tempo para iniciar os contatos. Queria muito saber a melhor forma de acessar as pessoas. As melhores perguntas a fazer. Perguntas que pudessem mobilizar, implicar. No fim, ficaram muitas perguntas, talvez até redundantes, mas entendi que não era isso, que talvez muitas perguntas pudessem até deixar as pessoas ainda mais na defensiva. Entendi que pouco ou nada posso fazer para implicar pessoas que escolhem não se implicar. Que a justificativa do “não sabia disso” não cola mais. Talvez para as pessoas negras nunca colou.

Entendi isso escutando colegas contando sobre como pessoas professoras e orientadoras, mesmo sendo provocadas a pensar, geralmente a partir de colegas negras/os, pouco ou nada mobilizaram suas leituras e práticas. Isso me lembra o quanto Luciana sempre frisa muito nos nossos grupos de orientação que não é possível separar teoria e prática, que é também algo o que bell hooks nos ensina em *Erguer a voz* (2019a).

Eu realmente achava que era uma questão de acesso ao conhecimento. Mas, quando se diz que não teve acesso ao conhecimento sobre relações raciais no passado, e que só agora se depara com essa questão, mas segue não se ocupando, fica nítido que se torna argumento para a defensividade. Quando as pessoas escutam em bancas de qualificação apontamentos sobre como seu trabalho está posicionado em relação a colonialidade do saber e escolhem, não se ocupar disso... Escolhem escutar somente os avaliadores que seguem a mesma lógica colonial brancocentrada.

bell hooks (2021) diz que raríssimas são as pessoas brancas que optam por ser efetivamente antirracistas, vivendo isso de forma contundente. E que a branquitude sabe muito bem que o racismo não está no sangue, mas sim na consciência e que, se está na consciência, há possibilidade de escolha. É uma escolha não ver. Só vivendo essa experiência dentro da academia, em que as pessoas têm acesso à informação, seja por bibliografia, seja por discentes e docentes negres tensionando, “dando” a informação, que consigo realmente perceber isso. É a escolha de se manter no lugar de privilégio, de conforto racial. Mesmo que se use argumentos para dizer que era desinformação. Robin DiAngelo (2018) diz que a fragilidade branca demanda conforto e esse conforto mantém a estrutura social racista.

Me vi como a branca academicista que queria ser a salvadora da branquitude. Fui reconhecendo que estava em uma busca pela pessoa branca super implicada, como se fosse possível criar um manual da pessoa branca implicada (assim como um manual antirracista). O que é uma cilada, pois pode cair no mesmo lugar que tanto criticamos de “Não sou racista, até tenho amigues/vós/namorade negro.” Só serve para apaziguar o desconforto das pessoas brancas.

Antirracismo por aparência. Não somos racistas, até pesquisamos sobre isso. Ou somos antirracistas, até escrevemos artigos sobre branquitude.

Ressoa a voz da professora branca: "Eu não me encaixo nessa categoria de branco". Como bem diz Lourenço Cardoso (2022), o sujeito branco que não quer ser visto como branco-tema. "Não sou essa branquitude!". Pessoas brancas não são acostumadas a serem nomeadas, demarcadas.

Algumas pessoas brancas podem até imaginar que não exista representação da branquitude na imaginação negra, especialmente uma que seja baseada na observação concreta ou na conjectura mítica. Pensam que são vistas pelas pessoas negras apenas como querem parecer. Ideologicamente, a retórica da supremacia branca apresenta uma fantasia da branquitude (bell hooks, 2019b, p. 253).

Ou melhor, se veem como bondosas. Dicotomia de que pessoas negras são más e brancas são boas. Quando se nomeia a branquitude, há um desconforto muito grande em não querer ser associado a isso.

Lourenço Cardoso, diz que Branquitude Crítica cumpre requisitos para não ser vista como racista. Para ser vista como antirracista, como branca aliada - até tem uma orientanda negra, até vai ao Copene. É uma posição protocolar, como se ser antirracista fosse cumprir o protocolo, parece que existe um manual da branquitude crítica. Branquitude crítica não é antirracista, é aquela que publicamente faz esse exercício de se anunciar antirracista. Cumpre o protocolo. Que efeito tem efetivamente o nosso antirracismo / o antirracismo da branquitude crítica (Lourenço Cardoso, 2022)?

Eu me vi caindo nesse mesmo lugar de branquitude crítica protocolar quando suponho que existe uma forma de produzir uma implicação. Uma fórmula, um manual. Tentando descobrir qual a pergunta certa que preciso fazer para que as pessoas se impliquem. Sendo que eu mesma estou nesse processo de entender como me implico, como posso me implicar. E se eu não percebia, era porque não conseguia escutar. Como eu estava escutando? Com quem eu estava escutando?

Após me dar conta disso, li Lourenço Cardoso falando sobre. Como sempre, pessoas brancas levando muito tempo para se darem conta de coisas que pessoas negras entenderam há muito tempo. Ele chama de tendência salvacionista.

Um método, uma pedagogia que o próprio branco pesquisador da branquitude utiliza para si. A maneira como ele se "salvou" o credencia a ensinar a desenhar o mapa para que os outros brancos também possam se "salvarem". Essa é uma perspectiva branca que tem aparecido em trabalhos de pesquisadores brancos a respeito da branquitude. Edith Piza, em meados de 2000 (PIZA, 2002, 2005), inaugura essa tendência (MOREIRA, 2012, MULLER; CARDOSO, 2017). Ela se diferencia e se coloca

melhor do que os outros brancos, em virtude de conhecer e reconhecer seus privilégios/vantagens raciais (Lourenço Cardoso, 2022, p. 18).

Quero voltar a última frase da bell hooks que compartilhei logo acima, “Embora a maioria desses estudantes se considere politicamente liberal e antirracista, eles também aderem inconscientemente à ideia da branquitude como um mistério” (2019b). Isso é tão a realidade da psicologia social no Brasil hoje!! Aí eu te pergunto e me pergunto: Como desmistificar a ideia de branquitude?

Cida Bento (2020), falando em um debate com Robin DiAngelo, transmitido pelo YouTube, chamado “O branco na luta antirracista: limites e possibilidades” nos diz:

"Tem um jeito de assegurar a presença branca contínua que é no fortalecimento, no preferenciamento silencioso e profundamente ideológico de iguais." "O pacto narcísico é um pacto também de morte. O conceito de narcisismo é de morte. É um pacto de morte no sentido que é uma sociedade toda totalmente desumanizada e desfigurada por um grupo que quer se manter no poder a qualquer preço e cada vez mais assustado com a ampliação das vozes que apontam a branquitude e esse pacto que os mantém nessa condição de privilégio e poder".

Estava em uma aula sobre bell hooks onde, em um momento, a discussão passa pela questão de, os textos de bell hooks, não serem reconhecidos como produções com rigor científico, comparados a textos de homens brancos europeus com uma escrita fria e sem espaço para a experiência. Uma participante, mulher cis branca, professora universitária, pergunta sobre como fazer, na escrita de projetos, quando se quer trabalhar com autoras como bell hooks, mas com receio de não se ter o projeto aprovado, sem um autor dentro da hegemonia acadêmica, para garantir aprovação.

Lembrei da conversa que tive pela manhã com uma colega negra, sobre as relações raciais no nosso PPG e como se lida com isso. Sobre o não posicionamento de algumas pessoas negras nos espaços coletivos, o lugar de sobrevivência que algumas pessoas devem buscar. Pensando o meu lugar, num rompimento de vínculo de orientação que, mesmo sabendo que não teria nada a perder na troca de orientação (não teria como a outra professora me prejudicar), ainda assim, havia um receio. Isso me remete ao receio desta professora em usar uma autora como bell hooks e o trabalho não ser aprovado.

Logo após, uma outra participante, mulher negra pesquisadora, fala que usa o que precisar usar como referência, e sustenta a importância dessas autoras. O que me fez questionar que lugar é esse, que nós brancas, mesmo tentando fazer movimentos “contracoloniais” temos receio em perder? O lugar que as mulheres negras já sabem que não as será dado?

São muitos os receios que tenho enquanto pessoa branca cis produzindo conhecimento, falando sobre branquitude, cisgeneridade, pois há uma possibilidade constante de reprodução

de violência sobre outros corpos. Mesmo diante desse receio, faz parte da postura não recuar. Uma postura ética na luta antirracista do ponto de vista do posicionamento branco é não recuar, ainda que se tenha medo. Pois recuar é privilégio branco, é a serviço da manutenção dos privilégios, não como estratégia de luta, de enfrentamento, até dá pra usar o recuo como estratégia para repensar e avançar, mas não é o caso.

Estava aqui escrevendo pra ti sobre isso, questionando como podemos “abrir mão” de privilégios e se isso era possível. E pensando em quais situações isso ocorre, se ocorre e a diferença entre o pacto narcísico da branquitude e “abrir mão de privilégios” (mesmo que pontualmente). Tive uma discussão importante sobre “abrir mão de privilégios” na academia com Jéssica Lopes Borges, mulher cis branca bissexual e Roberta da Silva Gomes, mulher cis negra lésbica, minhas amigas e colegas do Coletivo bell hooks, questionando como elas percebem que se pode abrir mão de privilégio branco na academia, pensando em ações pontuais. Conclusão: não se abre mão de privilégios, nem pontualmente. O que é possível fazer, em algumas situações, é produzir rupturas, momentâneas, com pacto.

Nessa discussão com elas, recorri ao livro de Layla Saad, para ver se ela falava sobre abrir mão de privilégios. O que ela fala é o trabalho de reconhecer os privilégios. Ela diz que o termo privilégio branco foi cunhado por Peggy McIntosh, em 1988. Lembrei que, Lourenço Cardoso (2022), fala que Alberto Guerreiro Ramos foi o pioneiro brasileiro na pesquisa sobre branquitude. Lourenço cita Guerreiro, em texto publicado em 1955, onde ele usa o termo privilégio.

(...) pode-se dizer que, no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio” (Alberto Guerreiro Ramos, 1995[1957], p. 202).

Guerreiro Ramos parece ser pioneiro, inclusive, para além do Brasil, pois tem uma diferença bem importante de décadas entre um trabalho e outro. E tu já reparou o quanto se fala sobre “abrir mão de privilégios” por aí? E fica num campo abstrato. Isso me lembrou o que bell hooks (2019b) fala sobre a branquitude em um lugar de mistério. Repetimos frases que viram jargões antirracistas sem nomear o que entendemos sobre isso e o que fazemos na nossa prática para romper com isso. Na tua realidade, como é isso? Como tu percebe o privilégio branco na tua vida? Como tu percebe o pacto narcísico da branquitude nas tuas relações?

Tenho duas situações para te contar que entendo que produzi rupturas, naquele momento, com o pacto. E te conto na ideia de olharmos para as possibilidades dessas produções de rupturas, que são sempre pontuais, e que devem ser pensadas para além da academia. A primeira é que, antes de eu entrar no PPG, uma professora branca me ofereceu uma vaga. Disse que queria saber se eu ia fazer processo seletivo com ela, caso o fizesse ela garantiria minha vaga

como sua orientanda. Eu preferi arriscar não conseguir a vaga e participar da seleção com uma outra orientadora que se aproximava mais do meu tema de pesquisa. Isso é o mínimo, né?

Depois, quando fiz a troca de orientação, de alguma maneira, entendo que fiz uma ruptura por marcar um lugar de não reconhecimento dela enquanto uma pessoa que eu entendia como uma referência para me orientar. Tempos mais tarde, fiz a seleção para uma bolsa de trabalho, em que um professor do PPG, que não me conhecia, perguntou: tu é a Sharyel, orientada pela Luciana Rodrigues? O que ele tinha escutado falar sobre mim eu não fazia ideia, mas o tom que ele usou já dava para ter uma noção. Sabe qual foi minha nota no processo seletivo? Zero. Fiquei triste, obviamente, porque precisava de outra fonte de renda além do meu trabalho com a clínica. Mas, feliz por não trabalhar com aquele professor. Se tivesse conseguido uma bolsa, não precisaria trabalhar como cuidadora de criança durante o mestrado.

Ser branca me garante o convite a estar dentro (supremacia branca), o pacto narcísico da branquitude me garante a permanência. O pacto narcísico sustenta a supremacia branca nas relações. Eu tinha meu lugar assegurado, se eu participasse da manutenção do pacto, se entrasse no grupo da professora branca que me ofereceu vaga, se não trocasse de orientação... Mais uma pergunta que me faço e te faço também: Tem ações nossas que rompem com o pacto? (não definitivamente, mas pontualmente).

É um jogo arriscado, Clara. Lourenço Cardoso (2022) fala sobre pessoas brancas que pesquisam branquitude com um objetivo-fim e enfatiza a importância de não cairmos (pessoas brancas pesquisadoras da branquitude) na cilada do apaziguamento do desconforto da racialização branca e encontrar saídas e respostas ao final de nossas produções, dissertações, teses, artigos. Manter o desconforto e o problema. E espero conseguir fazer isso. Espero não estar caindo na ilusão que tive em relação às perguntas certas para uma super implicação de pessoas brancas.

Ao mesmo tempo, penso, com Luciana, que ações precisam ser nomeadas, expostas, exemplificadas. Não como uma saída e uma solução, porque romper com o pacto pontualmente não me torna menos branca. É algo constante no nosso cotidiano. Percebi isso em produções de pesquisadoras brancas (no feminino porque me vem à cabeça 3 artigos diferentes, todos produzidos por mulheres brancas cisgêneras) que falam sobre branquitude. São produções citando muitíssimas referências, a grande maioria delas pessoas negras. Escrevem como pesquisadoras que *dominam* conceitos, falando sobre refletir, reconhecer, sobre descolonização do olhar, sobre deslocamento da mitologia branca. Voltando a um desses textos, lembro das primeiras orientações com Luciana quando ela comentava que não bastava só refletir e reconhecer, precisamos agir.

É isso que tento dizer quando falo de um campo abstrato. Essa abstração nos protege enquanto pessoas brancas, porque parece que estamos nos implicando, mas não estamos. Seguimos no raso. Defendendo o corpo com conceitos. Defendendo-se de sua própria branquitude com conceitos. Clara, vemos tanto tropeço de pessoas brancas tentando pesquisar sobre branquitude. Tropeçam, porque tentam sair do lugar e caem no mesmo, é tipo a meia voltinha decolonial (Fernanda da Silva Lima & Karine de Souza Silva, 2020). Ouvi, em uma banca de qualificação de um trabalho sobre branquitude, que uma pessoa branca ia fazer uma relação de alteridade consigo mesma. Perguntei ao grupo de pesquisa o que entendiam sobre isso. Jéssica disse que só conseguia pensar em Narciso. O que fez muito sentido para mim: quando a gente supõe que está fazendo um mergulho, estamos nos afogando como Narciso. Como pesquisar branquitude sem chamar para a banca pessoas que estudem branquitude? Se preocupam mais sobre narrativas, sobre ensaiar o que fazer do que o realmente fazer. Alguém avisa que psicologia social não é filosofia?

Ainda nessa banca, ouvi uma docente branca dizer que a pessoa não estava se furtando ao combate. O que é combate para pessoas brancas classe média alta? Eu não sei qual combate ela viu, porque eu não vi nenhum. Minha referência de combate é a música da Mc Luanna com Tasha e Tracie. E não é que a gente pode escutar as palavras delas para essa situação? Separei algumas partes pra te mostrar, mas recomendo escutar a música toda:

Possa ser que eu desenhe pra elas entender essa / Vem se fazer de idiota que eu já
chego em outra ideia
[...]
O fato é que ela escreve cheques que não pode descontar.
[...]
Não sustenta o que fala, então nunca vou te respeitar / Em homenagem a você que é
fraca / Eu rimei só com A
(MC Luanna; Tasha & Tracie, 2019)

Escrevemos cheques que não podemos descontar!!! Prometemos e não entregamos. Se trocar fraca por branca, a rima funciona ainda, percebeu? Mas lembremos que a branquitude não é frágil. Pessoas brancas e branquitude não são o mesmo, como bem disse Luciana nessa banca. Branquitude é um sistema de opressão que opera através de corpos brancos, opera nas relações produzindo posições de sujeitos.

Há outra música que me lembra combate, Cachorraz Kamikaze, também de Tasha e Tracie (2019). Lembro que escutava muito ela quando entrei no mestrado. Tenho isso de ficar fixada em uma música e escutar em repetição por dias:

Tomamo de assalto porque cansamo de implorar
Bota a mão na cabeça e não reage ou vai rodar
[...]

O Cazuza negro é nóia e traficante
 É lindo em Woodstock não pode no baile funk
 [...]
 Vitimismo não cabe em legítima defesa
 Ontem nós era presa, agora adivinha
 Quem é que vai ser a janta em cima da mesa
 Posso te dar o spoiler, não vai ter a pele preta
 Entenda simbolismo, isso é um massacre sem sujeira
 Vou te deixar na merda com a sua própria consciência
 Ou com essa merda que cê chama de consciência
 (Tasha & Tracie, 2019)

E mais uma, porque combativo é o que essas minas fazem no rap. Agora da Cristal, Ambição. No clipe ela chama pessoas negras, aqui de Porto Alegre, para dizerem o que é ambição para elas:

Eu quero tua cabeça na minha mesa
 Eu quero escurecer essas ideia
 Meu mano sem dinheiro, ele não canta
 Nós vamo escurecer essa plateia
 Eu quero tudo que cê tem na mesa
 Tô indo acabar com tua festa
 Vou levar tudo que cê tem na ceia
 Cansei dessas ideia europeia
 Eu quero tua cabeça na minha mira
 Não veio me pagar, então me erra
 Meu mano sem dinheiro não descansa
 Da onde cê tirou essas ideia?
 Eu quero acabar com a tua empresa
 Nós vamo afundar tua caravela
 Eu quero minhas irmã nessa cadeira
 Quero ver botar isso na novela
 (Cristal, 2020)

No deboche e na provocação, elas falam o que precisa ser dito sem meias voltas e sem palavras difíceis. Fazem muito mais contracolonialidade do que a maioria de nós aqui, com nossos diplomas de mestrado e doutorado. Com um trabalho que “atinge” muito mais pessoas que nós, não que eu ache que nosso trabalho atinge só quem vai ler o que nós escrevermos. Eu pesquiso para além da academia. Para mim, é muito importante, que minha pesquisa tenha efeito no meu trabalho como psicóloga clínica.

Então, te pergunto: precisamos tomar como referências documentários dos anos 60, da guerra dos EUA contra o Vietnã, se temos as guerras que acontecem nas favelas do Brasil neste momento, como bem retrata Chavoso da USP¹⁹? Precisamos do documentário “Eu, Daniel Blake”, sobre um homem cis branco nos EUA, para usar como referência sobre assistência social brasileira? Cito estes dois porque vi em bancas de qualificação recentemente. Clara, não adianta só citar Lélia Gonzalez e dizer que está fazendo um trabalho geopoliticamente

¹⁹ Thiago Torres, Youtuber, palestrante e sociólogo em formação pela Universidade de São Paulo.

localizado, tá? Lembro de uma carta que escrevi para uma amiga quando entrei no mestrado, lá em 2021, sobre nossas referências.

*

Tenho pensando sobre a exotificação na escuta. Por ouvir escutadoras numa posição de exotificação e por perceber na minha própria escuta. O questionamento sobre como sair desta posição de escuta que exotifica, faz eco por aqui. Penso nas muitas situações quando, dentro dos espaços de discussão sobre a clínica psicanalítica, se cita, ou ao ser provocada, se reconhece que alguns entendimentos são heteronormativos, sexistas, mas logo se traz um exemplo que cai nesse mesmo lugar...

Como ser uma escutadora que não produz isso, se os ciclos de amigos são brancos-heterocis, os filmes que se assistem, os livros que se leem, tudo aponta para o mesmo lugar? Aí quando chega ao consultório, ao serviço de saúde, alguém que habita em outros territórios... como não escutar deste lugar do exótico?

Lembra que queria que a literatura estivesse presente na minha pesquisa? Acho que agora parece que consigo nomear mais este caminho, para além da minha experiência. Apostar na diversidade para deslocar esse lugar de exotificação. Assim como ler Conceição e Carolina me produziu deslocamentos na escuta... fiquei com o desejo de trazer para a pesquisa questionamentos para profissionais nas entrevistas como: qual a relação que se tem com as produções culturais de sujeitos fora da norma branca-heterocis? O que se lê? O que se assiste?

(Por aqui sigo na saga que é tentar encontrar filmes e séries com personagens lésbicas que não sejam caricatas...)

Como fazer escuta de experiências que são muito diferentes das nossas?

Tenho lembrado de quando, nossa analista, me disse que a situação da amiga da minha irmã dizer que ia largar o namorado dela pra ficar com a Vivis (minha companheira), era dito também em relacionamentos héteros. O que eu duvido. Mas mesmo que seja, como isso chega em relacionamentos lésbicos, que precisam se afirmar como casal constantemente para não ter o apagamento da sua relação para um campo de somente amizade? Se não se sabe, se escuta. E sair do lugar da exotificação também pode ser somente escutar a experiência que não se conhece. Não ousar pontuar, interpretar no campo ainda desconhecido. Não é assim que fazemos em todas as outras situações?

7.2 Feminismo branco

*Caro menino branco
Esse nosso encontro pede a lucidez
De saber o lugar que me encontro
E você, por sua vez
Se é pra andar ao meu lado, saiba que
Alguém foi senhor
Alguém foi escravo
E, entre nós, esse espaço
Pede alguns passos*

Braile - Rico Dalasam (2020)

Clara, tu já se questionou sobre qual é o feminismo que tu te aliancia? Quando tu se diz feminista, o que tu está dizendo? Já pensou sobre qual é o feminismo que nós mulheres brancas cis construímos? Há muito tempo essas questões me rondam e, porque o feminismo mais difundido é o feminismo branco.

Na graduação, lá por 2014, fiz parte da construção de um coletivo feminista, que se chamava Maria Subversiva. E até que a gente era bem subversiva para os parâmetros de Santa Cruz do Sul há nove anos. Nesse coletivo aprendi a construir o feminismo a partir da diversidade. Entre mulheres negras, lésbicas, bissexuais. Para ser honesta, somente uma mulher negra fazia parte do coletivo, o que é pouco, acho que éramos entre umas 6 ou 8 mulheres, mas lembro que estamos falando do ambiente acadêmico de Santa Cruz do Sul, cidade que se orgulha da colonização alemã. Naquele momento, ao mesmo tempo que nos encontrávamos para estudar as “ondas” do feminismo, porque pensávamos ser necessário para nos nomearmos como feministas, fazíamos eventos na periferia sobre o dia da mulher negra caribenha e latino americana. Todas as participantes do coletivo eram mulheres cis, e tentávamos construir espaços de discussões sobre gênero. Na época, criamos a primeira semana da Diversidade Sexual na UNISC. Nome esquisito, mas foi o melhor que pudemos fazer naquele momento. E tensionávamos, dentro do curso de psicologia, o modelo hegemônico de pessoa que nos preparávamos para escutar: branca, cis, hetera, classe média.

Conto isso com orgulho. E são poucas as experiências que conto com orgulho. Hoje, sinceramente, não sei falar com precisão sobre as diferentes ondas do feminismo. Minha irmã mais nova, que estudava mais sobre isso, esses dias me pediu indicações de feministas para seguir nas redes sociais. Falei para ela que eu não sigo pessoas que se denominam feministas e que nomeiam um discurso a partir do feminismo. Me interessa mais escutar as discussões de mulheres negras, cis e trans, que falam sobre raça e gênero. Acho muito interessante o quanto publicações em redes sociais têm sido veículo de informação, até levando a links de publicações

de jornais, informações que não tínhamos fácil acesso na época do coletivo. Falando nisso, quero compartilhar contigo três notícias que chegaram a mim através do Instagram.

No dia 20/09/23, passando os *stories* do Instagram, vi notícias de dois fatos com pessoas do mundo da música. Um deles, não tão difundido, foi que Djonga, rapper mineiro, um homem cis negro, recebeu o prêmio de votação popular de melhor videoclipe em um festival internacional, com o clipe “Conversa Com Uma Menina Branca”²⁰. O outro é que, Luiza Sonza, cantora pop branca, aparece em rede nacional chorando anunciando a traição sofrida por seu namorado, Chico. Já cinco dias depois, vi a notícia de que o presidente Lula falou sobre a escolha da pessoa que vai ocupar o cargo de uma ministra branca, no Superior Tribunal Federal (STF).

Talvez você esteja se perguntando qual relação esses fatos podem ter entre si, ou porque estou te contando isso para falarmos sobre formação e escuta em psicologia social. Primeiro, quero que possamos ler juntas a letra de Djonga:

Conversa com uma menina branca

Era uma conversa com uma mina branca
Só uma conversa
Com uma mina branca
Só uma conversa

Em uma conversa com uma menina branca
Ela disse que sofre como eu e não teve pai que banca
E eu que tive pai daqueles que sempre me cobra bença
E quer meu bem-estar
Por roubar meu próprio carro, fui dormir na tranca

Eu tive uma conversa com uma menina branca e poucas
E, com 25, ela vendeu droga pra comprar umas roupa
E eu que vi com 13 meu primo tipo na vida loka
Com 25, já teria 12 anos de boca

Em uma conversa com uma menina branca
Ela disse que odeia as cantada no busão
É nojento, eles passam a mão, que não anda mais de busão
E a moça da área que foi abusada no busão
Enquanto o caso tá em apuração ainda é cobradora no busão

Na conversa com uma menina branca
Ela que disse que já apanhou
Que ninguém apoiou, que neguin adorou
Sim, que neguin adorou
Lá na rua, facada no mano, podiam ajudar, mas ninguém encostou
Ninguém quer ter culpa, se é que cê me entende
Negin tá morrendo e os neguin só olhou

Tive uma conversa com uma menina branca
E ela disse que sofreu bullying

²⁰ <https://jornalacena.com.br/djonga-recebe-premio-internacional-pelo-clipe-conversa-com-uma-menina-branca/>

Que na infância, era geral junto
 E que raça não era conteúdo
 E que ela tinha vó preta e tudo
 E brincava de pular o muro
 E só uma vez que um não voltou
 Coincidência foi só a cor

Na conversa com uma menina branca
 Eu disse que não era sobre ela
 Que se fosse individual
 Existia uns barraco e não tinha favela
 E ela disse que preferia
 Debater com uma mina preta
 Homens negros são violentos
 Quase sempre perdem a cabeça

Ouvir aquilo me machucou
 Levantei a voz e senti a malícia
 Ouvir aquilo me machucou
 Levantei a voz
 Ouvir aquilo me machucou
 Levantei a voz, senti a malícia
 A conversa com a menina branca
 Acabou com ela chamando a polícia

E o clipe dessa música, que agora é premiado, tu já assistiu? Mesmo que já tenha assistido, te peço que veja novamente. Repara nas meninas brancas que aparecem: não são a cara do feminismo branco? Falando sobre as caras do feminismo branco, vamos conversar sobre Luiza Sonza. Somos do mesmo estado, Luiza também é de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, nossa infância pode ter algumas aproximações. Tu tem acompanhado as tretas da Luiza? No mesmo dia e horário que sai a reportagem sobre o arquivamento do caso de racismo, que ela vinha sendo julgada, aparece no programa de Ana Maria Braga, que monta um café **colonial** (palavras da apresentadora) para receber a cantora, junto de outra cantora branca, lê uma carta aberta com um discurso muito marcado por palavras usadas na linguagem feminista (branca) que causou muita comoção nas feministas brancas.

Maria²¹, ex participante do BBB, fala sobre não ter visto Luiza Sonza engajando em uma causa racial ou lendo uma carta em TV aberta sobre o episódio de racismo. Maria sabe bem a diferença de tratamento entre mulheres negras e mulheres brancas artistas. Em sua edição do BBB, ela foi expulsa por agressão, e numa versão seguinte do programa uma artista branca foi violenta diversas vezes e continuou no programa. Clara, olha que engraçado. O corretor ortográfico está sugerindo alteração de violenta para violentada. Mulheres brancas não são reconhecidas como produtoras de violência nem pelo computador? Isso nos ajuda a voltar para a música de Djonga, que fala da diferença do sofrimento de mulheres brancas, que se veem como grandes vítimas, para o sofrimento de pessoas negras.

²¹ <https://www.instagram.com/p/CxcA1pgtdwV/>

Nos dias seguintes, circulou pelas mídias falas de pessoas negras sobre o ocorrido, apontando que Luiza fez cortina de fumaça com a leitura da carta. Isso me lembra o texto da bell hooks (2019b) que fala sobre a percepção de pessoas negras sobre pessoas brancas. bell diz que, mesmo que não houvesse, um grupo oficial de estudiosos acadêmicos negros sobre branquitude,

peças negras, da escravidão até hoje, vêm compartilhando em conversas um conhecimento “especial” sobre a branquitude, reunido a partir de uma observação atenta das pessoas brancas. Especial porque não é um modo de conhecimento que foi totalmente registrado por escrito; seu objetivo era ajudar as pessoas negras a lidar com e sobreviver em uma sociedade supremacista branca. Durante anos, empregados domésticos negros, trabalhando em lares brancos, agindo como informantes, trouxeram conhecimento para as comunidades segregadas — detalhes, fatos e leituras psicológicas do Outro branco (2019b, p. 249).

As pessoas negras conhecem nosso comportamento esquivo melhor do que nós mesmas. É claro que Luiza não foi a primeira e nem será a última. A questão é reconhecer a diferença do tratamento entre as duas situações. Uma traição de um namoro recente ganha notoriedade em rede nacional. O sofrimento de nós, mulheres brancas, é sempre priorizado, como bem diz Djonga quando conversa com a menina branca.

E para onde nos leva o feminismo branco? Para onde nos leva o progressismo branco? Nas especulações sobre quem iria ocupar o lugar de uma ministra branca no STF, rolava uma especulação, esperança e inclusive campanha em redes sociais de que pudesse ser a primeira ministra negra. Em relação a isso, Lula responde: “não precisa perguntar essa questão de gênero ou cor”²². “Estou muito tranquilo, pois vou escolher uma pessoa que possa atender aos interesses e expectativas do Brasil, que possa servir ao Brasil, que tenha respeito com a sociedade brasileira. Uma pessoa que tenha respeito, mas não tenha medo da imprensa”. Na data em que escrevo essa carta pra ti, ainda não temos o nome da pessoa que ocupará o cargo. Atualmente, o STF é composto apenas por ministros brancos. Das 11 cadeiras, apenas duas são ocupadas por mulheres.²³

Lembro da música de Mc Luanna, HSEH (Homem Só Escuta Homem), em que ela faz uma crítica a cultura machista do hip hop. Clara, o hip hop e o rap me ensinam muito sobre psicologia social. Inclusive, o clipe desta música e a de Djonga que estávamos falando, tem um elemento parecido: ambos aparecem entre, somente, pessoas brancas. Djonga com mulheres brancas. Luanna entre homens brancos.

²² <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-diz-que-criterio-para-vaga-no-stf-nao-sera-genero-ou-cor-e-sim-atender-aos-interesses-do-brasil/>

²³ <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2023/09/15602217-nova-ministra-do-stf-lula-ja-escolheu-quem-vai-substituir-rosa-weber-veja-decisao-do-presidente.html>

Luana começa a música dizendo: “Falta paciência pra entender esses mano/ Contratei um mano pra explicar meu verso/ Se eu jogar na cara, talvez não te agrade” e finaliza cantando: “Marcas no meu corpo, com rima na mente/ Hoje 'cê vive jurando, eu disse: "mas quem jura mente"/ Homem só escuta homem, que que eu posso tá fazendo?/ Vai me provando o contrário, filho, só acredito vendo.”

Homem só escuta homem, assim como branco só escuta branco. Quantas vezes já vimos e ouvimos pessoas negras e indígenas não serem escutadas nos espaços? Luana diz que contratou um mano para explicar o verso dela, pois se um homem fala, outro homem entende. É mais ou menos o que estou fazendo aqui? Uma pessoa branca, falando pra outra pessoa branca o que pessoas negras e indígenas falam há muito tempo.

Esses versos, também nos provocam a pensar, nas juras das aliadas brancas antirracistas, da sororidade do feminismo branco, que se entende como universal. As marcas no corpo são as violências produzidas pelos que se dizem aliadas/os, companheiras/os e que violentam. Nós, como feministas brancas, podemos ocupar esse lugar e costumamos estar nesse lugar. Lembra que bell hooks (2019a), diz que feministas brancas na academia reproduzem muita violência?

Esse feminismo branco, para mim, também é um feminismo branco cis hétero. Sobre isso, tenho mais uma história para te contar: um pouco antes de entrar para o mestrado, participei de um projeto de escuta de mulheres em situação de violência de gênero, que tem feminismo no nome. Demorei muito tempo para entender o porquê de eu não me encaixar. Logo que entrei, era um projeto formado apenas por mulheres brancas, mas como acompanhamos mulheres em situação de vulnerabilidade, boa parte das mulheres acompanhadas eram negras.

Quando resolvi não fazer mais parte do projeto, principalmente por discordar da posição da coordenadora sobre a condução de uma situação que, na minha opinião, exporia uma das acompanhadas, uma mulher negra, à violência e provável racismo. Foi uma situação que, assim como te contei lá no início destas páginas, relações de dominação, as experiências de autoridades coercivas, que dizia que o meu entendimento sobre a situação era de quem tinha pouco entendimento e experiência (bell hooks, 2019a). Entendi o quanto, para mim, o trabalho com feminismo que se fazia ali, era o feminismo branco cisgênero heterossexual. O que também lembra a situação que te contei lá no início, do grupo de mulheres que fiz parte na época da residência. O tanto de violência que o feminismo branco pode reproduzir.

7.3 Colorir o texto mas não colocar o pé na lama: a “meia volta decolonial”

Oi, Clara. Como está por aí? Te escrevo essa carta para falar sobre epistemologia (me sinto até chique usando essa palavra haha). Acredita que quando entrei no mestrado ficava

preocupada em ler muitos textos sobre teoria da decolonialidade, da descolonialidade, de saber a diferença entre as duas, de como a minha banca de qualificação poderia me questionar se eu citasse algo errado sobre isso?

Agora, mesmo não tendo lido todos os textos sobre essas teorias que eu achava que deveria ler para poder escrever o projeto e depois a dissertação, entendo que tão importante quanto as leituras, é como nos colocamos na pesquisa. E não entendi isso sozinha, fui acompanhada de feministas negras, como bell hooks, Luciana Rodrigues e tantas outras. Aprendi que o *como* se faz a pesquisa é a epistemologia. Confesso que tinha vergonha de estar no mestrado e não entender muito bem o que era essa palavra. Mas agora, acho que entendo e inclusive considero importante nomear as epistemologias do feminismo branco que estão operando na academia, se apropriando de nomes, experiências e escritas de feministas negras, ao mesmo tempo que mantém o mesmo modo de fazer pesquisa, a epistemologia do feminismo branco. É preciso racializar epistemologias feministas. Patricia Hill Collins (2019, p. 403) fala que “As escolhas epistemológicas referentes a quem se deve confiar, em quem acreditar e por que algo é verdadeiro **não são questões acadêmicas inocentes**”.

Quando escutei em uma banca de qualificação de doutorado no PPG em que estou, a pessoa citando os autores que **usa para fazer o giro decolonial** (bem no sentido utilitário mesmo), fiquei pensando muito no que a Lu me disse na primeira conversa que tive com ela, acho que foi e é o maior aprendizado que ela partilhou comigo, que é a importância de falarmos da nossa relação com o texto... é bem provável que eu já tenha te contado essa história, porque repito muito por aí, sempre falo dela nas conversas com as pessoas que participam da pesquisa.

Eu acho que era a nossa primeira conversa, quando pedi para falar com ela sobre a troca de orientação. Falei sobre o meu projeto e ela perguntou quais eram minhas referências, o que eu estava lendo. Fui citando e disse que uma das minhas referências era o livro Memórias da plantação, da Grada Kilomba, ela perguntou como era, para mim, ler esse livro. Um corpo branco lendo aquelas palavras. Quais responsabilidades caem sobre o meu corpo em relação às memórias que ela partilha e o que eu faço com isso?

Nesse sentido, dar um giro decolonial não é só trabalhar com autores decoloniais, autores do Brasil, América Latina, do Sul Global. Isso tenho escutado em outras bancas e escutado de pessoas que estão participando da minha pesquisa, falando sobre o parecer que escutaram nas bancas delas. A diferença entre citar autores não hegemônicos, o tal colorir o texto, e efetivamente incorporarmos outras epistemologias no nosso fazer (isso me lembra a diferença entre a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial). É como a gente se coloca na pesquisa também, assim como esses autores fazem. É como nos relacionamos com o texto, com a vida

das pessoas que escrevem o texto. O lugar que nossas pesquisas ocupam no mundo. A serviço de que e de quem elas estão nossas pesquisas?

Nossas pesquisas só podem ser efetivamente contracoloniais se girarmos o modo de pesquisar, não só adicionando autores do sul global na nossa lista de bibliografia. Senão, só reproduzimos colonialidade. Uma das pessoas que escutei na pesquisa foi orientada, pela única pessoa negra na sua banca, a nem citar se era só para colorir o texto, se era só para citar e não mergulhar, não incorporar efetivamente na pesquisa o que ela estava citando.

No Copene, conhecemos três pessoas negras militantes do Movimento Negro Maria Laura²⁴, de Joinville, Santa Catarina, uma mulher cis e dois homens cis, mestranda/os, da comunicação, história e direito. Nos encontrávamos na sessão temática sobre branquitude. Cássia Sant'Anna, que é da área do direito, nos falou sobre um texto que fala que o giro decolonial acabou sendo uma “voltinha”. O título é “Teorias críticas e estudos pós e decoloniais à brasileira: quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero” escrito por Fernanda da Silva Lima e Karine de Souza Silva (2020, s/p). Olha que importante: “...processo de descortinar as teorias críticas que afirmam propor um ‘giro decolonial’, mas que apenas dão uma meia voltinha quando fraturam a colonialidade do poder e do saber, sem enfrentar seriamente o debate de raça e gênero”. Para mim, enfrentar seriamente o debate de raça e gênero é olhar para o lugar que ocupamos, o que construímos a partir dele, a partir do lugar de pessoas brancas cisgêneras.

Também fico pensando no momento em que estamos vivendo nos últimos anos na academia. Com o maior acesso de pessoas negras (o que não significa que haja políticas efetivas de permanência em uma universidade ainda tão branca, elitista), a partir da política de ações afirmativas, nosso lugar enquanto pessoas brancas vem sendo tensionado. O que é muito importante. Precisamos olhar para esse desconforto e o que fazemos com ele.

Lembra da carta da Mariana? Uma das pessoas que conversei na pesquisa? Ela é mulher branca cis e falou da dureza que é se ocupar dessas questões no mestrado. Que na graduação ela era aluna estrela, e que, se deparar com os desconfortos e tensionamentos no mestrado, fez ela se ver em outro lugar como pesquisadora, muito para além de escrever bem e **dominar conceitos**.

E por tudo isso, te digo: fica atenta aos corpos! Nossas escolhas não são coincidências. Quem são os corpos que compõe, que conversam com a gente no texto? A quem mais dedicamos nosso tempo de leitura, conversa e escrita? Quem são os corpos que chamamos para

²⁴ Deixo aqui o Instagram deles, onde compartilham importantes ações que fazem em Joinville: <https://www.instagram.com/mnmarialaura/>

nossas bancas? Quem são os corpos e as epistemologias escutadas por nós? Quais alianças esses corpos fazem? Tua banca foi uma banca só de pessoas brancas, cisgêneras, heterossexuais? Se não foi, ficou atenta às diferenças de posicionamentos e discursos de cada parecer? Em uma das conversas da pesquisa e escrevendo para ti, cometi o ato falho de falar branca, querendo dizer banca. Como psicólogas atentas que somos, sabemos que ato falho não passa despercebido. Se a academia segue uma lógica branca, as bancas de qualificação são brancas, né? Repito: fica atenta aos corpos! Não só teu corpo, mas os corpos com quem tu escolhe se aliançar, para produzir pesquisa. Para produzir pesquisa em psicologia social em uma universidade federal. Uma coisa que me pergunto muito e pergunto agora para ti também: para quem é tua pesquisa?

Essa mesma pessoa que te contei acima, que recebeu a sugestão da banca para tirar os autores se fossem só para colorir o texto, falou que percebe na academia, no PPG em que está, que há uma estética da branquitude antirracista. Quase que como um espantalho. Uma imagem que se cria para, não efetivamente, ser antirracista, olhar para sua branquitude, tentar romper com o pacto narcísico da branquitude nas relações, mas sim para parecer antirracista. Quando se usam autores considerados decoloniais, mas seguem usando as mesmas epistemologias de pesquisa, a mesma forma de pesquisar, de não se colocar no texto, de separar pessoa que pesquisa/objeto de pesquisa, de falar de relações raciais, mas não reconhecer sua própria branquitude operando na pesquisa.

Dois anos de residência, quase três de mestrado, para entender o que estava na cara e mesmo quando eu entendo, esqueço para depois entender de novo. Isso é ser branca. O meu próprio desconforto em **descobrir** que a branquitude que me constitui e que constitui colegas psis com quem construo psicologia social opera com força de manutenção da sociedade tal como ela está. Sim, nós psicólogas sociais brancas, que falamos sobre construir um mundo diferente, sobre dizimar desigualdades, trabalhamos para que as desigualdades sejam mantidas. Nós, que escrevemos sobre um compromisso social e político por outro Brasil, operamos para que o Brasil siga o mesmo projeto arquetetado desde 1500.

Escrevem artigos em dossiês sobre problematizações éticas, estéticas e políticas da branquitude, usam escrevivência para ficcionar histórias sobre pessoas brancas, falam sobre branquitude como categoria de análise para psicologia social, mas nunca se colocam como centro da análise. Apontar o outro branco como racista é fácil, mas onde estão as pessoas se colocando nesse lugar?

Em um dado momento da pesquisa eu olhava para a situação, principalmente no PPG em que faço mestrado, e pensava que o problema era falar sobre relações raciais, sobre

colonialidade e não falar sobre branquitude. Porque isso seria colocar o problema no outro e falar sobre branquitude seria olhar para si. Mas agora, mais uma vez, entendo que a **solução** não é só estudar, falar e olhar sobre branquitude, porque é muito possível fazer isso sem se implicar, sem falar de si, sem rever as próprias práticas, sem colocar o dedo na própria ferida.

O que penso agora, querida colega, é que não comemoemos dossiês em revistas muito conceituadas falando sobre psicologia social e antirracismo, porque branco falando sobre branquitude pode ser tão racista quanto o branco que nem sabe o que significa a palavra branquitude. Sigo ficando triste, chocada, chateada quando colegas, amigas, pessoas próximas, chamam professoras que parecem seguir tendo dificuldade de reconhecer suas práticas racistas, de pesquisadoras geniais. E conto isso não só para dizer dela, mas para dizer de mim, da minha branquitude que insiste em apagar as mensagens em letras garrafais que anunciam um “não aponte o nosso racismo e nossa branquitude, nos deixe aqui nos vendo como pesquisadoras geniais”. Genialmente brancas. Porque, para mim, ver, reconhecer e não apagar essas mensagens que me chegam é me reconhecer nesse mesmo lugar. Somos genialmente racistas, nos beneficiamos muito disso e fazemos de tudo para continuar assim, para continuarmos em um lugar de prestígio.

Estava falando para minha companheira sobre essa carta que estou te escrevendo, falei que estava com raiva e com a cabeça doendo após escrever os parágrafos acima. Disse ainda: “me sinto a branca que descobriu o racismo hoje”. Ela respondeu: “na real você tá descobrindo as camadas do racismo né, são tantas e tantas que a gente que é branca só vai se dando conta quando vai entrando nas questões”. Esse diálogo me fez lembrar de uma situação que quero te contar há muito tempo e ainda não tive coragem... Naquele encontro, lá no final de 2022, com a proposta de uma análise institucional sobre as situações de racismo no PPG, as três pessoas que estavam representando o PPG éramos colegas brancas. Isso, depois de muitas colegas negras tomarem a frente, foi a primeira vez que só estávamos entre brancas representando o PPG. Entramos numa discussão com a mediadora, uma mulher negra, apontando as alianças e atitudes de profs brancos. Uma colega da residência, mulher cis negra, que estava lá, ficou muito incomodada com a situação, com como nos posicionamos, falou sobre isso. Disse que nós estávamos descobrindo o racismo agora, o que para ela não era novidade e, chorando, decidiu se retirar da sala.

De um lado, nós, pessoas brancas, que estavam no papel de “tomar a frente” para que nossas colegas negras pudessem não estar nessa posição, tentando nos responsabilizar pela parte que nos cabe. De outro, a colega da residência que se sentiu violentada por estarmos ocupando essa posição, como quem sofre com indignação, como quem descobriu o racismo agora. Foi

assim que a boa vontade branca foi violenta mais uma vez. É assim que me sinto quando compartilho com minha orientadora as coisas que penso. Coisas que para mim são “descobertas” (tipo Cabral, Sharyel?), descobrindo as camadas do racismo aos 30 anos, sendo psicóloga formada há 5 anos, depois de uma residência em saúde mental, terminando um mestrado em psicologia social. E isso é muito violento. É violento o privilégio de viver negando as diversas camadas da supremacia branca.

Clara, tu tem acompanhado as produções de pessoas brancas sobre branquitude e psicologia social? Minha tentativa é de fazer algo diferente, de colocar o pé na lama, mergulhar, olhar, falar, escrever, analisar e mudar minhas práticas. Falar de mim. Eu, psicóloga branca cis sapatão enquanto objeto de pesquisa. Eu enquanto pessoa branca que opera a branquitude nas relações, no dia a dia, entre colegas, entre professores, na relação orientanda/orientadora. Essa é a única forma que vejo de colocar o pé na lama sem a galocha, de entrar nesse mar aberto sem o colete salva-vidas do pacto da branquitude, mesmo que de tempo em tempo me veja agarrando nele.

8. Considerações finais: perder o mundo

Renunciei à renúncia
 E decidi ficar com as rachaduras -
 As do corpo
 E as da instituição.
 Aqui por dentro,
 Continuo fazendo fissuras
 E provocando contradições

(Ana Ester Pádua Freire, 2023, p. 446)

Estava lendo Jota Mombaça (2021, p. 33) e lembrei das nossas conversas: “A hipótese de “perder o mundo” é indutora de uma ansiedade profundamente enraizada nas subjetividades brancas, na medida em que o mundo como nos foi dado conhecer é, precisamente, a infraestrutura da vida branca”, e acrescento, cisheteronormativa.

Perder o mundo como sentido contrário aos pactos narcísicos da branquitude e da cisgeneridade, que mantém a infraestrutura da vida branca cis. Das 6 pessoas com quem conversei na pesquisa, apenas uma foi orientada por uma mulher negra e lésbica, assim como eu. Clara, eu queria ter escrito uma seção só sobre as relações de orientação. Mas agora me dei conta que isso está presente nessas páginas do início ao fim. Esta pessoa me contou como “perdeu o mundo” na primeira conversa com a orientadora. Teve seu mundo branco escancarado. Aqui, tentei escancarar meu mundo, tentei escancarar a branquitude e a cisheteronormatividade que me constitui, na medida em que as fui percebendo em mim e nas minhas relações.

De saída, o que quero te dizer é que pesquisar branquitude, escutar artistas negras, escutar músicas da cultura negra, como hip hop e o rap, me aproximar de religiões de matriz africana, ser orientada por uma mulher negra, nada disso me torna menos branca. A questão é: o que vou seguir fazendo depois dessa dissertação? Como vou agir nas relações de escuta que estão acontecendo e que ainda vão acontecer na minha vida? Como não me furtar de habitar o desconforto das próprias ações e nas ações de pessoas próximas pautadas na supremacia branca e na cisheteronormatividade? Sigo tentando manter essas perguntas bem próximas. E tu, o que pretendes fazer?

8.1 Carta apresentação banca de defesa

Quero compartilhar com vocês que, os dias após o envio do texto da dissertação pra banca, me tomaram de um grande desconforto. Primeiro, pensando nas pendências que ficaram no

texto, na falta. Depois, pela sensação de excesso. De grande exposição. De ferida aberta. Sabe aquela história de colocar o dedo na ferida? A sensação é de que minhas feridas estão aí pra todo mundo colocar o dedo, o dedo sujo.

Era esse o objetivo mesmo. Expor as feridas da branquitude e da cisheteronormatividade, porque não são só minhas. São feridas produzidas pela estrutura colonial. São o que eu, e tantas outras pessoas, enxergamos como ferida.

Semana passada estava lendo o livro “Cartas a uma negra”, de Françoise Ega (2021), martinicana que conta à Carolina Maria de Jesus sua realidade como imigrante na França. Comprei este livro pra me ajudar na escrita da dissertação e só consegui ler depois de enviá-la. Nele, Françoise diz que faz confidências à Carolina. Encontrar essa palavra me ajudou a entender a minha relação com a escrita da dissertação: me confidenciei com o texto, com a escrita, com a banca, com a orientadora. Com pessoas que confio. Agora saber que essas confidências estarão espalhadas por aí, como páginas perdidas no chão, me fazem pensar que foi excesso.

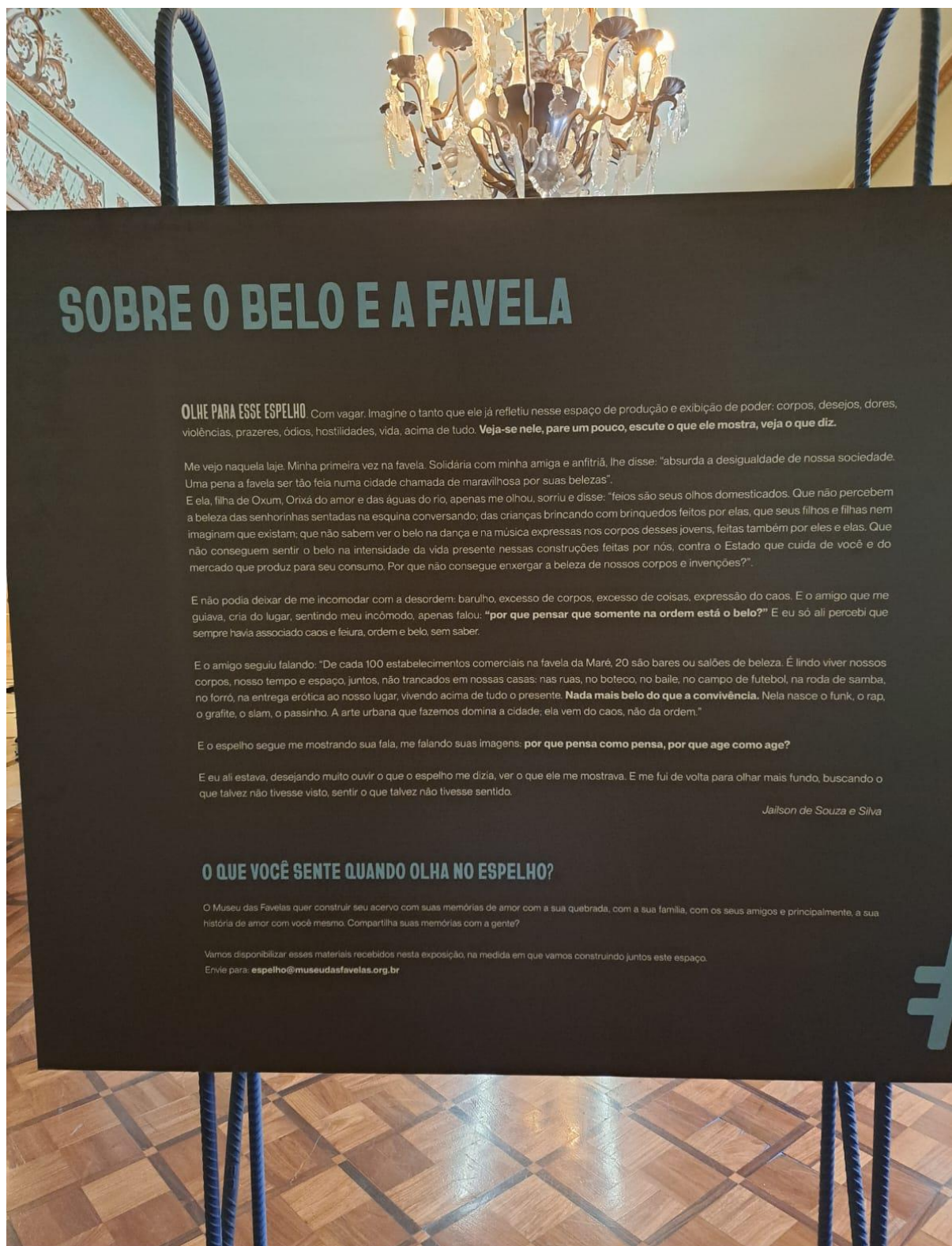
Tá feito, eu sei! Conto isso pra dizer dos afetos que percorrem o corpo quando tentamos fazer algo diferente do estabelecido. Semana passada conversando com amigas sobre os formatos da academia, de pessoas orientadoras que criam pessoas bolsistas para falarem e escreverem exatamente como elas. E que quem não se adequa a essa norma, não serve para serem suas bolsistas, está fora do jogo. Mais uma vez, falamos de estrutura social, de uma lógica. Essas pessoas amigas falavam de diferentes universidades públicas de São Paulo, eu falava das minhas experiências por universidades no Rio Grande do Sul.

Estar fora da norma tem um custo alto, muitas pessoas aqui sabem. Tentar fazer uma pesquisa diferente do estabelecido pela academia colonial nos traz muita insegurança por não estarmos seguindo o que é o padrão de uma pesquisa acadêmica: manter a lógica colonial da branquitude e heteronormatividade européia; falar bonito e difícil, só pra quem já esta dentro da academia entender; usar referências de europeus, homens cis brancos e heteros; ficar só na teoria e conceitos e não articular e trazer a pesquisa pra vida real de uma forma que impacte toda a população.

Mas, além da insegurança, também tem muita alegria. Alegria em pesquisar e se ver na pesquisa. Alegria em trilhar nossos sonhos de sobrevivência e mudança, como nos ensina Audre Lorde. Alegria de falar o que acredita que precisa ser dito. Escutar quem precisa ser escutada. O que eu, e tantas outras pessoas, enxergamos como necessidade.

E falando em enxergar, perto da casa dessas pessoas amigas de São Paulo, conheci o Museu das Favelas. Uma das exposições me tocou muito: intitulada “Sobre o belo e a favela”,

ela é criada a partir de dois grandes espelhos do antigo palácio que hoje abriga o museu. Quero ler este texto com vocês:



SOBRE O BELO E A FAVELA

OLHE PARA ESSE ESPELHO Com vagar. Imagine o tanto que ele já refletiu nesse espaço de produção e exibição de poder: corpos, desejos, dores, violências, prazeres, ódios, hostilidades, vida, acima de tudo. **Veja-se nele, pare um pouco, escute o que ele mostra, veja o que diz.**

Me vejo naquela laje. Minha primeira vez na favela. Solidária com minha amiga e anfitriã, lhe disse: "absurda a desigualdade de nossa sociedade. Uma pena a favela ser tão feia numa cidade chamada de maravilhosa por suas belezas".

E ela, filha de Oxum, Orixá do amor e das águas do rio, apenas me olhou, sorriu e disse: "feios são seus olhos domesticados. Que não percebem a beleza das senhorinhas sentadas na esquina conversando, das crianças brincando com brinquedos feitos por elas, que seus filhos e filhas nem imaginam que existam; que não sabem ver o belo na dança e na música expressas nos corpos desses jovens, feitas também por eles e elas. Que não conseguem sentir o belo na intensidade da vida presente nessas construções feitas por nós, contra o Estado que cuida de você e do mercado que produz para seu consumo. Por que não consegue enxergar a beleza de nossos corpos e invenções?".

E não podia deixar de me incomodar com a desordem: barulho, excesso de corpos, excesso de coisas, expressão do caos. E o amigo que me guiava, cria do lugar, sentindo meu incômodo, apenas falou: "**por que pensar que somente na ordem está o belo?**" E eu só ali percebi que sempre havia associado caos e feiura, ordem e belo, sem saber.

E o amigo seguiu falando: "De cada 100 estabelecimentos comerciais na favela da Maré, 20 são bares ou salões de beleza. É lindo viver nossos corpos, nosso tempo e espaço, juntos, não trancados em nossas casas: nas ruas, no boteco, no baile, no campo de futebol, na roda de samba, no forró, na entrega erótica ao nosso lugar, vivendo acima de tudo o presente. **Nada mais belo do que a convivência.** Nela nasce o funk, o rap, o grafite, o slam, o passinho. A arte urbana que fazemos domina a cidade; ela vem do caos, não da ordem."

E o espelho segue me mostrando sua fala, me falando suas imagens: **por que pensa como pensa, por que age como age?**

E eu ali estava, desejando muito ouvir o que o espelho me dizia, ver o que ele me mostrava. E me fui de volta para olhar mais fundo, buscando o que talvez não tivesse visto, sentir o que talvez não tivesse sentido.

Jailson de Souza e Silva

O QUE VOCÊ SENTE QUANDO OLHA NO ESPELHO?

O Museu das Favelas quer construir seu acervo com suas memórias de amor com a sua quebrada, com a sua família, com os seus amigos e principalmente, a sua história de amor com você mesmo. Compartilhe suas memórias com a gente?

Vamos disponibilizar esses materiais recebidos nesta exposição, na medida em que vamos construindo juntos este espaço.
Envie para: espelho@musedasfavelas.org.br

Por que escutamos como escutamos? Desejando ouvir o que o espelho dizia, escrevi essas palavras. Espelhos não são objetos inocentes, eles apresentam narrativas de quem se apresenta

a eles. Por isso é muito importante nos questionarmos sobre através de quais espelhos escolhemos nos olhar.

“Espelho de Narciso ou de Oxum?” Esse é o título de um artigo escrito Claudicélio Rodrigues da Silva (2020). Trouxe aqui pra ler com vocês um poema e um trecho desse artigo:

Os dois versos finais constituem o confronto entre duas culturas diferentes a respeito do autoprazer: Narciso, representante da mitologia hegemônica, é confrontado com Oxum, representante da mitologia diaspórica. Ambos são apaixonados pela sua própria beleza, mas, enquanto Narciso morre afogado na contemplação de sua face, Oxum contempla e goza sua beleza como afirmação e celebração da vida. (Claudicélio Rodrigues da Silva, 2020, p. 97)

Peço licença para ser repetitiva: Espelhos não são objetos inocentes, eles apresentam narrativas de quem se apresenta a eles. Por isso é muito importante nos questionarmos sobre através de quais espelhos escolhemos nos olhar.

Dias atrás uma querida amiga me contou que Gãh Té, Iracema Nascimento, liderança Kanhgág, disse a ela que agora precisavam de espelho, já que as águas, que antes refletiam suas imagens em movimento, foram poluídas. E o espelho, objeto que nos resta, é parado, sem movimento. Fui impactada pelas palavras de Gãh Té, compartilhadas por Laísa. Fico pensando em como encontrar esse movimento, como não nos contentarmos com essa imagem estática que o espelho nos oferece.

Ainda em São Paulo, conheci a exposição Dos Brasis, que, nas palavras das pessoas que a criaram, “celebra a arte produzida por pessoas criadoras negras e sua contribuição estética na constituição de um pensamento sobre a arte brasileira – e sobre a própria ideia de um país.” Lá, dentre tantas obras importantíssimas, uma delas, em audiovisual, que não anotei o nome, repetia que “nunca foi falta de conhecimento”. A colonização e a escravização nunca foram falta de conhecimento.

Precisei de quase três anos de mestrado para entender que as atualizações da colonização, a lógica colonial, não são falta de conhecimento, são um projeto de sociedade que segue beneficiando, privilegiando alguns corpos na medida em que explora outros. Mesmo aqui, na formação em psicologia.

E entender a posição que meu corpo ocupa nessa lógica é importante, mas não só. O que eu faço quando vejo o que vejo? Seria essa uma forma de pensar a diferença entre a imagem estática do objeto espelho e as imagens que espelham as águas em movimento?

Tudo que está escrito nessas páginas e o que mais será escrito depois das contribuições dessa banca, são para dar novas imagens quando me olho, quando nos olhamos no espelho. São para conhecer as histórias que não nos contam, questionar a ideia de qual país nos contam, as

ideias sobre nós mesmas e nossas ações, para buscar as imagens em movimento que as águas proporcionam. Sempre ecoando as perguntas:

Por que pensamos como pensamos?

Por que agimos como agimos?

Por que escutamos como escutamos?

Referências

ANZALDÚA, Gloria. **Queer(izar) a escritora** – Loca, escritora y chicana tradução feita por Tatiana Nascimento do ensaio To(o) queer the writer – loca, escritora y chicana. In: KEATING, Ana Louise (Ed.). *The Gloria Anzaldúa Reader*. Durham: Duke University Press, 2009. p. 163- 175. Disponível em: https://brota.noblogs.org/files/2016/01/Queerizar-a-escritora_Gloria-Anzaldua.pdf. Acesso em 07 mar. 2024.

BARCELLOS, Jéssyca da Rosa Santos. **Formação em Psicologia e a educação das relações raciais**: um estudo sobre os currículos de graduação em Psicologia em Porto Alegre e a região metropolitana. 2016. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BATISTA, Alisson Ferreira. **Trajetos e percursos**: das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia. 2016. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BATTISTELLI, Bruna M. (2017). **Carta-grafias**: Entre cuidado, pesquisa e acolhimento (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br>

_____. **Entre cartas e conversas**: por uma política de pesquisa feminista e contra-colonial para a psicologia social / Bruna Moraes Battistelli. – 1. ed. – Porto Alegre, RS : Editora Rede Unida, 2022. 450 p. (Série Saúde Mental Coletiva, v. 6). Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/project/entre-cartas-e-conversas-por-uma-politica-de-pesquisa-feminista-e-contra-colonial-para-a-psicologia-social/>

BATTISTELLI, Bruna M. OLIVEIRA, Érika C. S. CARTAS: um exercício de cumplicidade subversiva para a escrita acadêmica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 2, p. 679-701, maio/ago. 2021

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

_____. **O branco na luta antirracista**: limites e possibilidades. YouTube, 26 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70LKutLx9uY>.

CANÇADO, Maura Lopes. **Hospício é Deus – Diário I**. Belo Horizonte. Autêntica: 2015.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Educação**. Santa Maria. v. 47. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveduacao>.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamile Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira?** : um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho : volume

I : formação e inserção no mundo do trabalho. [Internet] 1. ed, Brasília : CFP , 2022. 268 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf.

CRISTAL, **Ambição**. Porto Alegre: Withe Monkey Recordings: 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/4ockixwTskU7Uw8ORyASYv?si=f77928c835e24bd7>. Acesso em 25 nov. 2023. (3:34 min).

_____. **Sincera**. Porto Alegre: Piperecords: 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/7nJyQ4ljwrrCyPDHE18uOy?si=942eab6fb0f34854>. Acesso em 25 nov. 2023. (3:03 min).

_____. **Nefertiti**. Porto Alegre: GRAVADORA: 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/1bAJ4ixVUOVkJcsgjHkWx?si=c0d6fd7236d94d78>. Acesso em 25 nov. 2023. (2:59 min).

CRISTAL; MC LUANNA, **Hino delas**. Porto Alegre: Cristal: 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/2k7EbkIovGbJJCWy7OoOgb?si=a397c929cce24744>. Acesso em 25 nov. 2023. (3:34 min).

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Dossiê Racismo** – revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos – ISSN 2175-8689 – v. 21, n. 3, 2018. Tradução: Anelise Angeli De Carli

DJONGA. **Conversa com uma menina branca**. Minas Gerais: A quadrilha: 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/47bTjCYOsrSZyP6tPbFRB6?si=13283f7c83124abe>. Acesso em 25 nov. 2023. (1:40 min).

EGA, Françoise. **Cartas a uma negra**. Tradução Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017a. 200 p.

_____. **Ponciá Vicêncio**: 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017b. 120 p.

FAVERO, Sofia. **Pajubá-terapia**: Ensaios sobre a cisnorma. Porto Alegre, Nemesis Editora 2020.

FREIRE, Ana Ester Pádua. Ex-Ex-Manifesto Lésbico-Cristão. **Periódicus**, Salvador, n. 19, v. 1, jan-jun. 2023 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCuS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

GOMES, Bárbara dos Santos. **Encontros antimanicoloniais nas trilhas desformativas**. Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado**, Brasília, v.31, n.1, p.25-49, Abril, 2016.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a. 380 p.

_____. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019b. 356 p.

_____. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020. 288 p.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LIMA, Fernanda da Silva. SILVA, Karine de Souza. Teorias críticas e estudos pós e decoloniais à brasileira: quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero. **Coluna Empório Descolonial**. 22/06/2020. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/teorias-criticas-e-estudos-pos-e-decoloniais-a-brasileira-quando-a-branquitude-academica-silencia-raca-e-genero>

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MC LUANNA. **HSEH** (Homem Só Escuta Homem). Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/5XgR6XGex53JjwrjTq352w?si=9338fb8328144e88>
Acesso em 25 nov. 2023.

MC LUANNA; TASHA & TRACIE. **Combate**. São Paulo: RAP, falando: 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/2LkRPTwqJ6PqoOKswBQkdp?si=698ee6dc3fae4ac1>. Acesso em 25 nov. 2023. (3:34 min).

MC THA. **Rito de Passá**. São Paulo: Elemess: 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/7mQF4G6Syae2fCUSSxPjRX?si=64f68772a59c4837>. Acesso em 25 nov. 2023. (3:21 min).

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cu mestiço falar?** 2015. Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

_____, Jota. **Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada**. concinnitas | ano 17, volume 01, número 28, setembro de 2016.

_____, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (orgs) **O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. 304 p.

MUNANGA, K. “Apresentação”. In: CARDOSO, L. C.; MULLER, T. P. M. *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017. pp. 13.

PELBALRT, Peter Pál. Manicômio mental: a outra face da clausura. In: LANCETTI, Antônio. *Saúde Loucura*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991. p. 129-138.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RICO DALASAM. **Braille**. São Paulo: Rico Dalasam: 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/2hAcX39Tm3XRuxioc86hNq?si=9dc869f41cec49e5>. Acesso em 25 nov. 2023. (3:49 min).

RODRIGUES, Luciana; BATTISTELLI, Bruna M. Entre Cartas: Sobre Branquitude e Epistemicídio na Produção de Conhecimento em Psicologia. In: NARDI, Henrique Caetano Org [et al.] **Psicologia e relações raciais: um percurso em construção**. 1. ed. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2020.

SAAD, Layla F. **Eu e a supremacia branca: Como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo**. Tradução: Petê Rissatti. Rio de Janeiro: Rocco. 2020

SANTANA, Alaine. **Pra mim, o termo lésbica desfem, é só mais um tempo pomposo de lésbica masculina. E tenho asco dos dois termos**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CcVjk-RrZbN/>. 14 de abril de 2022. @lésbicanegraecaminhao

_____. **A feminilidade não padrão da lésbica caminhoneira**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CcbTpJHvgS8/>. 16 de abril de 2022. @lésbicanegraecaminhao

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2012

SILVA, Cidinha da. **Quem tem medo da universidade negra?** 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quem-tem-medo-da-universidade-negra/>

SILVA, Claudicélio Rodrigues da. **Espelho de Narciso ou de Oxum?** A poesia erótica negro-brasileira antologizada. eLyra 16, 12/2020: 89-105 – ISSN 2182-8954. <http://dx.doi.org/10.21747/21828954/ely16a6>

SOUZA, T. P.; DAMICO, J. G.; DAVID, E. C. Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 42, e56465, 2020.

TASHA & TRACIE. **Cachorraz Kamikaze**. São Paulo: Ceia ent. 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/5H8XI0FIkbQhkxNG1wxIOf?si=4ce14f3e98074010>. Acesso em 25 nov. 2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44), ago/dez. 2014, p. 203-220.

YORK, Sara Wagner/GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. “Manifestações textuais (insubmissas) travesti”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

ZAKARIA, Rafia. **Contra o feminismo branco**. Tradução: Solaine Chioro, Thaís Britto. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. 304 p.

ANEXO A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

Título do Projeto: “*Nossos sonhos de sobrevivência e mudança*”: efeitos dos encontros na pesquisa e escuta em psicologia

Pesquisadora responsável: Sharyel Barbosa Toebe

Professora Orientadora: Prof^a D^a. Luciana Rodrigues

Telefone para contato: (55) 999585720

Você está sendo convidado a participar, como voluntária, de uma pesquisa de mestrado, a qual visa investigar possibilidades de operar uma saúde mental antimanicolonial a partir das brechas provocadas pelos encontros nos espaços de formação na pós graduação em psicologia; cartografar como diferentes performances de raça, identidade de gênero e orientação sexual constituem escutas na universidade; contribuir para uma formação em psicologia comprometida com o enfrentamento a sistemas de dominação e na construção de outras epistemologias de escuta. A pesquisa será realizada com oito pesquisadoras discentes de programas de pós-graduação em psicologia. Sua participação é voluntária e se dará por meio de dois encontros com todas participantes, de forma online e troca de correspondência. A pesquisadora realizará um contato inicial online por meio de email e caso aceite você participará das seguintes etapas: Tempo um: encontro em grupo, com todas participantes, de forma remota, pela plataforma Google Meet. O objetivo deste encontro é conversarmos sobre o projeto de pesquisa e a problemática, como isso toca a quem está lá, porquê decidiram participar. Neste momento, serão compartilhadas as perguntas provocadoras da carta, com um convite para que iniciemos a escrita naquele momento. Depois de 15 minutos nesta escrita, quem desejar poderá compartilhar sua experiência até então, combinamos um prazo de escrita da carta e um encontro seguinte para compartilharmos o que suscitou; Tempo dois: intervalo de duas semanas, entre o primeiro e o segundo encontro, para a escrita da carta; Tempo três: encontro em grupo online, pela plataforma Google Meet. O objetivo deste encontro é conversarmos sobre os efeitos da escrita. Neste dia, enviarão a carta por email ou endereço residencial da pesquisadora; Tempo quatro: momento de leituras das cartas e produção de resposta da pesquisadora. A metodologia de análise de dados será composta pela cartografia, não recortando e interpretando as cartas, mas dialogando com elas e produzir textos (cartas) que ensaiem sobre os efeitos que as

conversas e cartas produzem na pesquisadora. Você tem a garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. A carta não será compartilhada com outras pessoas.

O tempo de duração poderá variar de acordo com o tempo para resposta das cartas e continuidade da correspondência. Os dados provenientes dos encontros online e troca de cartas serão utilizados exclusivamente para fins desta pesquisa. Portanto, esses ficarão sob responsabilidade das pesquisadoras, assim, serão arquivados em diários de campo na sala da pesquisadora responsável, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, situado em Porto Alegre - RS, Bairro Santa Cecília, Rua Ramiro Barcelos, 2600, por cinco anos e após esse período serão descartados. Garantimos a confidencialidade dos dados, de modo que sua identidade não será divulgada.

Quanto aos riscos, consideramos que no desenvolvimento dessa pesquisa eles serão mínimos. Contudo, a troca de cartas pode acionar lembranças e sentimentos que podem ser desconfortáveis. Assim, você pode solicitar conversar com a pesquisadora a qualquer momento do processo de pesquisa. Para o acolhimento do que for conversado, assim como diminuir qualquer desconforto que porventura surja, será realizada uma carta-resposta da pesquisadora após a conversa e ou escrita de carta. Caso necessário, este acolhimento poderá ser continuado em mais encontros de escuta com as pesquisadoras. Quanto aos benefícios, esperamos que essa pesquisa possibilite a reflexão no que tange às práticas de escuta, proporcionando que a pessoa participante reconheça as bases do que constitui o que já aprendeu sobre a escuta e quais as práticas que quer construir a partir desta reflexão. O consentimento de participação na pesquisa não retira o direito previsto nos artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e no artigo 19 da Resolução CNS no 510 de 2016. Reiteramos que se depois de consentir em sua participação você desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a você. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, podendo entrar em contato com as pesquisadoras pelo telefone (55) 999585720, pelo *email* sharyeltoebe@gmail.com ou no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698). Pedimos que você salve o TCLE, assine-o e nos mande uma cópia.

Consentimento da Participação

Eu, _____, estou ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, aceito participar desta pesquisa, assinando este consentimento, ficando em posse de uma cópia do mesmo.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2023.

Assinatura participante da pesquisa

Luciana Rodrigues - Orientadora

Sharyel Barbosa Toebe - Pesquisadora Responsável

ANEXO B

Carta-convite à escuta

Olá! Me chamo Sharyel. Sou mulher cisgênera, branca, lésbica. Psicóloga, pesquisadora da escuta, mestranda em psicologia social e institucional e integrante do Coletivo bell hooks: formação e políticas do cuidado.

Escrevo esta carta para te convidar a compor comigo e outras vozes uma pesquisa sobre escuta na pós-graduação em psicologia, sobre a formação colonial da escuta, sobre a escuta de pessoas brancas na universidade. Para isso, compartilharei perguntas, que também irei responder, para tentarmos investigar quais são as possibilidades de operar uma saúde mental antimanicolonial.

Mas antes de chegarmos a elas, quero te contar como chego a esta pesquisa. Notou que usei a palavra antimanicolonial ao invés de antimanicomial? Aprendi através da experiência na residência em saúde mental, percebendo que, quando nossas práticas não se atentam ao racismo, a hetero e cisnormatividade, a chamada luta antimanicomial reproduz manicômios-colônias (manicolônias), como escreve Barbara Gomes. Desde então, me questiono como produzir rupturas nesses manicômios-colônias que constituem a nossa escuta. Digo constituem, porque, como nos mostra Ramón Grosfoguel, as universidades ocidentais foram construídas a partir dos saberes coloniais, e, mesmo nossa profissão, nasce com o objetivo de controle e normatização dos corpos.

Esse questionamento me impulsionou até o mestrado e, ao longo desta experiência, percebi que as mesmas dificuldades que sentia nos serviços de saúde mental, existem também na academia, onde os estudos relacionados ao racismo, branquitude, hetero e cisnormatividade já acontecem há um tempo. Entendi que não basta o estudo. Ele, por si só, não garante uma mudança nisso que está tão entranhado na gente. Mas o que possibilita, então?

Revisitando minhas experiências até aqui, na escrita do projeto de pesquisa, percebi que foram nos encontros, sejam na residência, com usuários, profissionais, estagiárias, na academia, com colegas e professoras/orientadora, ou na clínica, com as pessoas que tenho acompanhado. Uma abertura para o encontro, para o que o outro nos diz e o que isso direciona sobre nossas práticas e questionamentos. Mas não é um processo fácil, né? Se somos constituídos na manicolonialidade, tem muito da gente que não é nada bonito de se ver e se mostrar, dá vontade de esconder, de negar. Mas, aqui, aposto que é justamente a possibilidade de olharmos para isso que permite os movimentos, que abrem brechas para construirmos relações de escuta mais éticas e contracoloniais.

Então, com a necessidade de olharmos para o que constitui nossas práticas em psicologia, escolho as cartas como forma de trocarmos experiências sobre estes atravessamentos, sobre essas constituições da manicolonialidade na escuta. Aprendi com Bruna Battistelli que cartas podem ser valiosas ferramentas de encontros (com outras pessoas e consigo mesma) e de pesquisa. O convite aqui é a escrever cartas pelos sonhos de sobrevivência e mudança (como inspira Audre Lorde), pela recriação do fazer cotidiano das relações, dos encontros, do saber psi. A pesquisa se desdobrará em quatro tempos. A proposta é a seguinte:

Tempo um: encontro em grupo, com todes participanties, de forma remota, pela plataforma Google Meet. O objetivo deste encontro é conversarmos sobre o projeto de pesquisa e a problemática, como isso te toca, porque decidiu participar. Neste momento, serão compartilhadas as perguntas provocadoras da carta, com um convite para que iniciemos a escrita naquele momento. Depois de 15 minutos nesta escrita, quem desejar poderá compartilhar sua experiência até então.

Tempo dois: intervalo de duas semanas, entre o primeiro e o segundo encontro, para a escrita da carta.

Tempo três: grupo se reúne novamente com objetivo de conversarmos sobre os efeitos da escrita. Neste dia, enviarão a carta para mim, para o endereço de e-mail ou para meu endereço residencial.

Tempo 4: momento em que terei contato com as cartas, farei uma leitura atenta, e responderei, na construção de uma correspondência. A metodologia de análise de dados será composta pela cartografia, não recortando e interpretando as cartas, mas dialogando com elas e produzindo textos (cartas) que ensaiem sobre os efeitos que as conversas e cartas produzem em mim enquanto pesquisadora.

Se esta carta chega até você é porque você é uma pessoa branca, que tem graduação em psicologia e está na pós-graduação neste momento. Fica o convite para que, caso conheça outra pessoa com estas mesmas características e com interesse em questionar a formação em psicologia, me indique o contato dela, para que ela possa compor nosso espaço de pesquisa, até chegarmos a oito pessoas.

A proposta é que os encontros aconteçam em dois sábados pela manhã, então, agradeço se puderes informar a disponibilidade para este horário.

Agradeço por me escutar, me ler e compor comigo esta pesquisa e os sonhos de sobrevivência e mudança na academia.

Um abraço, Sharyel
Porto Alegre, junho de 2023.